

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2024/2030 •

PARA O CRESCIMENTO INCLUSIVO DE PENAFIEL



FICHA TÉCNICA

Título	Plano de Desenvolvimento Social 2024-2030
Autoria e Organização	Núcleo Executivo do CLAS de Penafiel
Edição	Conselho Local de Ação Social de Penafiel 2024
Colaboração:	Gabinete de Comunicação do Município de Penafiel
Documento elaborado com o apoio:	Conselho Local de Ação Social de Penafiel
Monitorização	Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa
Aprovado em Plenário do CLAS:	23.08.2024



ÍNDICE

Sumário Executivo	6
Percurso Metodológico	7
Enquadramento Histórico	8

Capítulo I – Do Diagnóstico Social ao Plano de Desenvolvimento Social

1.1 – Do Diagnóstico Social ao Plano de Desenvolvimento Social	9
1.2 – Estratégia de Desenvolvimento Social – Contexto de Integração	15
1.2.1 - Análise SWOT de Determinantes Locais de Desenvolvimento Social	19
1.2.2 - Fatores Críticos Diferenciados – Políticas Sociais Locais	20
1.2.3 – Visão	23

Capítulo II – Eixos Estratégicos de Intervenção

2.1 - Estratégia de Intervenção no Risco	24
2.2 - Estratégia de Intervenção na Vulnerabilidade Social	29
2.3 - Estratégia de Intervenção na Pobreza e Exclusão Social	37
2.4 - Estratégia de Intervenção na Exclusão Estrutural – Emprego e Habitação	42
2.4.1 – Emprego	42
2.4.2 – Habitação	47

Capítulo III – Tipologia de Projetos

3.1 – Projetos Âncora	54
3.1.1 – Projeto: Cuidar Gerações	54
3.1.2 – Projeto: Seniores +Ativos	62
3.1.3 – Projeto: Afetiv(Idades)	67
3.1.4 – Projeto: Habitação em Rede	70
3.2 – Projetos Estruturantes	75



3.2.1 – Projeto: + em Rede	76
3.3 – Projetos de Inovação Social	77
3.3.1 – Projeto: Identidade na Diversidade	77
3.3.2 – Projeto: Centro Terapêutico de Prevenção e Apoio a Pessoas com Perturbações Gerais no Desenvolvimento	85
 Capítulo IV – Avaliação e Monotorização	
4.1 – Avaliação e Monotorização	89
4.1.1 – Acompanhamento	90
4.1.2 – Tipologia de Avaliação	90
4.1.3 – Participantes	91
4.1.4 – Plano de Avaliação – Objetivos de Avaliação do PDS alcançados em 2030 com a Avaliação Final	91
4.1.5 – Metodologia de Implementação	91
4.1.6 – Análise e Reflexão da Avaliação	91
4.2 – Considerações Finais	92
 Índice de Esquemas	94
Índice de Tabelas	94
Siglas e Acrónimos	95



Sumário Executivo

O plano de desenvolvimento social do concelho de Penafiel passa impreterivelmente pela atualização dos documentos estratégicos anteriores e pressupõe uma revisão e adequação à realidade atual, destacando-se as transferências de competências para os municípios na área da ação social. Pretende-se que o Plano de Desenvolvimento Social de Penafiel (adiante designado PDS) seja um documento que estrutura programas e medidas municipais que se traduzem como instrumentos fundamentais à qualidade de vida e desenvolvimento integrado da região, nas diversas áreas de intervenção identificadas e referenciadas como prioritárias no processo do Diagnóstico Social.

Torna-se, por isso, necessário desenhar novas estratégias de intervenção e inovação social para um desenvolvimento sustentável local e comunitário, cujos intervenientes essenciais continuam a ser as instituições/associações e técnicos/as do concelho das diversas áreas e grupos sociais. Importa contemplar ações interventoras ao nível concelhio, que articule e integre as medidas regionais, nacionais e comunitárias, para uma atuação com efeitos multiplicadores e transversais, que valorize o trabalho em rede (com a rentabilização dos recursos existentes) e a partilha de responsabilidades e desenvolvimento de competências e saberes.

O PDS enquanto instrumento que serve de enquadramento às intervenções para o desenvolvimento social local, define estratégias, objetivos e atividades prioritárias para a sua prossecução. A sua conceção reflete um esforço de articulação conjunta entre vários parceiros e setores, organizando e esquematizando um conjunto de ações, visando implicar e tornar comunicantes os diversos agentes e iniciativas em curso por todo o Município. Esta preocupação em localizar e adaptar as estratégias de desenvolvimento social, permite conceber, mais eficazmente, ações sustentáveis complementadas com as medidas e políticas definidas aos vários níveis da administração local, regional e nacional, nos seus vários setores e de acordo com as grandes metas sugeridas pela União Europeia.

Numa lógica de complementaridade e articulação entre os serviços e as organizações, ajustar a intervenção ao território permite detetar mais rapidamente as fragilidades do contexto, bem como a racionalização e adequação de recursos e das iniciativas em curso. Desta forma, rentabilizando os saberes e os conhecimentos do, e no, terreno dos agentes, técnicos/as e organizações locais, é possível encontrar soluções e estratégias adaptadas e sustentáveis que impliquem progressivamente as populações a que se dirigem.

O PDS surge na sequência da elaboração dos instrumentos (Carta Social e Diagnóstico Social) que possibilitou um conhecimento mais aprofundado da realidade social do concelho, estabelecendo de forma participada, concertada e articulada, os problemas existentes e necessidades sentidas em diversas áreas, sustentando de forma adequada a intervenção social. Sendo mais uma fase no processo da Rede Social concelhia, convencionou uma estratégia a seis anos (2024-2030), operacionalizada, por sua vez, em Planos de Ação anuais.

Todo o processo que decorreu da elaboração deste documento, implicou uma grande participação pelos membros do Conselho Local de Ação Social (CLAS), bem como de outros elementos externos a este órgão que, prontamente colaboraram e participaram neste mesmo processo, apelando a uma discussão e consciencialização coletiva dos variados constrangimentos a que este concelho está sujeito, mas também e sobretudo das inúmeras potencialidades que apresenta. É através da comunicação, da partilha de informação e experiências, da conjugação de esforços e do conhecimento das diversas realidades e organizações que, se começa a sedimentar as redes locais que permitam mais eficazmente, o combate às assimetrias sociais e a consequente e preferencialmente maior coesão social, sempre com o devido respeito pela identidade das nossas populações.



Pretende-se, portanto, investir em novas formas de expressão de cidadania mais participativa, mais responsabilizada, mais dialogante e que proporcione um processo contínuo de inclusão social, ao mesmo tempo que se investe em processos de planeamento integrado para uma maior rentabilização e racionalização dos recursos.

A Rede Social e os seus instrumentos são assim, uma forma de apelar e implicar a modificação das culturas institucionais, introduzindo hábitos de planeamento e avaliação, de facilitar o acesso a recursos e informação essenciais à sustentação das intervenções e de valorizar atribuições específicas, pelo reconhecimento e integração em projetos conjuntos, primando pela inovação, nomeadamente na multidisciplinaridade, inter-institucionalidade e nos processos de desburocratização.

Em súpula, o PDS ambicionando o progresso civilizacional no seu todo, encontra na Rede Social o programa conducente ao trabalho de parceria alargada, efetivo e dinâmico que se requer, ou seja, o garante da promoção e proteção da inclusão e da coesão social. Um planeamento integrado e sistemático, com inclusão dos objetivos de promoção da inovação social, definidos em compromissos nacionais e instâncias europeias, implica a organização do conjunto de respostas e equipamentos ao nível local, em sintonia com a criação de canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

Percurso Metodológico

Tendo como referência que o PDS é um instrumento de orientação visando uma situação social desejável e das formas exequíveis de a alcançar através de um direcionamento da intervenção e de procedimentos racionais, procedeu-se metodologicamente em consonância com essas premissas: articulação, integração das decisões e formalização de compromissos e estratégias de mudança.

No processo de elaboração foram adotadas metodologias participativas, tendo em conta as perceções individuais dos atores/agentes sociais, bem como a sua interação e confronto de perspetivas e visões preponderantes para a produção de conhecimento sobre determinada realidade, problemática, ou objetivos e estratégias a eleger.

Sendo certo que, em qualquer processo de planeamento nunca se pode ignorar a permanente mutação da realidade social, a atenção e a preocupação com as metodologias de trabalho adotadas, permitiram produzir representações antecipadas e processos de transformação da realidade.

Na definição das estratégias para o desenvolvimento social de Penafiel, foi tida em consideração o contexto em que este está inserido, bem como as suas diferentes dimensões e assimetrias.

Desta forma, ao esquematizar as orientações estratégicas ao nível concelhio, há que fazer uma referência direta às orientações estratégicas de âmbito regional, nacional e/ou da União Europeia. Os instrumentos a que se recorreu no processo de elaboração deste PDS, servem para implicar os princípios fundamentais de articulação e convergência, já que não é possível nem racional, dirigir a intervenção em sentidos contrários aos delineados em outros documentos. Numa lógica de territorialização e de subsidiariedade há que ter em conta o cumprimento das metas e objetivos aconselhados.

Desta forma, o processo de planeamento comprometeu-se com uma ação integrada e participada, tentando ter permanentemente em consideração todas as dimensões que, de uma maneira ou de outra, possam estar implicadas na resolução dos problemas, apelando e contando com a participação de todos os parceiros envolvidos no planeamento e



intervenção social e identificando as prioridades mais realistas, de forma a facilitar a ocorrência de mudanças efetivas e sustentadas nos grupos sociais mais vulneráveis aos processos de exclusão social.

O PDS assenta em 4 vetores identificados por áreas de intervenção: **I) Área do Risco; II) Área da Vulnerabilidade Social; III) Área da Pobreza e Exclusão Social; IV) Área da Exclusão Estrutural – Emprego e Habitação.**

Enquadramento Histórico

Um PDS, enquanto instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social de determinado território, apresenta-se e é hoje entendido como pilar fundamental para o desenvolvimento social das populações. Neste contexto importa chamar à colação a sua génese e seu avanço civilizacional.

O desenvolvimento social, enquanto preocupação da consciência dos Estados encontra algumas das suas primeiras demonstrações na Conferência de Copenhaga, realizada de 6 a 12 de março de 1995, tendo sido aí definidos os primeiros conceitos comumente aceites e, indo mais longe, foram lançadas as bases do que diz respeito ao desenvolvimento social (global), definindo-o em torno de um conjunto de princípios e de um programa de ação. Surgiu a proclamada declaração de Copenhaga que se distribuiu em dois documentos: Declaração de Copenhaga sobre o desenvolvimento social e o Programa de Ação da Cimeira Mundial para o desenvolvimento social.

Esta Conferência, sem precedentes, distinguiu-se das demais conferências da agenda social da Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 90, uma vez que foi o primeiro grande encontro internacional conseguido sobre o tema do desenvolvimento social. Aspirava, objetivando a erradicação da pobreza, uma escala mundial de desenvolvimento social, tendo participado 185 representantes de governo e 117 chefes de estado e de governo.

Também nomeada Cimeira Mundial do Desenvolvimento Humano, inseriu-se num ciclo de conferências patrocinadas pela ONU (iniciadas em 1992 com a Cimeira do Ambiente e terminadas em 1996 com a Conferência dos Estabelecimentos Humanos). Tendo como programa de ação o desenvolvimento social, criou o ambiente favorável à discussão internacional para o necessário progresso social das populações.

Ora, nesta senda do desenvolvimento social implementado por vários Estados, nomeadamente pelo Estado Português e os seus territórios, o proclamado desenvolvimento social ou consciência social foi paulatinamente evoluindo, sempre com a premissa da necessidade de harmonizar as várias vertentes do desenvolvimento económico, almejando um progresso civilizacional que expresse a complexidade e evolução do nosso território, com a sua organização social, económica, cultural e desenvolvimento tecnológico.

CAPÍTULO I

Do Diagnóstico Social ao Plano de Desenvolvimento Social

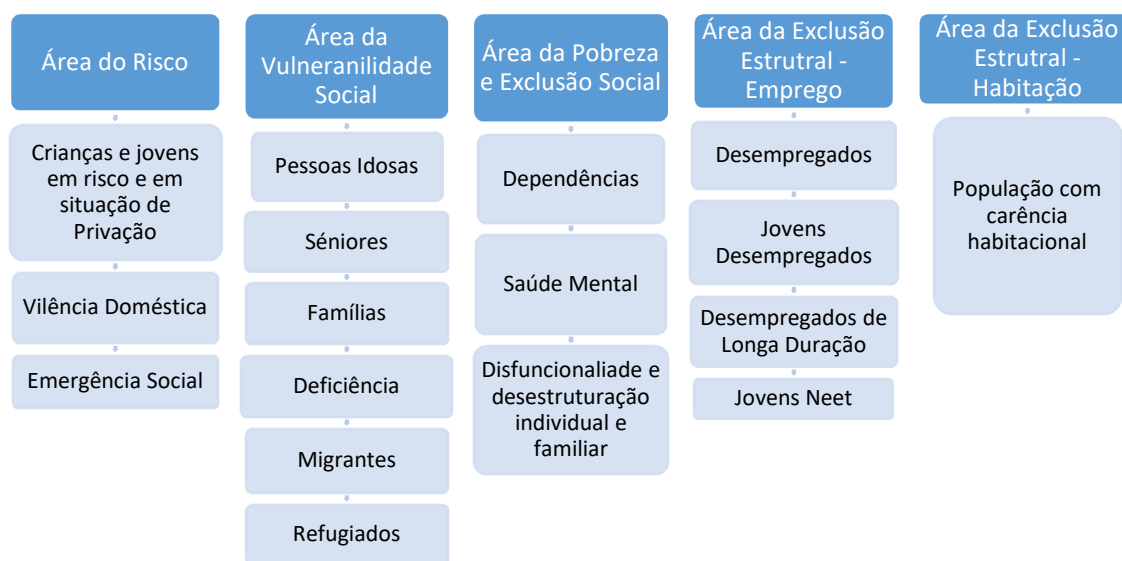
1.1 - Do Diagnóstico Social ao Plano de Desenvolvimento Social

O Diagnóstico Social Municipal proporcionou uma visão aprofundada e abrangente das condições sociais e dos desafios do concelho de Penafiel. É fundamental considerar e associar os dados e informações diagnosticadas para orientar políticas e ações futuras que se coadunam com as principais prioridades.

Foram abordadas e identificadas áreas problemáticas generalizadas, que foram sendo aprofundadas como necessidades concretas e priorizadas como as mais emergentes.

Assim, partindo de grandes áreas, foram selecionados subtemas, que representam os problemas e necessidades identificadas e priorizadas, nomeadamente:

Esquema 1 – Áreas Problemáticas e Públicos-alvo



Na **Área do Risco (da Infância e Juventude)**, foram observadas no diagnóstico social todas as entidades com competência em matéria de infância e juventude, isto é, todas as entidades, públicas ou privadas, que estão, por força das suas funções, em contacto com a criança ou jovem, designadamente a escola, o sistema de saúde, a Segurança Social, as Juntas de Freguesia, IPSS e Associações.

Estas entidades com competência em matéria de infância e juventude - pessoas singulares ou coletivas, públicas, cooperativas, sociais ou privadas - por desenvolverem atividades nas áreas da infância e juventude, têm legitimidade para intervir na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem em perigo.

Importa não olvidar que sempre que uma destas entidades constata que uma criança ou jovem se encontra numa situação



de perigo deverá tomar as providências necessárias para remover a situação de perigo, atuando junto dos pais, ou de quem tem a guarda de facto ou da instituição que a acolhe, bem como comunicando a situação aos Serviços do Ministério Público, à Autoridade Policial ou à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da área da residência da criança ou do jovem em perigo.

Nesta área de intervenção a Autarquia assume-se como entidade privilegiada quer na possibilidade que o diagnóstico social evidenciou na identificação das situações que colocam em risco ou mesmo em perigo as crianças e/ou os jovens, quer no desenvolvimento das suas atribuições que lhe permite encetar políticas sociais de prevenção e sensibilização da comunidade para esta área.

Decorre das suas competências materiais a atribuições legais que a Autarquia deve participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

A importância de priorizar a prevenção, exige organização, persistência e respeito pelas especificidades de cada uma das instituições e organizações implicadas no sistema de proteção à infância e juventude, devendo basear-se na minimização de fatores de risco e no fortalecimento de fatores de proteção. Torna-se assim, de suma importância e premente, a articulação do Município com estas entidades, para disseminação das suas políticas de proteção e promoção social.

Pretende-se uma prática planificada e integrada para a promoção dos direitos da criança e para a proteção da infância e juventude do concelho, integrando um plano municipal contra a violência, e outros projetos, como o da Cidade Amiga das Crianças, de modo a que as ações se possam desenvolver de forma concertada.

Nesta área destaca-se a violência doméstica revelando-se urgente trabalhar o impacto psicológico nas crianças e jovens inseridos nestes contextos. A ausência de serviços de atendimento e acompanhamento ao agressor foi outra das fragilidades enunciadas, bem como o acentuado aumento de casos de violência filio parental com a conseqüente dificuldade na intervenção. No que se refere à Emergência Social foi realçada a escassez de alojamento e recursos comunitários para situações de emergência e o aumento de carência alimentar. Para as crianças e jovens em situação de privação, os problemas priorizados prendem-se com a insuficiente taxa de cobertura das creches, a sobre-exposição das crianças às tecnologias de informação e comunicação, as respostas insuficientes relativas às terapias e tratamentos necessários ao pleno desenvolvimento das crianças e o aumento dos transtornos emocionais/comportamentais das crianças e jovens na pós-pandemia.

Na **Área da Vulnerabilidade Social** importa olhar com especial atenção para seis grandes subgrupos/áreas identificados/as no diagnóstico social como grupos populacionais de intervenção prioritária: as pessoas idosas, os seniores, famílias, deficiência, migrantes e os refugiados. Neste sentido a vulnerabilidade social, deve ser entendida como um conceito multidimensional, que deve combater a exclusão social, a discriminação e a violação de direitos desses mesmos subgrupos. A ideia de vulnerabilidade social implica a necessidade de eliminação de riscos e de substituição da fragilidade pela força ou pela reação a essas mesmas vulnerabilidades.

Na área da vulnerabilidade social, onde se inserem as pessoas com deficiência, foi apontado a falta de respostas/valências bem como a existência de cuidadores em situação de *burnout* e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho das pessoas com deficiência intelectual, como as problemáticas mais emergentes a serem



intervencionadas no concelho. Relativamente às pessoas idosas a ausência de vagas nas respostas de ERPI, SAD e Centro de Dia, a polimedicação, a inserção de pessoas com demência, com deficiência e com problemas de saúde mental em ERPI e Centros de Dia, o agravamento de casos de saúde mental e os baixos níveis de prática de atividade física, foram elencados como sendo de urgente intervenção. Também foi considerada a população sénior, onde se apresentaram os problemas para a diminuição da qualidade de vida, o aumento do sedentarismo e do isolamento social. No que respeita às famílias, foram considerados o aumento da dependência a todos os níveis, a perda do poder de compra e o aumento da instabilidade emocional/problemas de saúde mental, com recurso a automedicação, como fatores prementes de intervenção ao nível desta sub-área. Na população migrante foi detetada a grave dificuldade de articulação com a tutela dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, não se tendo verificado com os Refugiados, cujos problemas identificados revelaram uma dependência dos serviços a todos os níveis, acrescendo à dificuldade na aprendizagem da língua e consequente dificuldade de integração no mercado de trabalho.

Ora, após a identificação das vulnerabilidades, impõe-se trilhar um caminho de políticas públicas assertivas, capazes de efetivamente melhorarem a qualidade de vida e bem-estar das pessoas.

Na Área da Pobreza e Exclusão Social partindo da premissa exequível através do diagnóstico social constatou-se a necessidade de se identificar quatro grandes áreas para a intervenção pública: dependências, saúde mental, disfuncionalidade e desestruturação individual e familiar e pessoas sem-abrigo.

Especificamente na área das dependências os problemas prioritizados foram o aumento do jogo “raspadinhas” especificamente nas mulheres e nas pessoas idosas, enquanto nos jovens foram identificados um aumento do consumo de substâncias psicoativas (haxixe e cocaína), do consumo de álcool, dos jogos *online* e das redes sociais. Constata-se a inexistência de programas de prevenção tanto na comunidade em geral como em contexto escolar, pelo que, esta é uma necessidade premente a ser implementada no concelho. Relativamente à saúde mental, a ausência de respostas sociais para crianças, jovens e pessoas idosas, a falta de profissionais, a dificuldade no acesso a serviços de pedopsiquiatria e psiquiatria e a ausência de dados de diagnóstico na área, foram os problemas prioritizados pelos agentes locais intervenientes. Ainda na disfuncionalidade e desestruturação individual e familiar, as fracas competências parentais e a escassa intervenção na área familiar e parental, são lacunas a ter em conta, considerando desde logo a criação de um CAFAP. Nas pessoas sem-abrigo, concluiu-se que não era passível de ser assumido como um problema real do concelho, verificando-se antes a permanência temporária de “passantes”, sendo evidente a ausência de estruturas de acolhimento para este grupo-alvo.

Na Área da Exclusão Estrutural sentiu-se a necessidade de projetar duas subáreas estruturais, a saber: emprego e habitação. A exclusão estrutural, mais uma vez, tida como área multidimensional, acarreta uma planificação assertiva e orientada, através de ações concretas, para os seus destinatários, em consideração das suas dificuldades.

Relativamente ao emprego delineou-se quatro grandes grupos a intervir: desempregados, jovens desempregados, desempregados de longa duração e os jovens que não se encontram a trabalhar nem a estudar (NEET). No grupo dos Desempregados, foram identificados os seguintes problemas: a indisponibilidade de horários devido à rigidez de trabalhos por turnos e as baixas qualificações. Nos jovens desempregados, as expectativas desadequadas, a obrigatoriedade para aceder a determinados cursos e a ausência de projetos profissionais. Nos desempregados de longa



duração, o envelhecimento da população desempregada, a desmotivação e a resistência das entidades patronais em contratar pessoas nesta condição, são uma realidade. Nos jovens (NEET), a ausência de projetos profissionais e a desmotivação para o mercado de trabalho.

Relativamente à subárea da habitação foram identificados vários problemas, nomeadamente a escassez de habitação em regime de arrendamento apoiado e de renda condicionada. Pode concluir-se que a taxa de cobertura habitacional do parque de habitação público é deficitária comparativamente ao número de solicitações. Acresce a dificuldade no acesso ao arrendamento privado, atendendo aos elevados valores de renda praticados e a falta de condições de habitabilidade e salubridade. A escassez de habitação a preços compatíveis com os rendimentos dificulta a aquisição/construção de habitação e a requalificação dos imóveis.

Tabela 1 - Problemas e Necessidades Identificadas e Priorizadas por área de Intervenção

Área do Risco	
Crianças e Jovens em Risco e em Situação de Privação	Violência Doméstica
<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiente taxa de cobertura das creches; • Sobre-exposição das crianças às tecnologias de informação e comunicação; • Desocupação infantil e juvenil nos períodos não letivos; • Atraso na linguagem; • Respostas insuficientes relativas às terapias e tratamentos necessários ao pleno desenvolvimento das crianças; • Aumento dos transtornos emocionais/comportamentais das crianças e jovens no pós-pandemia; • Aumento dos casos de autismo; • Dificuldade nos processos de diagnóstico no desenvolvimento de comportamentos de risco. 	<ul style="list-style-type: none"> • Impacto psicológico nas crianças e jovens inseridos nestes contextos e expostos a estes comportamentos; • Ausência de serviços de atendimento e acompanhamento ao agressor; • Acentuado aumento de casos de violência filio-parental e conseqüente dificuldade na intervenção.
	Emergência Social
Área da Vulnerabilidade Social	
Pessoas Idosas	Seniores
<ul style="list-style-type: none"> • Ausência total de vagas nas respostas ERPI, SAD e Centro de dia; • Polimedicação; • Inserção de pessoas com demência, deficiência e problemas de saúde mental em respostas desadequadas, como em ERPI e Centro de Dia; • Agravamento de casos de saúde mental; • Baixos níveis de prática de atividade física; • Falta de retaguarda familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição da qualidade de vida; • Aumento do sedentarismo e isolamento social; • Baixos níveis da prática de atividade física.
Famílias	Deficiência
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das dependências a todos os níveis; • Perda do poder de compra; • Aumento da instabilidade emocional/problemas de saúde mental com recurso à automedicação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de vagas nas respostas/valências; • Cuidadores em situação de <i>burnout</i>; • Dificuldade de inserção intelectual no mercado de trabalho; • Ausência de dados de diagnóstico quantitativo.
Migrantes	Refugiados
<ul style="list-style-type: none"> • Grave dificuldade de articulação com a tutela, mormente com a Agência para a Integração Migrações e Asilo (AIMA). 	<ul style="list-style-type: none"> • Dependência dos serviços a todos os níveis; • Dificuldade na aprendizagem da língua; • Dificuldade de integração no mercado de trabalho.



Área da Pobreza e Exclusão Social	
Dependências	Saúde Mental
<ul style="list-style-type: none">• Aumento do jogo “raspadinhas” especificamente nas mulheres e nas pessoas idosas;• Nos jovens foram identificados um aumento do consumo de substâncias psicoativas (heroína e haxixe), do consumo de álcool, dos jogos <i>online</i> e das redes sociais;• Inexistência de programas de prevenção tanto na comunidade em geral como em contexto escolar.	<ul style="list-style-type: none">• Grave ausência de respostas sociais para crianças, jovens e pessoas idosas;• Falta de profissionais;• Dificuldade no acesso a serviços de pedopsiquiatria e psiquiatria;• Ausência de dados de diagnóstico na área.
Disfuncionalidade e Desestruturação Individual e Familiar	Pessoas Sem-Abrigo
<ul style="list-style-type: none">• Baixas competências parentais;• Escassa intervenção na área familiar e parental;• Necessidade de criação de um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento parental.	<ul style="list-style-type: none">• Não foi assumido como um problema;• Permanência temporária de “passantes”;• Ausência de estruturas de acolhimento de emergência.
Área da Exclusão Estrutural - Emprego	
Desempregados	Jovens Desempregados
<ul style="list-style-type: none">• Indisponibilidade de horários;• Rigidez de trabalhos por turnos;• Baixas qualificações.	<ul style="list-style-type: none">• Expectativas desadequadas;• Obrigatoriedade para aceder a determinados cursos;• Ausência de projetos profissionais.
Desempregados de Longa Duração	Jovens NEET
<ul style="list-style-type: none">• Envelhecimento da população desempregada;• Desmotivação;• Resistência das entidades patronais em contratar pessoas nesta condição.	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de projetos profissionais;• Desmotivação para o mercado de trabalho.
Área da Exclusão Estrutural - Habitação	
População com Carência Habitacional	<ul style="list-style-type: none">• Escassez de habitação em regime de arrendamento apoiado e renda condicionada;• Taxa de cobertura habitacional do parque de habitação público, deficitária comparativamente ao número de solicitações;• Arrendamento privado com elevados valores de renda praticados e falta de condições de habitabilidade/salubridade;• Aumento de ações de despejo;• Escassez de habitação a preços compatíveis com os rendimentos;• Dificuldade na aquisição/construção de habitação e na requalificação de imóveis;• Aumento crescente de agregados isolados na procura de habitação;• Défice de respostas em situação de alojamento urgente e/ou temporário.

Após a identificação dos problemas e necessidades, importa definir estratégias direcionadas para a ação em cada um dos vetores, devidamente planeadas, permitindo que o município considere as necessidades da população de forma mais eficiente e eficaz, promovendo o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

Para que se possa transferir o conhecimento do Diagnóstico Social para o PDS, importa fazer uma síntese dos principais indicadores em cada área.

Neste sentido, apresentam-se em seguida os indicadores demográficos mais importantes trabalhados no Diagnóstico Social:

Esquema 2 – Indicadores Demográficos

Dinâmica Demográfica	Retrato Socioeconómico:
⇒ População residente – 69 629 habitantes	⇒ Taxa de Atividade (2021) – 47,80%
⇒ Homens – 33 478	⇒ 94% das empresas são Micro empresas
⇒ Mulheres – 36 151	⇒ População empregada por conta de outrem (2021) – 81%
⇒ Crianças até aos 3 anos – 2 215	⇒ 55% da população empregada trabalha no setor terciário (2021)
⇒ Crianças dos 4 aos 6 anos – 1 757	⇒ 44% da população empregada trabalha no setor secundário (2021)
⇒ Densidade populacional – 327.5 habitantes/Km2	⇒ Ganho médio mensal (2021) – 1063,70€
⇒ Variação negativa da população entre 2011-2021 – -3.65%	⇒ Taxa de Desemprego (2021) – 8%
⇒ Taxa bruta de Natalidade – 7,9%	⇒ Taxa de Desemprego mais elevada no sexo feminino;
⇒ Taxa de Fecundidade – 33,9%	⇒ Faixa etária dos 15 aos 24 anos com a taxa de desemprego mais elevada;
⇒ Índice de Envelhecimento – 132,46%	
⇒ Taxa bruta de Mortalidade – 8,9%	
⇒ Índice de Dependência dos Idosos – 38,9%	
⇒ Índice de Dependência Total – 58,10%	
⇒ Taxa de Longevidade – 43,56	

1.2 - Estratégia de Desenvolvimento Social – Contexto de Integração

Um dos desafios que se coloca à Rede Social e aos seus instrumentos metodológicos, é o de ser capaz de integrar as várias medidas de política (local, regional, nacional e da União Europeia), os instrumentos existentes ao nível de diversos organismos, instituições e setores, numa ação concertada e coerente de desenvolvimento social.

O fator decisivo de integração social deverá estabelecer-se de acordo com o princípio de convergência das medidas económicas, sociais e ambientais, entre outras, com vista à promoção das comunidades locais, através de ações planificadas, executadas e avaliadas de uma forma conjunta, fazendo apelo à participação de todos os intervenientes locais e à congregação dos recursos de todos, para a resolução dos problemas sociais. Ao mesmo tempo que se analisa e se faz corresponder a intervenção social aos contextos socioeconómicos, deve ser contextualizado os diversos níveis de planeamento, execução e quadros de referência estratégica.



Para isso, houve um cuidado especial na abordagem e integração dos diversos instrumentos de planeamento, de maneira a considerar permanentemente as mutações sociais e o aparecimento de novos recursos ou potencialidades, designadamente no respeitante a planos enquadradores da intervenção, a programas/projetos e a medidas, não descurando outras fontes de planeamento e de financiamento. De uma forma adaptativa e participada, há a possibilidade de continuamente incorporar no planeamento as novas circunstâncias. Esta postura será sustentada pelo recurso, sempre que se justificar, a *workshops* de planeamento, protagonizados pelos diferentes grupos temáticos de trabalho, implicando quem melhor se enquadre nos objetivos estipulados. Podemos então verificar os diversos níveis de integração de instrumentos de planeamento locais e os instrumentos de planeamento regionais e nacionais enquadradores do PDS, a saber:

Esquema 3 - Instrumentos de Planeamento Locais e Instrumentos de Planeamento Regionais e Nacionais

Ao nível Local:	Planos estruturais de âmbito Nacional:
<ul style="list-style-type: none">⇒ Carta Social Municipal 2022-2026;⇒ Diagnóstico Social de Penafiel 2023;⇒ Carta Educativa Municipal e respetivas atualizações;⇒ Estratégia Local de Habitação;⇒ Estratégia Municipal para a Saúde (em elaboração);⇒ Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023 e 2024;⇒ Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação 2022;⇒ Plano Diretor Municipal.	<ul style="list-style-type: none">⇒ Plano de Ação Garantia para a Infância 2022-2030;⇒ ENIND – Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação;⇒ Plano Estratégico para as Migrações;⇒ Plano Nacional de Saúde;⇒ Programa Nacional para a Saúde Mental;⇒ Estratégia Nacional para a Inclusão de Pessoas com Deficiência 2021-2025;⇒ Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável;⇒ Estratégia da Saúde na Área das Demências;⇒ Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar;⇒ Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania;⇒ Estratégia Nacional de Combate à Pobreza;



Esquema 4 – Desenvolvimento Sustentável Portugal 2030

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PORTUGAL 2030

<p>1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA</p> 	<p>Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares.</p>	<p>10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES</p> 	<p>Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro e entre países.</p>
<p>2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL</p> 	<p>Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.</p>	<p>11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS</p> 	<p>Objetivo 11. Tornar cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.</p>
<p>3 SAÚDE E BEM-ESTAR</p> 	<p>Objetivo 3. Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades.</p>	<p>12 RESPONSÍVEL CONSUMPTION AND PRODUCTION</p> 	<p>Objetivo 12. Garantir padrões sustentáveis de consumo e produção.</p>
<p>4 QUALITY EDUCATION</p> 	<p>Objetivo 4. Garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p>	<p>13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA</p> 	<p>Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos.</p>
<p>5 IGUALDADE DE GÊNERO</p> 	<p>Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e capacitar todas as mulheres e meninas.</p>	<p>14 LIFE BELOW WATER</p> 	<p>Objetivo 14. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.</p>
<p>6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO</p> 	<p>Objetivo 6. Garantir a disponibilidade e o gerenciamento sustentável da água e saneamento para todos.</p>	<p>15 VIDA TERRESTRE</p> 	<p>Objetivo 15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerenciar florestas de forma sustentável, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.</p>
<p>7 AFFORDABLE AND CLEAN ENERGY</p> 	<p>Objetivo 7. Garantir acesso a energia confiável, sustentável e moderna para todos.</p>	<p>16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES</p> 	<p>Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, fornecer acesso à justiça para todos e construir instituições efetivas, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>
<p>8 DECENT WORK AND ECONOMIC GROWTH</p> 	<p>Objetivo 8. Promover crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.</p>	<p>17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO</p> 	<p>Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p>
<p>9 INDUSTRY, INNOVATION AND INFRASTRUCTURE</p> 	<p>Objetivo 9. Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e promover a inovação.</p>		



Importa ainda considerar o Programa Regional do Norte 2030 e as suas prioridades:

Esquema 5 – Programa Regional do Norte 2030

PRIORIDADE 1 *a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida, através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente pela promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha;*

PRIORIDADE 2

Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade;

PROGRAMA REGIONAL DO NORTE 2030

PRIORIDADE 3

Melhorar o acesso ao emprego e as medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, dos desempregados de longa duração e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e das pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social;

PRIORIDADE 4

Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, o envelhecimento ativo e saudável e um ambiente de trabalho saudável e bem-adaptado capaz de prevenir riscos para a saúde;

NORTE Mais Social

PRIORIDADE 5

Promover a igualdade de acesso e a conclusão de um percurso de formação inclusivo e de qualidade, desde a educação na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formações gerais e vocacionais, bem como a aprendizagem de adultos;

PRIORIDADE 6

Favorecer a inclusão com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa dos grupos desfavorecidos, melhorando a sua empregabilidade;

PRIORIDADE 7

Reforçar a igualdade de acesso a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa. Modernizar os sistemas de proteção social e melhorar a acessibilidade e a eficácia dos sistemas e serviços de saúde.

Tabela 2 - Análise SWOT de Determinantes Locais de Desenvolvimento Social

Forças (S)		F
FATORES INTERNOS	<ul style="list-style-type: none"> • Número elevado de organizações públicas e privadas com uma oferta diversificada de equipamentos, serviços e iniciativas ao nível do apoio social, educação, juventude, desporto e cultura, destinados a diferentes grupos sociais e escalões etários; • Crescente disseminação pelo concelho de equipamentos e serviços; • Forte investimento na criação de respostas sociais e educativas; • Existência de instrumentos de gestão do desenvolvimento social e educacional (Diagnóstico Social, Carta Social, Planos de Ação, Carta Educativa, Estratégia da Habitação, Estratégia Municipal da Saúde, Plano Diretor Municipal); • Instituições com grande proximidade aos utentes/população; • Existência de um Banco de Voluntariado; • Maior responsabilidade social das empresas; • Agrupamentos Escolares e Escolas Secundárias com respostas inovadoras e preocupação em aumentar o número de respostas formativas com carácter profissionalizante; • Aposta no desenvolvimento de um território mais sustentável, com efeitos positivos na sensibilidade ambiental da população; • Forte investimento na requalificação do património urbanístico e do espaço público; • Forte investimento nos sistemas de água e saneamento do concelho; • Taxa de desemprego no concelho de 8,03, inferior à média nacional e à média do Tâmega e Sousa; • Crescente taxa de pré-escolarização; • Taxa de abandono escolar praticamente inexistente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de núcleos locais de investigação determinadas problemáticas sociais e • Forte dependência face ao Estado por • Rede Social ainda muito associada à C • Modelo de funcionamento das organiz • A situação de crise impulsiona uma int (reativa e operacional) sem perspetiva • Ausência de medidas preventivas e est contexto de crise; • Fraca cobertura de respostas sociais a • Baixos níveis de escolaridade da popul • Cerca de 27% da população do concelh • Poder de compra <i>per capita</i> inferior à
Oportunidades (O)		A
FATORES EXTERNOS	<ul style="list-style-type: none"> • Localização geográfica privilegiada; • Boas acessibilidades ao litoral do Distrito; • Existência de medidas operacionais na intervenção imediata da pobreza – Plano Municipal Solidário; • Programa Radar Social; • Constrangimentos atuais como oportunidades de criatividade para novas soluções e para mudança de estilos de vida; • Taxas de natalidade superiores à média da sub-região do Tâmega, do Norte e do país; • Índice de envelhecimento inferior às três unidades de referência; • Concentração de medidas de âmbito social ao nível da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa; • Contrato Local de Desenvolvimento Social 5G; • Existência de Programa de Respostas Integradas de Penafiel na área da reinserção. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da vulnerabilidade financeira dificuldade na identificação dessas fam • Subsidiodependência; • Território com maior incidência da dia doenças cerebrovasculares; • Altas taxas de incidência de tuberculos • Alterações na estrutura demográfica c • Empresas pouco envolvidas nas soluçõ

1.2.1 - Análise SWOT de Determinantes Locais de Desenvolvimento Social

Para a análise mais detalhada da estratégia de desenvolvimento social, optou-se pela metodologia da análise SWOT, através da implícita técnica de diagnóstico, de análise prospetiva e de elaboração de cenários, para antecipar as evoluções prováveis da situação social.

1.2.2 - Fatores Críticos Diferenciadores – Políticas Locais

Esquema 6 – Fatores Críticos Diferenciadores – Políticas Locais

AÇÃO SOCIAL:

- ➔ Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, com uma equipa técnica multidisciplinar;
- ➔ Plano Municipal Solidário (PMS);
- ➔ Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE)
- ➔ Gabinete de Apoio ao Imigrante (GAI);
- ➔ Gabinete de Apoio ao Investigador da Diáspora (GAID);
- ➔ Cartão Municipal de Famílias Numerosas;
- ➔ Apoio psicológico em situação de crise;
- ➔ Ação Social Escolar (Educação);
- ➔ Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Penafiel;
- ➔ Gabinete de Apoio à Família;
- ➔ Conselho Local de Ação Social de Penafiel.

HABITAÇÃO:

- ➔ Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado;
- ➔ Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento;
- ➔ Programa Municipal de Requalificação Habitacional;
- ➔ Estratégia Local de Habitação – Programa 1.º Direito – Programa de Apoio no Acesso à Habitação;
- ➔ Benefícios fiscais associados à aquisição e reabilitação de imóveis;

ENVELHECIMENTO:

- ➔ Comissão Municipal de Proteção do Idoso de Penafiel;
- ➔ Programa Afetiv(Idades);
- ➔ Projeto Cuidar +, destinado a cuidadores formais e informais;
- ➔ Comparticipação de 15% na reconstrução, adaptação e construção de equipamentos sociais;
- ➔ Torneio Municipal de Boccia Sénior;
- ➔ Programa “Seniores + Ativos”;
- ➔ Readaptação de escolas devolutas em Equipamentos Sociais;
- ➔ Projeto de Saúde Oral Sénior nas IPSS;
- ➔ Cartão de Saúde Sénior.

DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE:

- ➔ Balcão para a Inclusão;
- ➔ Banco Local de Ajudas Técnicas;

INFÂNCIA E JUVENTUDE:

- ➔ Aumento de vagas em Creche através da construção de novas Creches Municipais;
- ➔ Conselho Municipal de Educação;
- ➔ Férias Educativas;
- ➔ Férias Desportivas;
- ➔ Jardim em Férias;
- ➔ Transportes escolares gratuitos para todos os alunos do Município;



- ➔ Atribuição de material escolar e cadernos de atividades aos alunos do 1.º CEB;
- ➔ Atribuição de bolsas de estudo para alunos que frequentem o Ensino Superior;
- ➔ Rede de Apoio Psicológico (RAP) para crianças e jovens inseridos em contexto de Violência Doméstica (CIM-TS);
- ➔ Ação Social Escolar.

SAÚDE:

- ➔ Conselho Municipal da Saúde;
- ➔ Cartão de Saúde Sénior;
- ➔ Programa de Saúde Oral Sénior;
- ➔ Estratégia Municipal da Saúde.

CIDADANIA E IGUALDADE:

- ➔ Plano Municipal para a Igualdade;
- ➔ Rede Intermunicipal e Integrada de Apoio à Vítima – Estrutura de

atendimento e acompanhamento à vítima de Violência Doméstica (CIM-TS);

- ➔ Protocolo entre CLAS e Ministério Público da Comarca do Porto Este para a Violência Doméstica.

QUALIFICAÇÃO E EMPREGO:

- ➔ Gabinete de Inserção Profissional – Rio de Moinhos e Fonte Arcada;
- ➔ Centros Qualifica (Escola do Pinheiro, Associação Empresarial e Penafiel Activa, EM).

DESPORTO, JUVENTUDE E CULTURA:

- ➔ Atividades Desportivas diversificadas para diferentes públicos-alvo;
- ➔ Conselho Municipal da Juventude;
- ➔ Atividades Culturais diversificadas para as famílias (Museu e Biblioteca).



Tabela 3 - CMP - Departamento de Ação Social, Habitação e Saúde

CMP – Departamento de Ação Social, Habitação e Saúde

Áreas	Serviços/Medidas/Projetos – Área Social
Crianças e Jovens	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Penafiel
	Comparticipação despesas de medicamentos para Crianças e Jovens
	Rede de Apoio Psicológico (RAP) para crianças e jovens vítimas de Violência Doméstica
	Núcleo Local de Garantia para a Infância
	Cidade Amiga das Crianças
Pessoas Idosas	Comissão Municipal de Proteção do Idoso de Penafiel
	Cartão de Saúde Sénior
	Rastreio de Saúde Oral Sénior
	Comparticipação despesas de medicamentos para Idosos e reformados
	Programa Afetiv(Idades)
Pessoas com Deficiência	Balcão da Inclusão
Voluntariado	Banco de Voluntariado
Habitação	Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado + Intervenção Social
	Subsídio de Apoio ao Arrendamento
	Estratégia Local de Habitação
	Apoio ao Pagamento de Fornecimento de Energia
	Pequenas Reparações Domésticas
	Tarifa Social da Água e Saneamento
Sem-Abrigo	ENPISSA / Segurança Social / Autarquia
Família	Intervenção Social
	Observatório Autarquia mais familiarmente responsável
	Gabinete de Psico-Oncologia
	Banco Municipal de Bens e Ajudas
	Cartão Municipal Famílias Numerosas
	Gabinete de Apoio à Família
	Comparticipação despesas de medicamentos para Doença Mental
	Comparticipação despesas de medicamentos Doença Oncológica
	Apoio na aquisição de óculos
	Casa de Emergência Social
	Penafiel Natal + Solidário - Cabaz de Natal
	Bolsas de Estudo
	Rede Intermunicipal e Integrada de Apoio à Vítima – Estrutura de atendimento e acompanhamento à vítima de Violência doméstica.
Atendimento Social e encaminhamentos - Apoio de 1ª linha	
Emigrantes	Atendimento e acompanhamento Emigrantes - GAE
	Atendimento e acompanhamento Imigrantes - GAI
Imigrantes/Refugiados	
Investidores da Diáspora	Apoio ao Investidor da Diáspora - GAID
Transversal a todas as áreas	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e Rendimento Social de Inserção
	Rede Portuguesa Municípios Saudáveis
	Radar Social
	Contrato Local de Desenvolvimento Social 5ª Geração
	Plano Municipal para a Igualdade e Não-Discriminação
	Conselho Municipal da Saúde
	Estratégia Municipal de Saúde



1.2.3 - Visão

O planeamento estratégico municipal começa com a definição de uma visão social de longo prazo para o concelho, que descreve o futuro desejado, indicando o propósito fundamental da política local, alicerçada em valores fundamentais para uma boa execução e realização dos objetivos propostos.

Penafiel, uma cidade rica em herança cultural e histórica, encontra-se numa posição única para desenvolver um PDS robusto e inclusivo, alavancado na sua forte dinâmica económica, desportiva e social. Neste pressuposto, a visão estratégica para este plano centra-se em três pilares fundamentais: a sustentabilidade económica, a inclusão social e a promoção de um estilo de vida saudável, a qual procura manter **Penafiel uma cidade próspera, inclusiva e saudável para todos os seus munícipes.**

Esquema 7 – Penafiel, concelho de referência:

- ✓ Atribuição de prémio de melhor concelho para viver da região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, mantendo-se firme no Top 50 das melhores cidades para viver, visitar e investir, em Portugal;
- ✓ Maior e melhor capacitação social;
- ✓ Trabalho institucional sólido em rede;
- ✓ Concelho com boas infra estruturas em equipamentos sociais;
- ✓ Consolidação do impulso económico no concelho e reforço da qualidade dos serviços à comunidade;
- ✓ Distinção do Município Amigo das Famílias – Autarquia mais Familiarmente Responsável – 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023;
- ✓ Integra a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis;
- ✓ Atribuição do selo Comunidade Pró-envelhecimento, assumindo o compromisso efetivo com a promoção do envelhecimento saudável e bem-sucedido ao longo da vida;
- ✓ Mérito Social atribuído pela Associação Nacional de Gerontologia Social;
- ✓ Concelho com boas infraestruturas desportivas;
- ✓ Integra a Rede das cidades educadoras;
- ✓ Forte dinâmica institucional no que toca à economia social caracterizada pela forte coesão social entre os parceiros sociais do concelho;
- ✓ Crescimento do Turismo, interesse proactivo por parte de turistas e investidores do setor;
- ✓ Riqueza do património – Rota do Românico;
- ✓ Riqueza gastronomia;
- ✓ Paisagens naturais;
- ✓ As suas Tradições, Feiras e Festividades;
- ✓ Forte competitividade da oferta de serviços;
- ✓ Localização geográfica do concelho;
- ✓ Assunção da marca Sentir Penafiel;
- ✓ Forte movimento familiar migratório;
- ✓ Forte mobilidade de mão-de-obra da construção civil para outros países.
- ✓ Selo de mérito do movimento “CUIDAR DOS CUIDADORES INFORMAIS” – Município integra a Rede de Autarquias que Cuidam dos Cuidadores Informais;
- ✓ Concelho produtor de referência de vinho verde;
- ✓ Forte investimento em zonas industriais;
- ✓ Instalação de empresas diferenciadoras com novas oportunidades de emprego;
- ✓ Definida uma estratégia de captação de investimento;
- ✓ Competências-chave da comunidade (escolaridade) e a sua qualificação.



CAPITULO II

Eixos Estratégicos de Intervenção

Os eixos estratégicos para o desenvolvimento social do concelho representam as oportunidades e potencialidades de convergência na intervenção social, direcionando-as para áreas de otimização e impacto. Estes pretendem orientar as instituições nas intervenções, fornecer-lhes opções prioritárias e integrá-las estrategicamente no conjunto das outras intervenções. Pretende-se um conjunto de opções e tipologias de intervenção comuns para o concelho que sejam partilhadas e representem um compromisso institucional contratualizado no PDS.

Na sequência do Diagnóstico Social, das problemáticas chaves prioritárias aí identificadas, resultaram quatro eixos, consubstanciando uma agenda temática, cuja intervenção se pretende que seja capaz de promover e desenvolver um PDS de excelência: Estratégia de Intervenção no Risco; Estratégia da Intervenção na Vulnerabilidade Social; Estratégia de Intervenção na Pobreza e Exclusão Social e Estratégia de Intervenção na Exclusão Estrutural, subdividida no Emprego e na Habitação.

Esta missão, alicerçada nestes eixos estratégicos, materializam uma ordem transversal e programática, possibilitando o desenvolvimento e execução estratégica do PDS, com o envolvimento natural de todos os intervenientes da comunidade, criando-se uma só estratégia consolidada.

2.1 - Estratégia de Intervenção no Risco

Refletir sobre a área do risco é pensar sobre situações que possam interferir no desenvolvimento seguro, saudável e de bem-estar de crianças, jovens, famílias e comunidade. É, por isso, fundamental definir-se ações que protejam estes grupos e promovam intervenções capazes de prevenir os impactos negativos no seu desenvolvimento psicossocial e da própria evolução natural da sociedade.

A promoção e proteção das crianças, dos jovens, dos seniores e suas famílias, passa por considerar individualmente a pessoa, o indivíduo, enquanto agentes de direitos e deveres aos quais se deve assegurar a minimização dos riscos inerentes à vivência em comunidade, ao seu desenvolvimento, crescimento e envelhecimento natural.

São cada vez maiores os desafios colocados às instituições, com responsabilidades sociais, para se adaptarem e minimizarem os impactos negativos do desenvolvimento da sociedade: conciliação da vida familiar com a vida profissional, o envelhecimento demográfico, a exposição a novos comportamentos e tecnologias, a inteligência artificial, os novos conceitos de famílias e de género, a proteção do meio ambiente, migração e emigração, são apenas alguns desses desafios.

A criação destes eixos de intervenção estratégica têm de caucionar a intensa evolução da sociedade e o aumento da sua complexidade, sendo que, uma sociedade de risco demanda o desenvolvimento do indivíduo como um todo, um ser único integrado na família, no trabalho, nas organizações sociais, desportivas e culturais, integrado na comunidade.



A área do risco é incompatível com as limitações da dogmática tradicional e do saber isolado, pelo que, urge a criação de um plano integrado e integrador, competente para minimizar o risco. Esta nova realidade exige também novas estratégias municipais que necessariamente interajam nas novas demandas e desafios da evolução natural da sociedade. Constatase, que na atual sociedade (de risco), vivem-se tempos de mudanças profundas e em diversas perspetivas humanas: no ser, no pensar e no viver.

Importa conhecer a sociedade de risco, ponto de partida lançado pelo diagnóstico social, para traçar e desenhar de forma equitativa e qualitativa uma estratégia de intervenção que possa corresponder a todos estes desígnios, através da identificação das necessidades nos grupos alvo específicos: crianças e jovens em risco e em situação de privação; violência doméstica e emergência social.

Neste contexto, importa lembrar alguns indicadores trabalhados no Diagnóstico Social na área do RISCO:

- 12 Creches em funcionamento (uma privada);
- 4 Creches aprovadas;
- 2 Creches em candidatura;
- 475 Crianças em creche;
- 2215 Crianças dos 0 aos 3 anos de idade;
- 53,27% das crianças que frequentam as escolas do concelho (do EPE ao 3º CEB) usufruem de Escalão A;
- 790 Beneficiários de RSI;
- 262 Beneficiários de SAAS;
- 25182 Núcleos Familiares;
- 1405 Núcleos Familiares Monoparentais;
- 461 Crianças e Jovens acompanhadas pela CPCJ de Penafiel;
- 80 Crianças e suas Famílias foram acompanhadas pela ELI de Penafiel;
- 203 Denúncias de Violência Doméstica;
- 116 Processos acompanhados pelo Gabinete de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica;
- 1580 Titulares do Complemento Solidário para Idosos;
- 943 Munícipes integrados nos vários Programas de Apoio Alimentar;
- 5489 Apoios concedidos pelo Município no âmbito do Plano Municipal Solidário;

Partindo do *focus-group* da área do risco, foram identificadas as seguintes necessidades de intervenção, correspondendo às seguintes ações:

Tabela 4 - Área do Risco

GRUPO-ALVO	NECESSIDADES IDENTIFICADAS	AÇÕES PRIORITÁRIAS	DESCRIPTIVO/RACIONAL	Entidade promotora/recursos (existentes e a mobilizar)
1. CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO E EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO	Reforçar a promoção de atividades de tempos livres para crianças e jovens.	1.1 Reforçar as atividades já implementadas e em desenvolvimento no Município.	- Alargar o número de atividades existentes, as faixas etárias abrangidas e o seu período de execução.	<ul style="list-style-type: none"> • Município • Agrup. de escolas
		1.2 Dinamização de programas de atividades lúdicas, culturais e desportivas.	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a divulgação, e ajustar a aplicação de atividades já implementadas no concelho, por forma a combater a desocupação no período não letivo; - Proporcionar encontros intergeracionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Município – Pelouro do Desporto e Pelouro da Educação • Agrup. de escolas • IPSS/Associações
	Desenvolver ações de Educação Tecnológica nas escolas.	1.3 Implementar programas de Educação Tecnológica nas escolas.	- Promoção de ações de sensibilização de forma a alertar para os perigos da sobre-exposição às tecnologias de informação, comunicação e cibersegurança.	<ul style="list-style-type: none"> • Município • Agrup. de escolas
		1.4 Alargar a faixa etária do programa da robótica já implementada para a promoção do sucesso escolar.	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de programas de sucesso escolar através da dinamização de ações com recurso às novas tecnologias; - Continuação do projeto da Robótica alargado a outras faixas etárias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Município • Agrup. de escolas
	Criar uma resposta especializada para a parentalidade positiva.	1.5 Alargamento de um Gabinete de Apoio à Família (GAF).	- Desenvolver ações de capacitação em função da situação e das características das famílias, visando o reforço das suas competências parentais, pessoais e sociais.	<ul style="list-style-type: none"> • Município • IPSS/Associações • CPCJ
	Integração de crianças em resposta adequada do sistema educativo.	1.6 Identificação de crianças não integradas em Creche/Jardim de Infância.	- Identificar as crianças que não frequentam as respostas educativas e sociais existentes.	<ul style="list-style-type: none"> • NLGPI • Radar Social
	Monitorização da Pobreza Infantil.	1.7 Criação do Núcleo Local de Garantia para a Infância e execução das ações protocoladas.	- Desenvolvimento de redes de apoio à infância e juventude que assegurem um atendimento e acompanhamento de proximidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Município • CLAS • NLGPI
	Dificuldades na conciliação da vida familiar com a vida	1.8 Ações de sensibilização sobre as medidas de conciliação entre a vida pessoal, familiar e	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação das medidas já existentes; - Criação de um sistema para recolha de sugestões; 	<ul style="list-style-type: none"> • Município



profissional.	profissional através do Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação (PMIND).	- Desenvolvimento do Programa “Hora do Desporto” destinado a funcionários e à Comunidade.	
Aumentar a Taxa de Cobertura da resposta Creche	1.9 Construção de Creches no concelho de forma a aumentar o número de lugares disponíveis.	- Investimento em infraestruturas que permitam colmatar a grave falta de vagas para a 1ª infância.	• Município
Articulação e diferenciação com alargamento da intervenção em crianças com Autismo.	1.10 Criação de condições para delineação de um Centro Terapêutico para intervenção no Autismo.	- Rentabilização dos espaços devolutos da autarquia para a criação de um centro terapêutico para o autismo; - Capacitação de técnicos para tratamento e intervenção das perturbações do Espectro do Autismo.	• Agrup.de escolas • Município • IPSS
	1.11 Levantamento das necessidades nas Equipas Locais de Intervenção (ELI).	- Reforçar as equipas com recursos humanos ajustados às necessidades.	• Município • APADIMP • ULS
Atuar na prevenção dos atrasos no desenvolvimento das crianças.	1.12 Criar acesso às diferentes terapias necessárias ao desenvolvimento das crianças;	- Intervenção precoce que consista na prestação de serviços educativos, terapêuticos e sociais, às crianças e às suas famílias, com o objetivo de minimizar efeitos negativos durante o seu desenvolvimento.	• Município • ULS • Agrup. de escolas
	1.13 Agilizar o tempo de demora nos serviços de resposta;		
	1.14 Manter os processos terapêuticos durante as férias escolares de modo a garantir a continuidade do acompanhamento;		
	1.15 Aumentar o processo de diagnóstico e acesso a terapias ocupacionais;		
Maior articulação entre escolas, centros de saúde, ELI, psicólogos e pedopsiquiatras	1.16 Combater o atraso na linguagem;	- Necessidade de acompanhamento ao nível da terapia da fala e terapia comportamental.	• Município • ULS • Agrup. de escolas • CLDS 5G
	1.17 Prevenir o desenvolvimento de transtornos emocionais/comportamentais;	- Avaliação constante e periódica para monitorização de evoluções e/ou novos problemas; - Importância de construir e apoiar as competências sociais da criança.	
	1.18 Acompanhamento psicológico das crianças de modo a atenuar os níveis de <i>stress</i> , ansiedade, irritabilidade e tolerância.		



2. POPULAÇÃO VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	Conscientização cívica na denúncia de violência doméstica.	2.1 Ações de prevenção e sensibilização em contexto escolar e na comunidade em geral para a denúncia da violência doméstica.	- Promoção de ações de sensibilização sobre a violência doméstica e informação e encaminhamento dos apoios existentes para esta problemática.	<ul style="list-style-type: none">• Município• Gab. Janela Aberta• RAP – CIM TS
	Intensificar o número de respostas sociais qualificadas de apoio às vítimas de violência doméstica.	2.2 Constituição de grupo de trabalho interinstitucional para aprofundamento da problemática e desenvolvimento de instrumentos de partilha de informação.	- Criação de uma base de dados que permita o registo de casos sinalizados e partilha de informação intrainstitucional.	<ul style="list-style-type: none">• Município• Gab. Janela Aberta• GNR• GAV
	Potenciar a capacitação e empoderamento das vítimas de violência doméstica.	2.3 Ações de intervenção integradas e multidisciplinares, direcionadas para o processo de empoderamento e autonomização das vítimas.	- Criação de programa de ações de valorização pessoal e de capacitação dirigidos às vítimas de violência doméstica.	<ul style="list-style-type: none">• Município• Gab. Janela Aberta
	Criação de um serviço de atendimento e acompanhamento ao agressor.	2.4 Criação de uma estrutura diferenciadora para agressores.	- Formação de técnicos em intervenção e reabilitação no agressor de violência doméstica; - Criação de medidas e ações que permitam a sua reabilitação e proteção de futuras vítimas.	<ul style="list-style-type: none">• Município• Gab. Janela Aberta• GAV• RAP – CIM TS
	Acompanhamento de casos específicos de violência filio-parental.	2.5 Campanha de alerta na comunidade para a situação específica de violência filio-parental com trabalho paralelo inter-serviços.	- Criar equipas multidisciplinares de intervenção na violência filio-parental.	<ul style="list-style-type: none">• Município• Escolas• CPCJ• CMPIP
3. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA SOCIAL	Aumentar o número de alojamentos para situações de emergência social.	3.1 Criação de respostas de acolhimento direcionada para pessoas em situação de emergência social.	- Reconversão de espaços devolutos em espaços de acolhimento.	<ul style="list-style-type: none">• Município
	Criar uma Rede Local Intermunicipal para situações de emergência social.	3.2 Criação de uma equipa multidisciplinar capacitada para intervir em situações de emergência social.	- Promoção de ações de informação e formação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos contextos de emergência social.	<ul style="list-style-type: none">• Município• Proteção Civil• IPSS/Associações• Associações Locais
	Definição de fluxograma interinstitucional.	3.3 Definição das responsabilidades e metodologia de atuação em caso de emergência social.	- Criar mecanismos de organização e planeamento de emergência social que defina papéis e responsabilidades.	<ul style="list-style-type: none">• Município• Segurança Social

2.2 - Estratégia de Intervenção na Vulnerabilidade Social

Identificada a intervenção no risco cumpre-nos versar sobre a intervenção ecuménica na área da vulnerabilidade social, adiantar intervenções que visem reduzir as desigualdades sociais, promover a inclusão social e garantir o acesso a direitos básicos para aqueles que enfrentam privações e dificuldades. Neste sentido, a vulnerabilidade social afeta diferentes grupos populacionais e é importante definir intervenções diferenciadas que respondam às necessidades e aos desafios enfrentados por cada um deles.

A estratégia de intervenção à população especialmente vulnerável pode aportar também novos desafios. Saliente-se o exemplo da população sénior, aos quais podem ser propostas novas oportunidades de emprego, o que trará benefícios inequívocos e atenua os efeitos negativos do envelhecimento da população a nível económico e social.

A este nível, apresentam-se alguns indicadores da vulnerabilidade social trabalhados no Diagnóstico Social:

- População com mais de 65 anos – 12 394 (17.8% do total da população)
- Processos Comissão Municipal de Proteção do Idoso de Penafiel (CMPIP) 2023 – 37 processos
- Índice de Longevidade – 43,5
- Nº Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas – 10
- Nº de pessoas em ERPI – 283
- Nº da lista de candidatos a ERPI – 357
- Nº Serviços de Apoio Domiciliário – 16
- Nº de pessoas em SAD – 418
- Nº da lista de candidatos a SAD - 89
- Nº Centros de Dia – 12
- Nº de pessoas em Centro Dia – 339
- Nº da lista de candidatos a Centro de Dia – 23
- Nº Centros de Convívio – 8
- Nº de pessoas em Centro Convívio – 174
- Nº lista de candidatos a Centro Convívio – 0
- Nº de beneficiários com Complemento Solidário para Idosos (CSI) – 1 580
- Beneficiários do Estatuto do Cuidador Informal – 153 Cuidadores
- Beneficiários da Prestação Social para a Inclusão – 1 177
- Lar Residencial – 1
- Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão – 3
- Titulares de bonificação por deficiência – 1 154
- Titulares por frequência de estabelecimento de educação especial – 208
- Proporção da população estrangeira com estatuto legal de residente – 0.84%
- Nº de refugiados vindos da Ucrânia – 81 refugiados

Tabela 5 - Área da Vulnerabilidade Social

GRUPO-ALVO	NECESSIDADES IDENTIFICADAS	AÇÕES PRIORITÁRIAS	DESCRIPTIVO/RACIONAL	Entidade promotora/recursos (existentes e a mobilizar)
4. PESSOAS IDOSAS	Aumento do número de vagas para as respostas de ERPI, SAD e Centro de Dia.	4.1 Aumentar a taxa de cobertura das valências.	- Criação de novas infraestruturas e/ou aumento das existentes, proporcionando assim uma maior taxa de cobertura das valências.	<ul style="list-style-type: none"> • Município • IPSS • CLAS • ISS, IP
		4.2 Alargar, qualificar e modernizar os serviços de apoio domiciliário.	- Implementação de novas medidas no serviço de apoio domiciliário, que permita uma maior estimulação, monitorização e acompanhamento da pessoa na sua residência.	<ul style="list-style-type: none"> • Município • IPSS • Juntas Freguesia • CLAS • ISS, IP
	Criação de vagas para pessoas idosas com problemas de saúde mental (demência, entre outros) em ERPI e Centros de Dia específicos para o efeito.	4.3 Capacitação de técnicos e alargamento do número de lugares das respostas existentes.	- Formação de cada equipa na resposta vocacionada para a intervenção na saúde mental e nas demências.	<ul style="list-style-type: none"> • Município • IPSS/Associações
	Combater o Isolamento Social.	4.4 Mapeamento dos idosos isolados e/ou em risco de isolamento.	- Georreferenciação dos idosos e criação de uma base de dados.	<ul style="list-style-type: none"> • Município • Radar Social • Juntas Freguesia • GNR
	Melhoria das condições para os cuidadores informais.	4.5 Concretização plena dos apoios aos cuidadores informais previstas no estatuto com as respetivas atualizações.	- Promover ações de divulgação e de esclarecimento acerca do Estatuto do Cuidador Informal.	<ul style="list-style-type: none"> • Município • IPSS/Associações • CLAS • Juntas Freguesia
	Diminuição da sobrecarga do cuidador.	4.6 Potenciar medidas para promover o descanso do cuidador.	- Criação de medidas para diligenciar no sentido de melhorar o projeto dos cuidadores informais já existente.	<ul style="list-style-type: none"> • Município • IPSS/Associações • Juntas Freguesia • ULS • ISS, I.P



	Dinamizar ações promovendo a estimulação cognitiva.	4.7 Implementação de programas de estimulação cognitiva nas respostas sociais.	- Disseminação de programas de estimulação cognitiva nas respostas sociais sendo alargado gradualmente para estruturas capazes de promover a estimulação numa resposta na freguesia.	<ul style="list-style-type: none">• Município• IPSS/Associações• Juntas Freguesia• CLAS
	Combater a infoexclusão.	4.8 Criação de espaços de contacto com as novas tecnologias de informação e comunicação.	- Promoção de espaços devidamente equipados com as novas tecnologias da informação e comunicação, que permitam à população idosa um contacto mais regular com estes instrumentos, prevenindo-se a exclusão digital.	<ul style="list-style-type: none">• Município• IPSS/Associações• Juntas Freguesia• CLAS
5. SENIORES	Diminuição dos níveis de sedentarismo dos seniores assi, melhorando a qualidade de vida e a consequente diminuição do isolamento social.	5.1 Promoção de atividade desportiva.	- Continuação da dinamização do projeto promovido pelo Município “Seniores + Ativos”.	<ul style="list-style-type: none">• Município• IPSS/Associações• CLAS
		5.2 Desenvolvimento de hábitos para uma alimentação saudável.	- Realização de rastreios nutricionais que visem a educação alimentar nesta faixa etária.	<ul style="list-style-type: none">• Município• ULS• ACES• IPSS/Associações• Diaverum
		5.3 Dinamização do Banco de Voluntariado.	- A dinamização do Banco de Voluntariado, pressupõe a inclusão da população sénior na organização e planificação de atividades sociais e culturais por forma a combater a solidão e o isolamento social.	<ul style="list-style-type: none">• Município• Juntas Freguesia• IPSS/Associações• CLAS
	Ações de informação e sensibilização para procedimentos de autoproteção em situações de violência, burlas e combate ao isolamento social.	5.4 Censos Seniores (observatório social), com a elaboração do Plano Gerontológico de Penafiel.	- Levantamento e Identificação das condições em que vive esta população para adoção de comportamentos de segurança e de autoproteção.	<ul style="list-style-type: none">• Município• GNR• Juntas Freguesia• IPSS/Associações• Radar Social
	Envolvimento dos seniores nas políticas sociais locais.	5.5 Criação de um Conselho Municipal Sénior.	- O Conselho Municipal Sénior terá funções consultivas e será composto por pessoas com conhecimentos em áreas diversificadas	<ul style="list-style-type: none">• Município• CLAS• IPSS/Associações



			permitindo dar voz ativa aos cidadãos desta faixa etária.	
	Aumento da Literacia Tecnológica.	5.6 Promover a participação e adaptação dos seniores às tecnologias de informação.	- Sessões de introdução à informática para seniores capacitando-os para a utilização das tecnologias de informação e comunicação.	<ul style="list-style-type: none">• Município• CLAS• IPSS/Associações• Juntas Freguesia
	Re(integração) desta faixa etária no sistema económico.	5.7 Empreendedorismo sénior.	- Formação e capacitação dos seniores para a criação de empresas e gestão do seu próprio negócio.	<ul style="list-style-type: none">• Município• IPSS/Associações
6. FAMÍLIAS	Incentivar as famílias para que sejam agentes ativos na aproximação/participação e envolvimento na sociedade e com as diversas responsabilidades que são confrontadas no dia-a-dia.	6.1. Alargamento do GAF composto por uma equipa que acompanhe as famílias na sua rotina, criando condições mais satisfatórias para a mediação dos seus problemas.	- Colaboração na promoção da inclusão social das famílias em situação de extrema vulnerabilidade, nomeadamente promovendo a ativação dos seus direitos, em articulação com outras entidades.	<ul style="list-style-type: none">• Município• CLAS• Radar Social• NLGPI
	Controlar e diminuir a ingestão medicamentosa para a instabilidade emocional, assim como para os problemas de saúde mental que a partir daí se desenvolvam.	6.2 Promoção de rastreios de saúde destinados aos agregados familiares em situação de vulnerabilidade.	- Desenvolvimento de feiras e rastreios da saúde gratuitos aos munícipes em situação de vulnerabilidade social.	<ul style="list-style-type: none">• Município• CESP• ISCE Douro• IPSS/Associações• Associações locais• CLAS• Juntas de Freguesia
	Diminuir as dependências das famílias, quer a nível social, económico, pessoal.	6.3. Ações de comunicação assertiva e de Literacia Financeira.	- Capacitação de técnicos no domínio da Comunicação Assertiva e Literacia Financeira para ações de formação de gestão orçamental familiar, precavendo do sobre-endividamento e de situações de fraude.	<ul style="list-style-type: none">• Município• IPSS/Associações• CLAS
	Aumento do poder de compra para as famílias.			



<p>Sinalização de famílias para uma melhor integração de agregados familiares mais vulneráveis.</p>	<p>6.4. Criação e dinamização de oficinas artístico-culturais.</p>	<p>- Dinamização de ações que promovam a integração dos agregados familiares mais vulneráveis na comunidade, através da sua participação em atividades culturais, recreativas, e de educação para uma igualdade e cidadania plena;</p> <p>- Sensibilização e capacitação de elementos de famílias vulneráveis para a salvaguarda do património cultural e natural do município, estimulando deste modo a cidadania plena;</p> <p>- Envolver os agregados familiares mais vulneráveis na recuperação de conhecimentos materiais e imateriais.</p>	<ul style="list-style-type: none">• SAAS• Radar Social• NLGPI
<p>Acompanhamento de proximidade para famílias mais vulneráveis.</p>	<p>6.5 Criação de uma equipa multidisciplinar que vá ao encontro das famílias no terreno.</p>	<p>- Realização de um acompanhamento de proximidade às situações de vulnerabilidade identificadas, baseado na identificação de gestores de caso que desenvolvam uma intervenção individualizada, integrada e participada;</p> <p>- Dinamizar ações individualizadas sobre gestão doméstica, parentalidade positiva, comunicação assertiva e alimentação variável e saudável aos munícipes;</p> <p>- Dinamizar ações grupais de promoção de competências e gestão e planeamento do projeto de vida.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Município• CPCJ• Gabinete Janela Aberta• Equipa para a Igualdade da Vida Local• SAAS• NLGPI• Radar Social



7. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE	Aumentar o número de vagas nas respostas/valências para a população com deficiência, nomeadamente CACI e Lar Residencial.	7.1 Criação de novas respostas, aliada ao aumento da capacidade das respostas já existentes.	- Readaptação/alargamento das respostas já existentes e criação de novas.	<ul style="list-style-type: none">• Município• IPSS• CLAS
		7.2 Criação de um serviço descentralizado que atue e proporcione respostas ao nível da intervenção precoce e CACI para pessoas portadoras de deficiência.	- Criação de uma equipa multidisciplinar que capacite o cuidador com estratégias para o ato de cuidar; - Os cuidadores serão capacitados para atividades de interação, utilizando os recursos existentes no contexto familiar.	<ul style="list-style-type: none">• Município• CLAS
		7.3 Melhorar o programa dos cuidadores informais, de forma a colmatar os casos de <i>burnout</i> .	- Potenciar o projeto já existente ao nível dos cuidadores.	<ul style="list-style-type: none">• Município• ISS. I.P• ULS
	Melhorar o acesso aos cuidados de saúde mental já existentes, associados e agravados pela pandemia COVID-19.	7.4 Criação Bolsa de Emprego (estágios e contratos de trabalho).	- Criação de uma bolsa emprego (estágios e contratos de trabalho) direcionada para as pessoas com deficiência, para as diferentes áreas, com acompanhamento de um tutor/instituição.	<ul style="list-style-type: none">• Município• IEFP• CLAS
		7.5 Criação de um circuito mais eficaz entre a família, saúde e instituição para um acompanhamento mais próximo do utente.	- Criação do fluxograma de acompanhamento.	<ul style="list-style-type: none">• Município• ULS• CLAS• Instituto de Segurança Social
	Aumento da retaguarda familiar.	7.6 Desenvolvimento de um projeto que atue ao nível do treino da autonomia pessoal e do acompanhamento sociofamiliar na população que lida direta ou indiretamente com a área da deficiência.	- O programa visa a promoção de atividades que levem ao aumento da participação e qualidade de vida das pessoas com deficiência, incluindo a autonomia; As atividades a desenvolver seriam tarefas domésticas, realização de compras, preparação de refeições e lavagem de roupa.	<ul style="list-style-type: none">• Município• CLAS• SAAS• APADIMP
	Diminuição do sedentarismo.	7.7 Promover a atividade desportiva com a criação de modalidades de	- Apoiar a criação de um Programa Municipal de Desporto Adaptado e dinamização da	<ul style="list-style-type: none">• Município• IPSS/Associações



		desporto adaptado e formação de técnicos especializados para residentes do concelho com algum tipo de deficiência e/ou incapacidade.	capacitação dos técnicos na área do desporto com formação creditada pelo IPDJ em Desporto adaptado.	<ul style="list-style-type: none">• Associações Locais• APADIMP
		7.8 Desenvolvimento de ações que promovam a inclusão e o combate à discriminação dos cidadãos em situação de vulnerabilidade, especialmente em razão da sua condição ou situação de deficiência ou dependência.	- Integração das pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidade na programação e execução das atividades e programas do município.	<ul style="list-style-type: none">• Município• APADIMP• CLAS• Juntas Freguesia• Associações locais• IPSS/Associações
	Maior articulação entre escolas, ELI e serviços infantojuvenis.	7.9 Criação de fluxograma capaz de desenvolver um trabalho articulado entre Escola, ELI e serviços infantojuvenis.	- Definição de um fluxograma de atuação para melhor articulação e comunicação entre serviços.	<ul style="list-style-type: none">• Município• CLAS• Escolas• Equipas ELI
8. MIGRANTES	Melhorar a articulação com a Agência para a Integração Migrações e Asilo (AIMA), assim como o Instituto da Segurança Social (ISS) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) assegurando canais de comunicação mais eficazes.	8.1 Criação de um circuito mais célere e eficaz com as instituições que envolvem todo o processo de acompanhamento do Migrante.	- Sensibilizar as instituições envolvidas no processo de acompanhamento para uma maior agilização nos procedimentos.	<ul style="list-style-type: none">• GAE/GAI• AIMA• Segurança Social• IEFP
		8.2 Criação de uma bolsa de formação para os técnicos das diferentes áreas que intervêm ou possam intervir com o público, de modo a expandir os seus conhecimentos sobre as várias temáticas inerentes à migração.	- Ações de capacitação para as equipas técnicas.	<ul style="list-style-type: none">• Ministério dos Negócios Estrangeiros• GAE/GAI• CLAIM
		8.3 Desenvolver ações de capacitação, empregabilidade e integração social de grupos migrantes.	- Dinamizar atendimentos individualizados aos migrantes, por forma a estimular a empregabilidade e integração social; - Desenvolver ações de capacitação promotoras da inclusão na comunidade e no território; - Divulgar as iniciativas existentes no <i>website</i> e redes sociais.	<ul style="list-style-type: none">• Município• IEFP• GAI• Juntas Freguesia• Associações locais• IPSS/Associações



	Promover mecanismos de informação dos serviços e respostas existentes no concelho.	8.4 Criação de um Guia de Recursos de Apoio ao Migrante.	- Criação de um Guia de Acolhimento e Orientação que agregue informação dos serviços e respostas existentes no concelho, uteis à participação e intervenção cívica dos cidadãos mais vulneráveis.	<ul style="list-style-type: none">• APADIMP• Juntas de Freguesia• Associações locais• IPSS/Associações• AIMA• GAE/GAI
	Promover a Interculturalidade.	8.5 Criar encontros interculturais proporcionando a partilha de culturas e saberes de quem acolhe e de quem é acolhido - Mentores para Migrantes.	- Criação de Grupo de Voluntários que visam apoiar, acompanhar e orientar os migrantes na resolução dos seus problemas; - Criar conteúdo informativo alusivo aos direitos e deveres através das redes sociais, <i>website</i> e em suporte papel.	<ul style="list-style-type: none">• GAE/GAI• Juntas de Freguesia• Associações Locais• IPSS/Associações
		8.6 Promoção de uma intervenção social em contextos de emergência, em articulação interinstitucional e multinível.	- Promoção de eventos e encontros interculturais no concelho para a população migrante.	<ul style="list-style-type: none">• Município• IEFP• Segurança Social• Juntas de Freguesia• Associações Locais• IPSS/Associações
9. REFUGIADOS	Diminuição da burocracia, assim como de alguns dos estereótipos existentes na integração no mercado de trabalho dos refugiados.	9.1 Criação de uma articulação direta entre os serviços da AIMA, Segurança Social, IEFP e os Gabinetes de GAE/GAI do Município de Penafiel.	- Criação de uma plataforma <i>online</i> que facilite a articulação entre serviços visando colmatar a morosidade e complexidade dos processos.	<ul style="list-style-type: none">• Município• AIMA• IEFP• Segurança Social
	Integração dos refugiados na comunidade escolar/formação, independente da idade e da sua formação.	9.2 Aplicação de ferramentas/bases de ensino diferenciado para os refugiados, sendo eles crianças/jovens/adultos.	- Ações de capacitação para melhor integração e participação cívica na comunidade; - Acesso a aulas de português.	<ul style="list-style-type: none">• Município• ISS,IP• IEFP
	Criação de condições para que os refugiados consigam, de forma mais rápida e eficaz a sua independência pessoal, familiar, social e profissional.	9.3 Desenvolver um plano de ação que integre abordagens nos vários domínios sociais, potenciando a integração dos refugiados.	- Proporcionar aos refugiados sessões de esclarecimento, assim como “encontros de família” para que consigam desenvolver capacidades mais eficazes a nível pessoal, familiar, social e profissional.	<ul style="list-style-type: none">• Município

2.3 - Estratégia de Intervenção na Pobreza e Exclusão Social

Tendo em consideração a Área da Pobreza e Exclusão Social que agregada à problemática social das Dependências, Saúde Mental, Disfuncionalidade e Desestruturação Individual e Familiar e Pessoas Sem Abrigo, constata-se um quadro global de necessidade de aumentar as respostas especializadas e mais profissionalizadas, com equipamentos e equipas técnicas que realizem concomitantemente um trabalho de estabilização (mental, emocional, clínico, terapêutico) e de inclusão com a construção de respostas assertivas na definição de projetos de vida viáveis e operativos no contexto social onde estes grupos se inserem.

Relembrando o Diagnóstico Social, apresentamos em seguida alguns indicadores trabalhados nesta área:

Dependências:

- ☑ Projeto de Respostas Integradas (PRI) – 1 programa em Penafiel;
- ☑ Número de utentes de Penafiel acompanhados pelo CRI Porto Oriental: 253, maioritariamente do sexo masculino;
- ☑ Principal substância consumida – dependência de Heroína e de Álcool;
- ☑ Dependência ao álcool é transversal a todas as faixas etárias e classes sociais;
- ☑ Faixa etária dos 46 aos 55 anos é o que assume maior expressividade nos municípios em acompanhamento pelo CRI Porto Oriental em todo o tipo de dependências;
- ☑ Relativamente à escolaridade dos utentes em acompanhamento, constata-se um enfoque no 1.º ciclo do ensino básico dos utentes em acompanhamento por consumo de álcool e o 2º ciclo do ensino básico dos utentes em acompanhamento por consumo de substâncias psicoativas ilícitas;
- ☑ Aumento do abuso de substâncias lícitas nos jovens sem substâncias, nomeadamente os jogos *online*;
- ☑ Aumento do jogo “raspadinha”, especificamente em mulheres e pessoas idosas;
- ☑ Inexistência de programas de prevenção;
- ☑ Isolamento social e impacto na saúde mental.

Saúde Mental:

- ☑ Falta de dados sobre Saúde Mental no concelho;
- ☑ Dificuldade de intervenção no domínio da Saúde Mental;
- ☑ Falta de respostas sociais e outras respostas para a Saúde Mental;
- ☑ *Deficit* de respostas de apoio para crianças e jovens com necessidade de intervenção terapêutica especializada;
- ☑ Dificuldade no acesso aos serviços especializados;
- ☑ Morosidade nos encaminhamentos para consultas de especialidade (pedopsiquiatria, psiquiatria e neurologia);
- ☑ Saúde Mental – problema atual e em crescimento exponencial (se correlacionarmos com os estilos de vida atuais das diversas classes etárias) sem política pública concertada de resposta;



Disfuncionalidade e Desestruturação Familiar:

- ☑ Diminuição da taxa de natalidade e aumento das novas tipologias dos agregados familiares, como os monoparentais;
- ☑ Diminuição do acompanhamento parental – modelos parentais deficitários;
- ☑ Nível de escolaridade completo das mães à data do nascimento tem vindo a aumentar, onde o mais predominante é o ensino secundário;
- ☑ 790 Beneficiários com processamento de RSI;
- ☑ 262 Beneficiários de SAAS;
- ☑ Diminuição dos Beneficiários do abono de família processado pela Segurança Social (2014-2022): - 1436 beneficiários;
- ☑ Beneficiários de prestações de desemprego diminuiu em – 2119 beneficiários para o mesmo período;
- ☑ - % de desemprego é maior no sexo feminino;

Pessoas em situação de Sem-Abrigo:

- ☑ Não foi assumido como um problema;
- ☑ Permanência temporária de “passantes”;
- ☑ No ano de 2022, foram identificados dois casos do sexo masculino, 64 e 45 anos, tendo sido encaminhados para casa de emergência social;
- ☑ Ausência de estruturas de acolhimento de emergência.

Para a intervenção na Pobreza e Exclusão Social, foram identificadas como grupos-alvo a intervir: População com dependências; Pessoas com doenças do foro mental e Pessoas sem-abrigo.

Tabela 6 - Área da Pobreza e Exclusão Social

GRUPO-ALVO	NECESSIDADES IDENTIFICADAS	AÇÕES PRIORITÁRIAS	DESCRIPTIVO/RACIONAL	Entidade promotora/ Recursos (Existentes e a mobilizar)
10. POPULAÇÃO COM DEPENDÊNCIAS	Criação de Equipas de tratamento ao álcool no território.	10.1 Implementação de canais de comunicação inter-serviços diferenciadores segundo o tipo de dependência, em articulação com o PRI de Penafiel.	- Protocolos que permitam uma intervenção com equipas de proximidade.	<ul style="list-style-type: none"> • ULS • SICAD • Ass. Desenv. Figueira
	Criação de Equipas de tratamento de substâncias psicoativas no território.			
	Criação de Programas de Prevenção em contexto escolar e na Comunidade.	10.2 Implementação de Programa de Prevenção com Equipa do CRI Porto Oriental.	- Desenvolver programas de prevenção em contexto escolar e campanhas junto da comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Município • ULS • SICAD
	Criação de circuito de comunicação específico/fluxograma.	10.3 Definição de Canais de Comunicação articulados inter-serviços.	- Criação de fluxograma capaz de encaminhamentos mais eficazes.	<ul style="list-style-type: none"> • Município • ULS • SICAD
	Maior esclarecimento relativamente às novas dependências.	10.4 Ações de intervenção de proximidade para a prevenção e sensibilização para as novas dependências (jogo patológico, novas tecnologias).	- Campanhas demonstrativas para o risco das novas dependências.	<ul style="list-style-type: none"> • Município • ULS • SICAD
	Assegurar a continuidade do Programa de Respostas Integradas de Penafiel “Reinserir Penafiel”.	10.5 Renovação do PRI em Penafiel na área da Reinserção.	- Efetuar nova candidatura junto do SICAD, atualizando o diagnóstico para as dependências.	<ul style="list-style-type: none"> • Município • SICAD • Ass. Desenv. Figueira



11. PESSOAS COM DOENÇAS DO FORO MENTAL	Aumentar as respostas sociais na área para crianças, jovens e adultos com doença mental.	11.1 Criação de Unidades Sócio ocupacionais para Infância, Adolescência e População Adulta.	- Sensibilizar as instituições concelhias para candidaturas em respostas sociais para a saúde mental.	<ul style="list-style-type: none">• Município• DPSD• ULS• IPSS/ULS
	Criação de projetos e estruturas comunitárias de apoio à Saúde Mental.	11.2 Criação de fluxogramas prevendo e rentabilizando os recursos na comunidade.	- Definição de circuitos mais eficientes para informação e agilização de processos de saúde mental.	<ul style="list-style-type: none">• Município• DPSD• ULS• IPSS/ULS
		11.3 Criação de Unidades de Vida Protegida.	- Programa reabilitativo que se desenvolve através de um acompanhamento individualizado e de atividades em grupo, estruturadas e dinamizadas segundo um plano de atividades. Promovendo a reabilitação, autonomia e a reintegração social.	<ul style="list-style-type: none">• Município• DPSD• ULS• IPSS/ULS
	Desenvolver estruturas residenciais para pessoas idosas com doença mental e doenças neuro-degenerativas.	11.4 Criação de ERPI para pessoas com doença mental e com doenças neuro-degenerativas.	- Reestruturar as ERPI existentes de forma a criar um espaço individualizado para pessoas com doenças do foro mental, proporcionando-lhes a importância e dedicação devidas.	<ul style="list-style-type: none">• Município• DPSD• ULS• IPSS/ULS
	Aumentar a literacia sobre saúde mental.	11.5 Levantamento de indicadores capazes de caracterizar a saúde mental na região.	- Proceder à construção de um diagnóstico para a saúde mental.	<ul style="list-style-type: none">• Conselho Municipal da Saúde• ULS
		11.6 Ações de sensibilização dirigidas aos serviços públicos e privados para práticas inclusivas orientadas para a saúde mental.	- Desenvolvimento de campanha para a necessidade de práticas mais inclusivas orientadas para a desmistificação dos problemas de saúde mental.	<ul style="list-style-type: none">• Município• Escolas formação• IPSS/Associações• Associações Locais• Juntas Freguesia



12. POPULAÇÃO COM DISFUNCIONALIDADE E DESESTRUTURAÇÃO INDIVIDUAL E FAMILIAR	Levantamento da real da situação da Pobreza no território.	12.1 Implementação e execução de um processo de georreferenciação do território.	- Desenvolvimento de um trabalho de parceria, cooperação, referenciação e de (re)conhecimento dos problemas de pobreza e exclusão social do concelho.	<ul style="list-style-type: none">• Município• ISS, I.P• Radar Social• SAAS• NLGI• CPCJ• ULS
	Combater a persistência do círculo vicioso da pobreza nas famílias.	12.2 Dinamização do Núcleo Local da Garantia para a Infância e do Programa Radar Social.	Os Núcleos Locais da Garantia para a Infância, estão especialmente dirigidos às problemáticas e necessidades das crianças, jovens e suas famílias, que se encontram em situação de pobreza e/ou exclusão social.	<ul style="list-style-type: none">• NLGI• CPCJ• Município• ULS
	Promoção das competências parentais.	12.3 Criação de um CAFAP – implementar programas que visem a valorização do potencial enquanto indivíduo, membro de uma família e de uma comunidade.	Um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) é um serviço de apoio a famílias em risco psicossocial com crianças ou jovens, atuando no desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais.	<ul style="list-style-type: none">• Município• ISS, IP• IEFPP• NLGI• CPCJ• ULS• Juntas freguesia
	Criação de estruturas de intervenção na área familiar e parental.			
Diminuir a resistência em assumir que cada indivíduo é o próprio agente ativo de mudança do seu percurso de vida.				
13. PESSOAS SEM-ABRIGO	Criação de estruturas de acolhimento de emergência para passantes.	13.1 Criação de um Centro de Acolhimento de Emergência Social.	- Habitação de urgência que permita o alojamento temporário de munícipes que vejam a sua habitação destruída ou gravemente afetada pela ocorrência, anómalas e imprevisíveis, de um acedente grave ou catástrofe e acolher, temporariamente vítimas de violência doméstica acompanhadas ou não de filhos menores.	<ul style="list-style-type: none">• Município• IHRU
	Ações de orientação profissional que explorem as competências pessoais, sociais e profissionais dos sem-abrigo participantes, com vista à identificação de competências facilitadoras de trajetórias de capacitação e delineação do projeto de vida.	13.2 Criação Habitação Colaborativa e Comunitária.	- Resposta de caráter residencial, temporário e/ou permanente, que dispõe de espaços de utilização comum, compartilhada com serviços de apoio promotores de interação social, intergeracionalidade e da inclusão social.	<ul style="list-style-type: none">• Município• Conferência S. Vicente de Paulo

2.4 – Estratégia de Intervenção na Exclusão Estrutural

2.4.1 – Emprego

A exclusão estrutural é um conceito que descreve a marginalização sistemática de certos grupos ou indivíduos dentro de uma sociedade devido a barreiras e desigualdades estruturais. É um processo que vai além de fatores individuais, com enfoque para as características do sistema social e económico que perpetuam a exclusão e a desigualdade. A exclusão estrutural abrange uma série de fatores interligados, como o desemprego, a situação dos jovens NEET (que não estudam nem trabalham), o desemprego de longa duração e a habitação inadequada. Esses problemas refletem desigualdades e barreiras estruturais que dificultam o acesso a oportunidades e afetam negativamente a vida das pessoas que, em determinadas situações, perpetuam ciclos de reprodução de pobreza estrutural.

A área da Exclusão Estrutural direciona-se para onde estão incluídas problemáticas sociais como o Desemprego, Jovens NEET, Desemprego de Longa Duração e Habitação.

Relembramos em seguida alguns indicadores trabalhados no Diagnóstico Social:

- Média anual de inscritos no Centro de Emprego de Penafiel (2022) – 2291 pessoas residentes no concelho;
- Média anual de inscritos no CTE (2022) com idade inferior a 25 anos – 240 jovens;
- Média anual de inscritos no CTE (2022) com idade entre os 25 e os 54 anos – 1226 pessoas;
- Média anual de inscritos no CTE (2022) com idade igual ou superior a 55 anos – 825 pessoas;
- O nível de escolaridade que regista um maior nº de desempregados é o ensino secundário;
- O concelho regista uma taxa de desemprego de 8%;
- A faixa etária com maior representatividade no que toca a pessoas à procura de novo emprego situa-se nos 45-54 anos seguida dos 25-34 anos;
- A taxa de desemprego de longa duração é mais alta no concelho de Penafiel, por comparação à taxa Nacional e regional, com maior representatividade no sexo feminino.

Para a área da exclusão estrutural, no que diz respeito ao eixo de intervenção, o pensamento estratégico é estruturado com base no resultado dos *focusgroup*, dinamizados no Diagnóstico Social, cujo plano de implementação apresenta-se na área do Emprego da seguinte forma:

Tabela 7 - Área da Exclusão Estrutural - Emprego

GRUPO-ALVO	NECESSIDADES IDENTIFICADAS	AÇÕES PRIORITÁRIAS	DESCRIPTIVO/RACIONAL	Entidade promotora/ Recursos (Existentes e a mobilizar)
14. DESEMPREGADOS	Atenuar a rigidez de trabalhos por turnos.	14.1 Capacitar e ajudar a desenvolver atitudes de procura ativa de emprego.	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar atendimentos descentralizados e individualizados na procura ativa de trabalho; - Realizar ações de informação sobre técnicas e competências na procura ativa de emprego; - Disponibilizar acesso a equipamento informático aos/as destinatários/as; - Criação de Website CLDS-5G, enquanto ferramenta para alcançar destinatários/as e como via de divulgação das ações; - Desenvolvimento de ações de formação; - Dinamizar feira de emprego e formação; - Criação de grupos de formação de autoestima; - <i>Workshops</i> de manualidades e empregabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • IEFP • GIP • CLDS 5G • Juntas Freguesia • IPSS/Associações • Associações Locais • Município • Escolas de formação profissional • Entidades formativas
	Combater as situações de indivíduos inseridos em regime de trabalho informal, sem proteção social.			
	Alargar a oferta formativa para desempregados, sem uma obrigatoriedade associada.			
	Ajustar a procura e a oferta no mercado de trabalho.			
	Diminuir os problemas de saúde associados.			
	Aumentar a qualificação da população desempregada.	14.2 Informar e encaminhar para oportunidades de qualificação desenvolvidas pelas autoridades públicas e privadas, nomeadamente medidas no âmbito da empregabilidade de jovens, cuidadores informais de pessoas com deficiência, de pessoas LGBTQIA, migrantes e de pessoas em situação de vulnerabilidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de ofertas de formação; - Encaminhamento de desempregados; - Monitorizar e divulgar a oferta formativa do concelho de Penafiel; - Divulgar iniciativas através do <i>website</i> e redes sociais; - Encaminhar os candidatos para a formação existente, de acordo com o seu perfil. 	<ul style="list-style-type: none"> • IEFP • GIP • Município • Escolas de formação profissional • Entidades formativas



15. JOVENS DESEMPREGADOS	Promover uma maior oferta de recursos/apoios a este segmento da população.	15.1 Informar sobre o conteúdo e abrangência das medidas ativas de emprego e oportunidades de integração profissional em todo o território.	- Continuação das ações de informação e divulgação das medidas e ofertas ativas de emprego (redes sociais e <i>website</i>); - Reforço da divulgação de ofertas (folhetos informativos); - Envolvimento dos desempregados envolvidos nas ações.	<ul style="list-style-type: none">• IEFP• Centros Qualifica• Associação Empresarial de Penafiel• GIP• Município• Escolas de formação profissional• Entidades formativas
	Contribuir para o ajustamento de expectativas face ao mercado de trabalho.			
	Atenuar a duração temporal em que se encontram desempregados.			
	Promover a motivação na procura ativa de emprego.			
	Criação de incentivos/benefícios para as entidades patronais na contratação.	15.2 Contribuir para a sensibilização/encaminhamento e orientação de alunos que abandonem ou concluem o sistema educativo.	- Sessões de competências sociais e profissionais; - Reuniões com profissionais da educação.	<ul style="list-style-type: none">• Agrupamentos de Escolas• CLDS 5G• Município• Escolas de Formação profissional
	Prevenir/atenuar o desemprego jovem.			
	Aumentar as respostas no mercado de trabalho.			
	Criar iniciativas que auxiliam a integração no mercado de trabalho.			
Promover o aumento de projetos profissionais autónomos.	15.3 Apoiar o enquadramento de projetos de autoemprego e de empreendedorismo	- <i>Workshops</i> temáticos e sessões de informação de empreendedorismo; - Dinamizar o gabinete de apoio a empreendedor;	<ul style="list-style-type: none">• IEFP• GIP• AEP• CLDS 5G	



		nos diferentes programas e instrumentos de apoio, promovendo o encaminhamento dos interessados para o apoio técnico.	<ul style="list-style-type: none">- Elaborar, acompanhar e encaminhar, sempre que necessário, para outros/as entidades/serviços candidaturas para a criação do próprio emprego;- Divulgar as iniciativas existentes para este efeito no <i>website</i>;- Apoio à criação de negócios.	<ul style="list-style-type: none">• Centros Qualifica• Município• Escolas de formação profissional• Entidades formativas
		15.4 Desenvolver ações que estimulem as capacidades empreendedoras e de inovação social dos jovens e de outras pessoas em idade ativa, uma perspetiva de reforço da iniciativa, inovação e criatividade, que constituam uma abordagem à atividade empresarial.	<ul style="list-style-type: none">- Dinamizar <i>workshops</i> de empreendedorismo e inovação social;- Promover visitas de estudo a empresas locais e regionais;- Divulgação das iniciativas existentes no <i>website</i> e redes sociais.	<ul style="list-style-type: none">• IIEFP• Município• Agrupamentos de Escolas• Microcrédito e Millennium BCP• Tecido empresarial o local e regional
16. DESEMPREGADOS DE LONGA DURAÇÃO	Adequação das ofertas de emprego.	16.1 Sensibilizar os empresários, as instituições e as entidades empregadoras locais para uma participação ativa na concretização de medidas ativas de emprego e em processos de inserção profissional e social.	<ul style="list-style-type: none">- Divulgar as iniciativas através do <i>website</i> e redes sociais;- Realização de contactos/reuniões com as entidades empregadoras, por forma a sensibiliza-las para a existência de mais-valia das medidas ativas de emprego e para a diminuição do impacto dos estereótipos de género na seleção profissional;- Disponibilizar apoio na elaboração e gestão de candidaturas a medidas ativas de emprego.	<ul style="list-style-type: none">• IIEFP• Associação empresarial de Penafiel• Município• IPSS/Associações• GIP• Juntas de Freguesia• Escolas de formação profissional• Entidades formativas• Tecido empresarial do território
	Prevenir o envelhecimento da população desempregada.			
	Promover a motivação para o mercado de trabalho.			
	Diminuir os problemas de saúde associados.			
	Criação de incentivos/benefícios para as entidades patronais na contratação.			



				<ul style="list-style-type: none">• Tecido empresarial do território
17. JOVENS NEET	Promoção de ações que promovam a motivação para o mercado de trabalho.	17.1 Desenvolver ações que visem a melhoria de aptidões e competências que promovam o sucesso no mercado de trabalho ou (re) entrar no sistema de educação/formação.	- Dinamização de espaços onde sejam desenvolvidas atividades de interesse cultural e artístico, que promovam e desenvolvam as competências motivacionais para o sucesso no mercado de trabalho.	<ul style="list-style-type: none">• IEFP• Município• Escolas formação profissional
	Diminuir o tempo de exposição às tecnologias de informação e comunicação.			
	Promover a literacia financeira.	17.2 Criação de <i>workshops</i> /formações presenciais e online sobre literacia financeira.	- Desenvolvimento de competências na área da literacia financeira.	<ul style="list-style-type: none">• IEFP• Município• Escolas formação profissional
	Criação de projetos profissionais que motivem o público-alvo, ajustados às suas necessidades, fomentando experiências e oportunidades de trabalho na comunidade.	17.3 Estabelecer parcerias inovadoras entre empresas/entidades empregadoras e do sistema de Emprego e Formação profissional.	- Apoio a empresas locais na promoção ativa de emprego.	<ul style="list-style-type: none">• IEFP• Município• CLDS 5G• Escolas formação profissional

2.4.2 – Habitação

A intervenção no que se refere à habitação, passa por refletir sobre as lacunas que atualmente a comunidade enfrenta no acesso a uma habitação condigna. É, por isso, fundamental definir-se ações que fomentem a oferta de um parque habitacional justo e acessível a todos os grupos etários e à condição económica de cada agregado familiar.

Neste contexto, importa relembrar alguns indicadores trabalhados no Diagnóstico Social na área da Habitação.

Para a área da habitação, no PDS eixo de intervenção na Habitação, estruturou-se o pensamento estratégico, com base nos dados contemplados no Diagnóstico Social e foi delineado o plano de implementação, transformando os problemas em necessidades e as intervenções em ações prioritárias:

HABITAÇÃO

- N.º de Candidaturas ao Programa 1.º Direito no âmbito do Aviso N.º 01/C02-i01/2021 - Investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - Componente 02 - Habitação - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação/PRR: 137
- N.º de Habitações a custos acessíveis – Enquadradas no Programa Penafiel Casa Acessível: 1
- N.º de famílias apoiadas através do PCA: 1
- N.º de Conjuntos Habitacionais de gestão municipal: 3
- N.º de frações municipais: 163
- N.º de pedidos/inscrições em habitação em regime de arrendamento apoiado: 54 inscrições
- N.º de inquilinos municipais: 368
 - Crianças (0-17 anos de idade): 45 (23 masculinos/22 femininos)
 - Homens: 150
 - Mulheres: 173
- N.º de habitações municipais adaptadas (ou previsão): 47 frações municipais incluídas na candidatura ao Programa 1.º Direito e 4 frações municipais identificadas em 2023, incluídas em projeto de empreitada para execução em 2024.
- N.º famílias apoiadas com o Penafiel Habita – Apoio ao Arredamento: 297 famílias, apoiadas no valor de 131.412,40€ em 2023.
- N.º de munícipes residentes em habitações do IHRU
- N.º de Conjuntos Habitacionais propriedade do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana: 3, dois deles em propriedade mista
- N.º de frações propriedade do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana: 264

Tabela 8 - Área da Exclusão Estrutural - Habitação

GRUPO-ALVO	NECESSIDADES IDENTIFICADAS	AÇÕES PRIORITÁRIAS	DESCRIPTIVO/RACIONAL	Entidade promotora/ Recursos (Existentes e a mobilizar)
18. POPULAÇÃO COM CARÊNCIA HABITACIONAL E/OU ECONÓMICA	Parque habitacional público insuficiente relativamente ao número de solicitações existente.	18.1 - Implementação das ações previstas na Estratégia Local de Habitação (ELH).	- Desenvolver a ELH, assente numa Carta Municipal da Habitação que integre habitação pública, construída, reabilitada ou disponibilizada pela Câmara Municipal e identifique as carências habitacionais do concelho.	<ul style="list-style-type: none"> • Município • Juntas de Freguesia • PNH • FNRE • Estratégia Portugal 2030 • PRR • IHRU
		18.2 - Aumentar o número de habitações em regime de arrendamento apoiado.	- Alargar o número de Habitações em Regime de Arrendamento apoiado através da utilização de território municipal (ou adquirir) para construção de raiz de mais e melhor parque habitacional municipal.	<ul style="list-style-type: none"> • Município (IHRU) • Juntas de Freguesia • PRR • Programa 1.º Direito • PNH • Estratégia Portugal 2030 • FNRE
		18.3 - Reabilitar, reconstruir e reconverter edifícios municipais devolutos ou inutilizados para uso habitacional.	- Inventariar, reabilitar e reconstruir o património municipal com aptidão para uso habitacional (público e privado, nomeadamente em solo urbanizado, edifícios abandonados, fogos devolutos, degradados ou abandonados).	<ul style="list-style-type: none"> • Município • Párcos • Juntas de Freguesia • PRR • Programa 1.º Direito • PNH • Estratégia Portugal 2030 • FNRE • IFRRU 2020
		18.4 - Aquisição do parque Habitacional público existente no conselho de Penafiel para gestão municipal.	- Transferir para a Câmara Municipal de Penafiel a gestão dos Conjuntos Habitacionais propriedade do IHRU, uma vez que é o Município que acompanha e conhece os seus municípios.	<ul style="list-style-type: none"> • Município • IHRU • PRR • PNH
	Habitações municipais desajustadas às necessidades dos seus residentes.	18.5 - Promover a reabilitação dos espaços comuns do Parque habitacional municipal, tornando-o mais acessível e seguro para população idosa e/ou com debilidades físicas.	- Prover os edifícios municipais de rampas e/ou plataformas mecânicas, elevadores e corrimões, de forma a torná-los mais acessíveis.	<ul style="list-style-type: none"> • Município • PRR • Programa 1.º Direito • Programa Mobilidades 360º



Assimetrias no acesso à habitação.				<ul style="list-style-type: none">• Plano de Envelhecimento Ativo e Saudável• Estratégia Portugal 2030• FNRE
		18.6 - Adaptação das habitações municipais com preservação da vida autónoma e remoção das barreiras, tornando-as mais acessíveis e inclusivas.	- Gerir as habitações de acordo com as características dos seus residentes, como por exemplo: transferir a população com limitações na mobilidade de andares superiores para andares inferiores; trocar banheiras por polibans; alargar as portas de forma a passar uma cadeira de rodas.	<ul style="list-style-type: none">• Município• PRR• Programa 1.º Direito• Programa Mobilidades 360º• Plano de Envelhecimento Ativo e Saudável• Estratégia Portugal 2030• Casa Eficiente 2020• Programa da Habitação ao <i>Habitat</i>• Programa de mobilidade habitacional no parque de arrendamento público
		18.7 – Investir no Programa Penafiel Habita – potenciando a alternativa a habitação social.	<ul style="list-style-type: none">- Revisão/alargamento do valor do Apoio Municipal ao Arrendamento (valor mensal, atribuído às famílias com comprovada carência económica para ajuda no pagamento de renda a privados), evitando os desalojamentos por ações de despejo;- Revisão/alargamento do valor do Apoio Municipal ao Fornecimento de Energia (<i>Plafond</i> anual de 150€ para pagamento de faturas de luz e/ou gás);- Os valores máximos a apoiar/praticar devem ter em conta as tipologias habitacionais assim como os rendimentos do agregado familiar;- Criar uma bolsa de senhorios privados;- Divulgação juntos das juntas de freguesia dos Apoios Municipais existentes neste âmbito.	<ul style="list-style-type: none">• Município• Senhorios• Programa Porta ao Lado• Proprietários• Juntas de Freguesia
		18.8 – Investir na qualificação formativa das equipas técnicas da habitação no âmbito dos programas nacionais e europeus.	- Promover e divulgar ações de sensibilização e formação às equipas técnicas do município com vista à sua qualificação no que se refere à implementação de programas de apoio à habitação municipais, nacionais e europeus.	<ul style="list-style-type: none">• Município• IHRU• PRR• PNH• NGPH• Programa Porta ao Lado
		18.9 – Promoção da igualdade de acesso a habitação condigna.	- Desenvolver ações de informação grupais sobre os programas de apoio e medidas existentes a nível	<ul style="list-style-type: none">• Município



			nacional e municipal, nas áreas da habitação, alimentação, literacia digital, direitos e deveres sobre ser inquilino municipal, aos residentes no território em situação de vulnerabilidade; - Prestar apoio técnico no que respeita aos programas de apoio à habitação, aos residentes no território em situação de vulnerabilidade.	<ul style="list-style-type: none">• CESP• ISCE Douro• IPSS/Associações• Juntas de Freguesia• Associações Locais
Escassa oferta de habitação no mercado de arrendamento privado a preços controlados e compatíveis com os rendimentos das famílias.	18.10 - Alargar os incentivos urbanísticos e fiscais para a construção de habitação acessível por promotores privados.		- Realização de parcerias públicas – privadas para operações de promoção; - Revisão e implementação do Programa Arrendamento Acessível à realidade Penafidense.	<ul style="list-style-type: none">• Município• IHRU• PRR• Programa “1.º Direito”• PCA• PNH (Plano Nacional da Habitação)• Programa Reabilitar para Arrendar• IFRRU 2020• FNRE
	18.11 - Revisão e divulgação dos Programas Nacionais e Municipais que incentivam à Habitação a custos acessíveis para os arrendatários.		- Divulgação junto da comunidade local dos Programas nacionais e municipais que promovam uma habitação condigna e acessível a todos os agregados familiares: Plano Municipal Solidário – Medida Penafiel Habita (Pequenas reparações domésticas; Apoio ao Arrendamento e ao Fornecimento de Energia); Programa Penafiel Casa Acessível; Porta 65 Jovem; Apoio Extraordinário à renda.	<ul style="list-style-type: none">• Município• IHRU• PRR• PCA• Estratégia Portugal 2030• PNH (Plano Nacional da Habitação)• Estratégia Portugal 2030• NGPH• IFRRU 2020• Programa Reabilitar para Arrendar• FNRE
Instabilidade do Mercado Habitacional causado pelo aumento desenfreado de ocorrências de ações de despejo.	18.12 - Aplicação de medidas de proteção aos arrendatários.		- Criação de medidas de proteção a arrendatários (salvaguarda com base na idade, situações de doença, menores a cargo, etc).	<ul style="list-style-type: none">• PRR• IHRU• Município• PNH• Programa Porta de Entrada• Programa Porta 65 Jovem• NGPH



		18.13 - Reforço da segurança e fiscalização ao arrendamento.	- Criação e intervenção de equipa de fiscalização relativa a condições de habitabilidade em situações que se justifique ao nível privado (como por exemplo o arrendamento ilegal).	<ul style="list-style-type: none">• PRR• IHRU• Município• PNH• NGPH
		18.14 - Promoção e incentivos aos contratos de longa duração.	- Criação de incentivos fiscais que, beneficiem os proprietários na aplicação de contratos de longa duração, de forma a prevenir ações de despejo e consequentemente o aumento da procura de habitação.	<ul style="list-style-type: none">• PRR• IHRU• Município• PNH• NGPH)• Programa Reabilitar para arrendar• Estratégia Portugal 2030
	Garantir respostas de emergência para situações de risco e emergência social.	18.15 - Aumentar as soluções de alojamento urgente e temporário.	- Necessidade de reforço da rede pública de resposta a necessidades urgentes de alojamento, decorrentes de eventos inesperados ou imprevisíveis – como catástrofes naturais, incêndios, pandemias, movimentos migratórios, pedidos de asilo ou situações de risco eminente como a violência doméstica, risco de desalojamento, etc.	<ul style="list-style-type: none">• IHRU• Município• Plano Nacional de Alojamento Urgente e temporário - Bolsa Nacional de alojamento urgente e temporário• Programa Porta de Entrada
	Falta de condições de habitabilidade e salubridade em arrendamento privado.	18.16 - Garantir soluções habitacionais sustentáveis e de qualidade através da reabilitação, tendo em conta o aumento da eficiência energética e do conforto térmico das habitações.	- Continuação e reformulação de critérios dos programas de apoio à reabilitação/melhora de condições em alojamentos privados com vista à reabilitação energética e ao conforto térmico como direito fundamental de todos os cidadãos, independente da condição económica e financeira dos agregados.	<ul style="list-style-type: none">• PRR• IHRU• Município• PNH• Programa 1.º Direito• Programa Edifícios + Sustentáveis• Vale Eficiência• Estratégia Portugal 2030• FNRE• Programa Reabilitar para Arrendar• IFRRU 2020• Estratégia Portugal 2030
	18.17 - Promoção de incentivos fiscais aos senhorios para melhoria das condições de habitabilidade.	- Alargar os incentivos urbanísticos e fiscais para a construção de habitação acessível por promotores privados.	<ul style="list-style-type: none">• Município• IHRU• PRR• PCA	



			Realização de parcerias públicas – privadas para operações de promoção.	<ul style="list-style-type: none">• IFRRU 2020• Programa Reabilitar para Arrendar• FNRE• Estratégia Portugal 2030• Casa Eficiente 2020
		18.18 - Promover o apoio a obras de adequação, conservação ou reparação em habitações próprias e permanentes.	- Regulamentação de um apoio que tenha por objetivo incentivar à realização de obras de conservação, reparação ou beneficiação em habitações degradadas compartilhando os respetivos custos, dotando as habitações de conforto, salubridade e segurança. O apoio destina-se exclusivamente a pessoas singulares constituídas em agregados familiares cuja situação socioeconómica não lhes permita proceder adequar a habitação às condições mínimas de habitabilidade.	<ul style="list-style-type: none">• PRR• IHRU• Município• PNH• Programa 1.º Direito• Programa Edifícios + Sustentáveis• Vale Eficiência• Estratégia Portugal 2030• FNRE• Programa Reabilitar para Arrendar• IFRRU 2020• Estratégia Portugal 2030• Projeto Reabilitar como Regra
Entraves na compra e/ou construção de habitações para a população jovem em início de vida.	18.19 - Isenção do IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis) para jovens.	- Criação de incentivos monetários que promovam a independência jovem.		<ul style="list-style-type: none">• IHRU• PRR• Estratégia Portugal 2030• Município• PNH
	18.20 - Agilização de procedimentos de licenciamento e comunicação prévia na promoção de habitação.	- Tratando-se a compra de habitação de um processo burocrático e com diversos custos associados, estes são entraves na conjuntura atual para a população jovem em início de vida.		<ul style="list-style-type: none">• IHRU• PRR• Estratégia Portugal 2030• Município• PNH
Aumento crescente de agregados isolados na procura de habitação em regime de arrendamento apoiado e privado.	18.21 - Apoios e incentivos à criação de novas tipologias habitacionais destinadas a nichos sociais; específicos (estudantes, famílias monoparentais, isolados, professores, enfermeiros, seniores).	- Com o aumento da conjuntura habitacional aliada à degradação das condições de vida, migrações e aumento da pobreza, assiste-se a um aumento considerável de uma procura de habitação de tipologias tipo T1 ou T2 (com grande predominância dos T1). Pelo que é urgente criar tipologias adequadas a esta população.		<ul style="list-style-type: none">• Município• IHRU• PRR• Programa 65 Jovem• Programa Chave na mão• Estratégia Portugal 2030• PNH



				<ul style="list-style-type: none">• PCA• Programa Porta de Entrada
		18.22 - Promover a habitação intergeracional.	- Criação de uma nova geração de cooperativismo para a promoção da habitação acessível com o desenvolvimento de projetos de uma forma intergeracional, incluindo habitação colaborativa.	<ul style="list-style-type: none">• PRR• Município• IHRU• PNH

Capítulo III

Tipologia de Projetos

3.1 – PROJETOS ÂNCORA

O projeto Âncora, definido a partir das áreas identificadas como prioritárias e passíveis por serem exequíveis, pretende ser uma resposta focalizada nos impactos sociais relevantes identificados no concelho: o embotamento social, a desocupação dos mais jovens, a necessidade premente em estimular e proporcionar melhor qualidade de vida às pessoas idosas do concelho e a todos os agregados familiares em situação de vulnerabilidade social.

O projeto Âncora tem como objetivo estratégico a congregação de microiniciativas numa intervenção consistente de continuidade e capacidade de produzir impacto.

3.1.1 – PROJETO: CUIDAR GERAÇÕES

Projeto de especial relevância no Município (atual ou futuro) que serve de veículo de comunicação da política social local na área temática na qual intervém. Esta tipologia de projeto serve ou poderá servir de “bandeira” comunicacional no Município pela consistência e visibilidade adquirida. O facto de ser um elemento agregador e integrador, à escala municipal ou supramunicipal, de intervenções demasiado fragmentadas e setoriais, são algumas das características mais proeminentes deste projeto. Trata-se de um projeto de continuidade que vai evoluindo, adaptando-se como um modelo de gestão assente numa parceria estruturada. Este tipo de projeto capta financiamentos e tem uma designação já reconhecida na comunidade, incorporando conhecimento, especialização e equipas técnicas qualificadas.

No que se refere às questões da intergeracionalidade, implica desenhar o projeto tendo em conta oito subprojectos:

- **SUBPROJETO 1 - Campo de Férias Intergeracional Avós e Netos** (Famílias do concelho de Penafiel);
- **SUBPROJETO 2 - Férias Desportivas** (Crianças e jovens dos 7 aos 15 anos);
- **SUBPROJETO 3 – Férias Educativas** (Crianças dos 6 aos 12 anos);
- **SUBPROJETO 4 – Colónias de Férias para os Idosos** (População com 65 e mais anos);
- **SUBPROJETO 5 – Projeto “Conhecer para Conservar – Voluntariado Jovem para a Natureza e Floresta”** (Jovens dos 14 aos 35 anos de idade);
- **SUBPROJETO 6 – Cuidar +** (População com algum tipo de deficiência e/ou incapacidade e cuidadores informais do concelho);
- **SUBPROJETO 7 – Meno (s) Pausa + Movimento** (Mulheres em situação menopáusicas);
- **SUBPROJETO 8 – Voluntariado de proximidade** (População com 65 e mais anos ou com algum grau de dependência/incapacidade).

Tabela 9 – Projeto: Cuidar Gerações

CUIDAR GERAÇÕES			
ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS LOCAIS, OUTROS PROJETOS E SERVIÇOS	ENTIDADE PROMOTORA	ENTIDADE GESTORA	ENTIDADES EXECUTORAS
<ul style="list-style-type: none"> • Núcleo Local da Garantia para a Infância • Plano de Ação Rede Social • Carta Social Municipal • Carta Desportiva • Radar Social • Carta Educativa 	Câmara Municipal de Penafiel	Câmara Municipal de Penafiel – Pelouro do Desporto e Departamento de Ação Social, Habitação e Saúde.	Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Comunidade.
MODELO DE GESTÃO	FINANCIAMENTO	LIGAÇÃO À COMUNIDADE E PRÁTICAS DE INCLUSÃO	BOAS PRÁTICAS E INOVAÇÃO
Equipa constituída por elementos de gestão do Município e por entidades público-privadas na execução das atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Município; • PRR; • Norte 2030. 	O projeto procura integrar e articular todos os recursos municipais e serviços que possam constituir uma oportunidade para os grupos-alvo, no sentido de promover, em colaboração com as instituições do concelho, atividades de animação sociocultural, direcionadas a diferentes públicos.	Pretende contribuir para a dignificação e melhoria da qualidade de vida da população; minorar os fatores de isolamento social, proporcionando uma vida mais ativa; fomentar o convívio, as relações intergeracionais e a troca de experiências.
SUBPROJETO 1 Campo de Férias Intergeracional Avós e Netos			
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS		CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO	
Famílias do Concelho de Penafiel		<ul style="list-style-type: none"> • Combater o sedentarismo; • Promoção de um estilo de vida saudável; • Aumentar a qualidade de vida; • Falta de ocupação de tempos livres para crianças e jovens; • Dificuldade no acesso a atividades lúdicas, desportivas; • Isolamento social com excessiva exposição a ecrãs; • Aumento dos transtornos emocionais/comportamentais com aumento do risco para a saúde mental. 	
OBJETIVOS			
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
Até 2030 o projeto torna-se numa resposta efetiva para as pessoas idosas e crianças e jovens.	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a participação ativa; • Rentabilizar os equipamentos desportivos de que o concelho dispõe; • Promover o conhecimento paisagístico local; • Promover o convívio intergeracional; • Valorizar a troca de experiências entre gerações; • Prevenir o isolamento social dos seniores e das crianças e jovens; • Proporcionar um envelhecimento ativo, saudável e integrado; • Promover aprendizagens em contextos informais; • Promover a cidadania ativa; • Fomentar a entreatajuda entre o grupo; • Reforçar os afetos, o respeito mútuo e a partilha; • Fomentar e apoiar o voluntariado. 		



METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
1ª fase – Capacitação da equipa técnica; 2ª fase – Definição dos locais no concelho a realizar a atividade; 3ª fase – Publicitação das atividades a desenvolver; 4ª fase – Inscrição dos beneficiários; 5ª fase – Implementação das atividades; 6ª fase – Monitorização/acompanhamento; 7ª fase – Avaliação das atividades.	<ul style="list-style-type: none">• N.º de atividades realizadas;• N.º de beneficiários iniciais/finais;• N.º de presenças por atividade;• Inquérito de avaliação.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
Campo de férias não residencial no concelho de Penafiel com atividades: Desportivas; Jogos tradicionais e Partilha de experiências entre as diferentes gerações, que permitam a partilha de histórias de vida, saberes tradicionais, contribuindo-se para o diálogo “Entre o passado e o presente”.	
SUBPROJETO 2 FÉRIAS DESPORTIVAS	
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
Crianças e jovens dos 7 aos 15 anos do concelho de Penafiel	<ul style="list-style-type: none">• Falta de ocupação de tempos livres para crianças e jovens;• Sobre-exposição de crianças e jovens às tecnologias de informação e comunicação;• Dificuldade no acesso a atividades lúdicas e desportivas;• Isolamento social;• Aumento dos transtornos emocionais/comportamentais com risco para a saúde mental.
OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Implementar a prática desportiva como ocupação ativa dos jovens do concelho de Penafiel, contribuindo para o desenvolvimento físico e social dos jovens.	<ul style="list-style-type: none">• Promover a integração social e a socialização dos jovens através da participação grupal;• Promover uma cultura de hábitos e estilos de vida saudáveis com impacto positivo no processo de desenvolvimento dos jovens ao nível na sua saúde e qualidade de vida;• Promover a educação e a formação desportiva em determinadas modalidades;• Promover e enraizar a participação desportiva regular nos jovens com o consequente aumento dos índices de prática desportiva no concelho.
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
1ª fase – Capacitação e definição da equipa técnica; 2ª fase – Realização do cronograma de atividades; 3ª fase – Publicitação do programa e atividades a desenvolver; 4ª fase – Inscrição dos beneficiários; 5ª fase – Implementação das atividades; 6ª fase – Monitorização/acompanhamento; 7ª fase – Avaliação das atividades.	<ul style="list-style-type: none">• N.º de atividades realizadas;• N.º de beneficiários iniciais/finais;• N.º de presenças por atividade;• Inquérito de avaliação.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
Desenvolvimento de atividades desportivas regulares durante uma semana de verão com: Jogos recreativos; Atividades em contacto com a natureza; Padel; BTT; Visitas à praia e realização de <i>bodyboard</i> e surf; Experimentação de artes marciais; Desportos radicais; Golfe; entre outros.	



SUBPROJETO 3 FÉRIAS EDUCATIVAS	
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
Crianças dos 6 aos 12 anos de idade do concelho de Penafiel	<ul style="list-style-type: none"> Falta de ocupação de tempos livres para crianças e jovens; Sobre-exposição de crianças e jovens às tecnologias de informação e comunicação; Dificuldade no acesso a atividades lúdicas e desportivas; Isolamento social; Embotamento social e aumento dos transtornos emocionais/comportamentais com aumento do risco para a saúde mental.
OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Até 2030 as férias educativas são alargadas para todos os períodos não letivos	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a participação ativa em contexto social; Combater o isolamento social das crianças e jovens; Proporcionar um crescimento ativo, saudável e integrado; Promover a aprendizagem em contextos informais; Proporcionar momentos de convívio; Promover a cidadania ativa; Fomentar a entreaajuda e o espírito de equipa; Reforçar os afetos, o respeito mútuo e a partilha.
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
1ª fase – Capacitação e definição da equipa técnica; 2ª fase – Realização do cronograma de atividades; 3ª fase – Publicitação do programa e atividades a desenvolver; 4ª fase – Inscrição dos beneficiários; 5ª fase – Implementação das atividades; 6ª fase – Monitorização/acompanhamento; 7ª fase – Avaliação das atividades.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de atividades realizadas; N.º de beneficiários iniciais/finais; N.º de presenças por atividade; Inquérito de avaliação.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
Desenvolvimento de atividades regulares durante uma semana de verão como: Visitas ao Wow Porto e ao Museu Municipal; Realização de atividades de lazer no Cubo Mágico, Piscinas Municipais, Cinema, Magikland e Luduscience;	
SUBPROJETO 4 COLÓNIAS DE FÉRIAS PARA IDOSOS	
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
População do concelho com 65 e mais anos de idade	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da dependência a todos os níveis; Agravamento nos casos de saúde mental no pós-pandemia; Sedentarismo; Isolamento social; Diminuição da qualidade de vida.



OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Tornar as colónias de férias um encontro anual, representando um tempo que as pessoas idosas possam ter consigo próprias, com os outros e com a natureza. Tem por objetivo a satisfação das necessidades de lazer e quebra de rotinas essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social daqueles que se encontrem em situação de mais vulnerabilidade social e nem sempre possuem condições para o gozo de férias.	<ul style="list-style-type: none">• Fomentar a participação ativa;• Prevenir a solidão e o isolamento social;• Promover aprendizagens em contextos informais;• Proporcionar momentos de convívio;• Promover a cidadania ativa;• Fomentar a entreatajuda;• Reforçar os afetos, o respeito mútuo e a partilha.
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
1.ª fase – Recrutamento da equipa técnica de acompanhamento; 2.ª fase – Cronograma temporal e logístico a implementar; 3.ª fase – Publicitação da colónia e abertura de inscrições; 4.ª fase – Inscrição dos beneficiários; 5.ª fase – Desenvolvimento da colónia e atividades a desenvolver; 5.ª fase – Monitorização e avaliação das atividades.	<ul style="list-style-type: none">• N.º de idosos inscritos na atividade;• Inquérito de avaliação.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
Seleção de um local de férias, fora do concelho, para férias com a população idosa, incluindo-se atividades lúdicas, recreativas, desportivas e culturais, com momentos de, convívio, lazer e partilha de experiências.	
SUBPROJETO 5 “CONHECER PARA CONSERVAR – PROJETO DE VOLUNTARIADO JOVEM PARA A NATUREZA E FLORESTA”	
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
Jovens (dos 14 aos 35 anos de idade)	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de projetos profissionais;• Desmotivação para o mercado de trabalho;• Combater o sedentarismo e o isolamento;• Promoção de estilos de vida saudáveis;• Aumentar a qualidade de vida;• Falta de ocupação de tempos livres;• Excessiva exposição a ecrãs;• Aumento dos transtornos emocionais/comportamentais com aumento do risco para a saúde mental.
OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Até 2030 a zona de intervenção do Projeto “Conhecer para conservar”, expande-se a todas as freguesias do concelho.	<ul style="list-style-type: none">• Contribuir para a preservação da natureza e floresta;• Promover a ocupação juvenil;• Capacitar os jovens acerca da sustentabilidade ambiental;• Renaturalização de Penafiel através da limpeza, monitorização e conservação dos ecossistemas terrestres e ripícolas;• Controlo e combate das espécies invasoras;• Divulgação de todo este trabalho elaborado no âmbito da preservação ambiental;• Contribuir para o desenvolvimento de capacidades pessoais e intelectuais.



METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
<p>1ª fase – Capacitação da equipa técnica; 2ª fase – Definição das zonas a intervir no concelho; 3ª fase – Publicitação do programa; 4ª fase - Inscrição dos participantes; 5ª fase – Implementação do programa e atividades; 6ª fase – Monitorização/acompanhamento; 7ª fase – Avaliação dos resultados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de Jovens inscritos e participantes no Projeto; • N.º de atividades realizadas; • N.º de beneficiários iniciais/finais.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza dos caminhos envolventes ao rio Cavalum, contribuindo para a renaturalização de Penafiel com a limpeza, monitorização e conservação dos ecossistemas terrestres e ripícolas; • Controlo e combate das espécies invasoras; • Divulgação à comunidade. 	
SUBPROJETO 6 CUIDAR +	
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
<p>Programa destinado a grupos-alvo específicos: população com algum tipo de deficiência e/ou incapacidade e cuidadores informais do concelho</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos problemas de saúde mental com recurso à automedicação; • Aumento da dependência a todos os níveis; • Aumento do sedentarismo e isolamento social; • Baixos níveis da prática de atividade física; • Diminuição da qualidade de vida.
OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<p>Implementação de atividade física com regularidade semanal, com vista à melhoria da qualidade de vida das pessoas com algum tipo de deficiência e/ou incapacidade e cuidadores informais do concelho, quer a nível físico como mental.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da atividade física e estilo de vida saudável; • Mobilizar a população sedentária integrando a atividade física em rotinas diárias; • Aumentar o conhecimento dos benefícios sociais e da saúde na prática da atividade física; • Melhorar a autonomia funcional e social dos beneficiários; • Fomentar a participação social e comunitária; • Contribuir para a diminuição das problemáticas de foro mental.
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
<p>1.ª fase – Contratação da equipa técnica; 2.ª fase – Calendarização e organização logística das atividades a desenvolver; 3.ª fase – Publicitação do programa; 4.ª fase – Inscrição dos beneficiários; 5.ª fase – Organização de turmas e início das atividades; 6.ª fase – Monitorização e avaliação de resultados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de atividades realizadas; • N.º de beneficiários; • N.º de presenças por atividade; • Inquérito de avaliação.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
<ul style="list-style-type: none"> • Recrutamento de beneficiários, organização de turmas (para cuidadores informais e desporto adaptado) e logística das atividades; • Desenvolvimento de turmas para a prática da modalidade, realizadas duas vezes por semana nas salas e pavilhões desportivos. 	



SUBPROJETO 7 MENO (S) PAUSA + MOVIMENTO	
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
Mulheres do concelho de Penafiel em situação de pós – menopausa (abrangendo uma faixa etária que poderá iniciar nos 45 anos e sem limite de idade)	<ul style="list-style-type: none">• Aumento dos problemas de saúde mental com recurso à automedicação;• Aumento da dependência a todos os níveis;• Aumento do sedentarismo e isolamento social;• Baixos níveis da prática de atividade física;• Diminuição da qualidade de vida.
OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Implementar um programa de exercício dirigido a mulheres pós- menopáusicas, com periodicidade estabelecida como critério de exclusão e acompanhadas por uma equipa médica especializada.	<ul style="list-style-type: none">• Implementação da prática de exercício físico orientado para as necessidades da mulher após a menopausa, supervisionada por profissionais especializados;• Promover com periodicidade semanal, comportamentos saudáveis na pós-menopausa;• Contribuir para a redução do declínio funcional e prevenção do isolamento social;• Propagar o envolvimento nas atividades comunitárias, uma participação ativa no trabalho e na sociedade.
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
1.ª fase – Contratação da equipa técnica; 2.ª fase – Calendarização e organização logística das sessões a desenvolver; 3.ª fase – Publicitação do programa municipal e abertura de inscrições; 4.ª fase – Inscrição dos beneficiários; 5.ª fase – Organização de turmas e início das sessões; 6.ª fase – Monitorização (semanal com os técnicos de exercício físico) e avaliação de resultados (através dos rastreios médicos).	<ul style="list-style-type: none">• N.º de atividades realizadas;• N.º de beneficiários;• N.º de presenças por atividade;• Inquérito de avaliação.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento de aulas de grupo, 3 vezes por semana, com foco no exercício físico multimodal (intercalando, entre o tipo cardiovascular, de força, equilíbrio e flexibilidade); Atividades exercidas, alternadamente e consoante a previsão temporal, em contacto com a natureza ou em contexto <i>indoor</i> (dentro da sala); Rastreios de aptidão física (composição corporal, aptidão aeróbica e muscular).	
SUBPROJETO 8 VOLUNTARIADO DE PROXIMIDADE	
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
Idosos e ou/dependentes do concelho Penafiel	<ul style="list-style-type: none">• Combater a solidão e o isolamento social;• Agravamento de casos de saúde mental;• Ausência total de vagas nas respostas ERPI, SAD e Centro de dia;• Falta de retaguarda familiar;• Minimizar a solidão e/ou isolamento social dos idosos e/ou dependentes, através do acompanhamento e apoio no domicílio.
OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS



<p>O Projeto Voluntariado de Proximidade visa combater o isolamento/solidão dos idosos e/ou dependentes do concelho através do acompanhamento e apoio no domicílio e até 2030 o projeto torna-se uma resposta efetiva no concelho.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Fomentar atividades de lazer;• Promover o convívio;• Contribuir para a estabilidade e segurança emocional;• Facilitar o acesso a infraestruturas básicas de saúde, religiosas e idas ao supermercado;
<p>METODOLOGIA</p>	<p>INDICADORES DE AVALIAÇÃO</p>
<p>1ª Fase: Georreferenciação de idosos; 2ª Fase: Formação e recrutamento de voluntários; 3ª Fase: Organização logística a material para execução; 4ª Fase: Divulgação do projeto; 5ª Fase: Desenvolvimento do projeto; 6ª Fase: Acompanhamento e monitorização.</p>	<ul style="list-style-type: none">• N.º de voluntários;• N.º de beneficiários;• Taxa de sucesso do programa;• Aplicação de inquérito por questionário aos participantes;• Inquérito de avaliação.
<p>AÇÕES TIPO/INICIATIVAS</p>	
<p>Acompanhamento pessoal a idosos e/ou dependentes: Escutar e Conversar; Fazer companhia; Prestar apoio burocrático; Passeios; Acompanhar nas idas ao médico, fazer análises; Organizar medicação; Auxiliar na ida às compras. Sinalização de casos de negligência, encaminhamento de situações de carência económica e social.</p>	

3.1.2 – PROJETO: SENIORES +ATIVOS

Este é um projeto promovido e desenvolvido pelo Município de Penafiel, que se caracteriza por um vasto conjunto de programas e iniciativas regulares e contínuas, que integram a prática de atividades diversas de exercício físico e desporto lúdico, organizadas de forma adequada, equilibrada e proporcional à condição física e de saúde dos seus praticantes.

Face à pluridimensionalidade deste projeto, o mesmo encontra-se dividido em cinco subprojetos os quais englobam diferentes formas de atuação:

- **SUBPROJETO 1 – Boccia** (População com 65 e mais anos de idade);
- **SUBPROJETO 2 – Terceira Idade em Movimento** (População com 65 e mais anos de idade);
- **SUBPROJETO 3 – Atitude é Saúde** (População com 65 e mais anos de idade);
- **SUBPROJETO 4 – Diabetes em Movimento** (População com 65 e mais anos de idade);
- **SUBPROJETO 5 – Hidroginástica/Fitness Aquático** (População com 65 e mais anos de idade);

Tabela 10 - Projeto: Seniores + Ativos

SENIORES + ATIVOS			
ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS LOCAIS, OUTROS PROJETOS E SERVIÇOS	ENTIDADE PROMOTORA	ENTIDADE GESTORA	ENTIDADES EXECUTORAS
<ul style="list-style-type: none"> • Carta Desportiva de Penafiel; • Carta Social Municipal de Penafiel; • Plano de Ação da Rede Social de Penafiel; • Diagnóstico Social do concelho local de Ação Social de Penafiel 2023. 	Câmara Municipal de Penafiel	Câmara Municipal de Penafiel – Pelouro do Desporto	Município de Penafiel
MODELO DE GESTÃO	FINANCIAMENTO	LIGAÇÃO À COMUNIDADE E PRÁTICAS DE INCLUSÃO	BOAS PRÁTICAS E INOVAÇÃO
Equipa constituída por elementos de gestão do Município	Município de Penafiel	Promoção e organização de programas e iniciativas destinadas à população sénior, no âmbito do Desporto para Todos visando a melhoria do seu bem-estar físico e social.	Proporcionar um envelhecimento ativo e saudável visando combater o sedentarismo e o isolamento social da comunidade sénior, através da prática coletiva e grupal de atividades físicas, desportivas e de lazer ativo.
SUBPROJETO 1 BOCCIA			
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO		
População com 65 e mais anos de idade	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos problemas de saúde mental com recurso à automedicação; • Aumento da dependência a todos os níveis; • Aumento do sedentarismo e isolamento social; • Baixos níveis da prática de atividade física; • Diminuição da qualidade de vida. 		
OBJETIVOS			
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
Implementação de atividade física regular, com vista a melhorar a qualidade de vida dos seniores do concelho quer a nível físico como mental.	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da atividade física e estilo de vida saudável; • Mobilizar a população sedentária integrando a atividade física em rotinas diárias; • Aumentar o conhecimento dos benefícios sociais e da saúde na prática da atividade física; • Melhorar a autonomia funcional e social dos idosos; • Fomentar a participação social e comunitária; • Contribuir para a diminuição das problemáticas de foro mental. 		
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO		
1.ª fase – Contratação da equipa técnica; 2.ª fase – Calendarização e organização logística das atividades a desenvolver; 3.ª fase – Publicitação do programa municipal e abertura de inscrições; 4.ª fase – Inscrição dos beneficiários; 5.ª fase – Organização de turmas e início das atividades;	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de atividades realizadas; • N.º de beneficiários; • N.º de presenças por atividade; • Inquérito de avaliação. 		



6.ª fase – Monitorização e avaliação de resultados (troneio).	
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
Programa de inscrição institucional visando a atividade física dos seus utentes através da iniciação e aperfeiçoamento da prática da modalidade desportiva Boccia. Recrutamento de destinatários junto das respostas sociais com valências para pessoas idosas; Desenvolvimento de turmas para a prática da modalidade, realizadas semanalmente em salas e pavilhões desportivos; Organização de torneio de Boccia sénior anual.	
SUBPROJETO 2 TERCEIRA IDADE EM MOVIMENTO	
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
População com 65 e mais anos de idade	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos problemas de saúde mental com recurso à automedicação; • Aumento da dependência a todos os níveis; • Aumento do sedentarismo e isolamento social; • Baixos níveis da prática de atividade física; • Diminuição da qualidade de vida.
OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Até 2030 as pessoas idosas dispõem de valências desportivas na comunidade, dirigidas especificamente para o público-alvo	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a integração e o convívio social; • Melhorar a autonomia funcional e social; • Aumentar a autoestima e a autoconfiança; • Melhorar a saúde e a qualidade de vida.
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
1.ª fase – Contratação da equipa técnica; 2.ª fase – Calendarização e organização logística das atividades a desenvolver; 3.ª fase – Publicitação do programa municipal e abertura de inscrições; 4.ª fase – Inscrição dos beneficiários; 5.ª fase – Organização de turmas e início das atividades; 6.ª fase – Monitorização e avaliação de resultados.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de atividades realizadas; • N.º de beneficiários; • N.º de presenças por atividade; • Inquérito de avaliação.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
Realização de uma sessão de hidroginástica ou de natação e uma sessão de sala, semanalmente, alternadamente entre as piscinas municipais de Penafiel e as piscinas municipais de Paço de Sousa.	
SUBPROJETO 3 ATITUDE É SAÚDE	
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
População com 65 e mais anos de idade	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos problemas de saúde mental com recurso à automedicação; • Aumento da dependência a todos os níveis; • Aumento do sedentarismo e isolamento social; • Baixos níveis da prática de atividade física; • Diminuição da qualidade de vida.
OBJETIVOS	



OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Proporcionar a oportunidade da prática de atividade desportiva específica e complementar regular com profissionais qualificados de forma gratuita.	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade de vida da população sénior, tanto a nível físico, como a nível mental e emocional; Contribuir para a melhoria da qualidade de vida. Fomentar a prática de exercício físico; Proporcionar momentos de convívio; Prevenir o isolamento social.
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
1.ª fase – Contratação da equipa técnica; 2.ª fase – Calendarização e organização logística das atividades a desenvolver; 3.ª fase – Publicitação do programa municipal e abertura de inscrições; 4.ª fase – Inscrição dos beneficiários; 5.ª fase – Organização de turmas e início das atividades; 6.ª fase – Monitorização e avaliação de resultados.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de atividades realizadas; N.º de beneficiários; N.º de presenças por atividade.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
Programa de inscrição individual para população sénior, que incluem: Sessões de Boccia, 2 vezes por semana; Marcha e/ou corrida 1 vez por semana; Yoga (1 vez por semana); Pilates (1 vez por semana).	
SUBPROJETO 4 DIABETES EM MOVIMENTO	
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
Pessoas com diabetes tipo 2	<ul style="list-style-type: none"> Promover comportamentos saudáveis; Melhorar o controlo glicémico; Diminuir o risco cardiovascular; Melhorar a aptidão física e a qualidade de vida.
OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Proporcionar estratégias monitorizadas de exercício físico desenvolvidas com recursos mínimos e de acordo com as recomendações internacionais de atividade física para o controlo da diabetes tipo 2 e prevenção de quedas.	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a prática de exercício físico; Proporcionar momentos de convívio; Combater o sedentarismo e o isolamento; Promover o bem-estar social; Promoção da saúde e qualidade de vida.
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
1.ª fase – Capacitação da equipa técnica; 2.ª fase – Implementação das atividades; 3.ª fase – Publicitação das atividades a desenvolver; 4.ª fase – Inscrição dos beneficiários; 5.ª fase – Desenvolvimento das atividades; 6.ª fase – Monitorização e avaliação das atividades.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de atividades realizadas; N.º de beneficiários; N.º de presenças por atividade; Inquérito de avaliação.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	



<ul style="list-style-type: none">Recrutamento efetuado pelo médico de família; Desenvolvimento de atividades para o controlo de diabetes tipo 2 e prevenção de quedas; Atividade desenvolvida 3 vezes por semana com sessões de 90 minutos; <u>Local de prática</u>: Pavilhão municipal Fernanda Ribeiro.	
SUBPROJETO 5 HIDROGINÁSTICA/ FITNESS AQUÁTICO	
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
População adulta	<ul style="list-style-type: none">Combater o sedentarismo e o isolamento;Aumentar os níveis de prática de exercício físico.
OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Promover a prática regular da atividade física, através de exercício físico no meio aquático, coreografado e monitorizado por técnico especializado, com vista à melhoria e manutenção da condição e bem-estar físico.	<ul style="list-style-type: none">Fomentar a participação ativa;Prevenir o isolamento social;Promover a integração e o convívio social.
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
1.ª fase – Capacitação da equipa técnica; 2.ª fase – Implementação das atividades; 3.ª fase – Publicitação das atividades a desenvolver; 4.ª fase – Inscrição dos beneficiários; 5.ª fase – Desenvolvimento das atividades; 6.ª fase – Monitorização e avaliação das atividades.	<ul style="list-style-type: none">N.º de atividades realizadas;N.º de beneficiários;N.º de presenças por atividade;Inquérito de avaliação.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
Exercício físico em piscina monitorizado e coreografado com periodicidade semanal (duas vezes por semana) nas Piscinas Municipais de Penafiel e de Paço de Sousa.	

3.1.3 – PROJETO: AFETIV(IDADES)

O Projeto encontra-se numa dimensão de incrementar e desenvolver o envelhecimento mais ativo como um processo de otimização das oportunidades para a saúde, participação e cidadania, melhorando assim a qualidade de vida das pessoas idosas à medida que envelhecem. O envelhecimento ativo procura transmitir mais do que um envelhecimento saudável, um reconhecer que, para além da idade e dos cuidados com a saúde, muitos outros fatores individuais, familiares, sociais, ambientais e de desenvolvimento, influenciam e determinam o modo como os indivíduos e as populações envelhecem. Com o projeto AFETIV(IDADES), procura-se que seja proporcionado às pessoas idosas/seniores um processo de envelhecimento pautado por momentos mais ativos e relevantes na sua vida em sociedade, perspetivando a inovação, incrementando novas ações com a respetiva monitorização, visando o desenvolvimento de novas iniciativas mediante as necessidades.

Tabela 11 - Projeto: Afetiv(idades)

AFETIV(IDADES)			
ARTICULAÇÃO COM AS POLITICAS LOCAIS, OUTROS PROJETOS E SERVIÇOS	ENTIDADE PROMOTORA	ENTIDADE GESTORA	ENTIDADES EXECUTORAS
<ul style="list-style-type: none"> • Planos de Ação das IPSS Penafiel; • Programa Radar Social; • Plano de Ação da Rede Social; 	Câmara Municipal de Penafiel – Rede Social	Município de Penafiel	<ul style="list-style-type: none"> • IPSS/Associações; • Juntas de Freguesia; • Câmara Municipal de Penafiel; • Outras a definir de acordo com o planeamento de cada atividade.
MODELO DE GESTÃO	FINANCIAMENTO	LIGAÇÃO À COMUNIDADE E PRÁTICAS DE INCLUSÃO	BOAS PRÁTICAS E INOVAÇÃO
O projeto procura integrar e articular todas as atividades das/com as IPSS assim como todas as Associações do concelho de Penafiel, através de um trabalho em rede e de uma equipa multidisciplinar para a sua gestão.	<ul style="list-style-type: none"> • Município de Penafiel • Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) • Programa Norte2030 • Programa 2030 e Pessoas2030 • Programa Portugal Inovação Social • Outros Programas Nacionais e Comunitários 	O projeto procura articular e integrar os recursos institucionais, entidades locais, serviços e empresas que possam constituir uma oportunidade de inclusão e melhoria da qualidade de vida da população sénior. Sempre que possível serão dinamizadas na e para a Comunidade.	O projeto realizará a avaliação contínua dos resultados e impactos alcançados com a definição e identificação das boas práticas inovadoras identificadas. O objetivo deste processo será alavancar a sua operacionalização em todo o concelho, abrangendo o máximo de público-alvo, rentabilizando e potenciando recursos endógenos assegurando a disseminação do potencial identificado. Promoção de um envelhecimento ativo mais saudável das pessoas idosas/seniores com a sua envolvimento nas atividades propostas, aumentando assim o seu nível de vida ao longo da sua longevidade.
SUBPROJETO 1 BOCCIA			
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS		CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO	
<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas Idosas e Seniores a frequentar ou não uma resposta/valência nas IPSS e Associações do concelho de Penafiel; • Pessoas com deficiência integradas ou não nas respetivas IPSS/Associações do concelho de Penafiel; 		<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de pessoas idosas isoladas; • Ausência de retaguarda familiar ou rede de vizinhança; • Défice de estimulação e de socialização; • Agravamento dos casos de saúde mental com a inserção em respostas desajustadas; • Diminuição da qualidade de vida; 	
OBJETIVOS			
OBJETIVO ESTRATÉGICO		OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
Até 2030, o projeto Afetiv(Idades) é alargado a todas as pessoas idosas e seniores que nele queiram participar, estando definido um processo integrado de apoio a toda a População Sénior.		<ul style="list-style-type: none"> • Criar uma equipa responsável para o acompanhamento, promoção e avaliação do Projeto Afetiv(Idades); • Garantir a realização do maior número de atividades; • Fomentar a participação ativa das pessoas idosas; • Proporcionar um envelhecimento mais ativo; • Valorizar a troca de experiências entre os participantes e as Instituições; • Incentivo à imaginação, originalidade e criatividade das pessoas idosas; • Promover aspetos tradicionais e de identidade cultural. 	



METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
<p>1ª fase</p> <ul style="list-style-type: none">Definição da equipa de acompanhamento/organização da ação;Identificação dos participantes para cada ação;Elaboração de uma ficha técnica detalhada para cada atividade; <p>2ª fase</p> <ul style="list-style-type: none">Identificação e captação de potenciais participantes na Comunidade, através das entidades parceiras em cada freguesia; <p>3ª fase</p> <ul style="list-style-type: none">Levantamento de interesses e motivações da população idosa objetivando uma melhor adaptação e reorganização das atividades.	<ul style="list-style-type: none">Relatórios das reuniões para organização das atividades;Nº de atividades realizadas;N.º de participantes nas atividades;N.º de utentes abrangidos;Verificação das Fichas Técnicas;Levantamento de necessidades das ações a desenvolver;Relatório Geral IPSS em Rede.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
<ul style="list-style-type: none">Baile de Carnaval Sénior; Concurso "Chapéu Primavera"; Consciencialização da Violência contra a Pessoa Idosa; Campeonato Boccia das IPSS; Marchas em Rede; Coro Missa Campal do Dia dos Avós; Desfile de Moda Sénior; Prevenção do Cancro da Mama: Outubro Rosa; Eliminação da Violência contra as Mulheres; Concurso Presépio Reciclado de Natal; Olimpíadas da Dança; Programas de estimulação cognitiva (entre outros).	

3.1.4 – PROJETO: HABITAÇÃO EM REDE

Atendendo às premissas estatuídas na Estratégia Local de Habitação (ELH- 2026/2030), aprovada em reunião de Sessão de Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2020, e no artigo 21.º da Lei de Bases da Habitação, os Municípios devem alterar de forma coerente os instrumentos de gestão territorial, pelo que, este projeto âncora torna-se imprescindível para concretizar estes desígnios.

Importa também a referência ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) ao qual a autarquia apresentou diversas candidaturas, designadamente: construção de habitação nova, reabilitação/adaptação de uma escola para habitação; reabilitação de habitações e reabilitação de zonas comuns de edifícios habitacionais.

Assim, considerando a prioridade emergente de corresponder às necessidades das famílias em matéria de habitação, urge elaborar um projeto âncora - “Penafiel-Habitação em Rede”, que congregue uma intervenção concertada de outros projetos, com os seguintes subprojetos:

- **SUBPROJETO 1 Penafiel Habita – Novo Apoio Municipal ao Arrendamento – Bolsa de habitação a custos convencionais;**
- **SUBPROJETO 2 Programa Habitação Penafiel jovem;**
- **SUBPROJETO 3 Projeto Reabilitar. Reparar. Renovar – Habitação Solidária.**

Tabela 12 - Projeto: Habitação em Rede

HABITAÇÃO EM REDE			
ARTICULAÇÃO COM AS POLITICAS LOCAIS, OUTROS PROJETOS E SERVIÇOS	ENTIDADE PROMOTORA	ENTIDADE GESTORA	ENTIDADES EXECUTORAS
<ul style="list-style-type: none"> • Carta Municipal da Habitação do concelho de Penafiel; • Equipa Técnica da ELH; • Juntas de Freguesia; • Conselho Local de Habitação de Penafiel; • Rede Social de Penafiel; • CLDS de Penafiel; • Medidas, recursos técnicos e financeiros do IHRU I.P.; Agenda Urbana, Consultores; • Empresas de Construção Civil locais; • Leroy Merlin- Bricolage, Construção, Decoração e Jardim; • IKEA – Móveis e Decorações; • Unidade de Habitação do Departamento de Ação Social, Habitação e Saúde da CM Penafiel; • Departamento de Urbanismo e Gestão Territorial da CM Penafiel; • Promotores de habitação e proprietários de habitações; • Empresas imobiliárias do concelho; • Construir Portugal: Nova Estratégia para a habitação. 	Município de Penafiel	Município de Penafiel	A definir caso a caso de acordo com o planeamento integrado e participado da equipa de projeto.
MODELO DE GESTÃO	FINANCIAMENTO	LIGAÇÃO À COMUNIDADE E PRÁTICAS DE INCLUSÃO	BOAS PRÁTICAS E INOVAÇÃO
Modelo de governação capaz de garantir a operacionalização da estratégia delineada, num processo que deverá implicar o envolvimento e articulação institucional com várias entidades e atores presentes no território.	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento Municipal; • Programa 1.º Direito – IHRU I.P.; • IFRRU2030 – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas no âmbito do Portugal 2030; • FMSAU – Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística; • Portugal 2030_Pessoas 2030; • Programa Regional do Norte 2030. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promove oportunidades para famílias de baixos e médios recursos terem uma habitação condigna a preços mais reduzidos; • Melhora a imagem da comunidade e da organização; • Reduz o défice habitacional; • Reduz a segregação socioeconómica; • Melhora a qualidade de vida dos moradores promovendo a saúde e o bem-estar; <p>Demonstra comprometimento com responsabilidade social.</p>	Processo de transformação criativa, multinível, participado e transdisciplinar, assente em princípios de sustentabilidade, inclusão, coesão social e territorial, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e dos territórios concelhios, garantindo elevados padrões de qualidade nestes projetos. Estes projetos realizarão a avaliação contínua dos resultados e impactos alcançados com a definição e modelização das boas práticas inovadoras identificadas.



SUBPROJETO 1 PENAFIEL HABITA – NOVO APOIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO – BOLSA DE HABITAÇÃO A CUSTOS CONVENCIONADOS	
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
<ul style="list-style-type: none">• Senhorios e/ou Proprietários;• Indivíduos e/ou Agregados familiares que demonstrem não ter capacidade de acesso ao mercado normal de arrendamento;	<ul style="list-style-type: none">• A criação de uma bolsa de habitação privada para arrendamento com rendas condicionadas garantindo valores mais acessíveis de renda dos praticados no mercado atual, atribuindo mecanismos de apoio à renda à população com fracos recursos económicos.
OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Estimular a inserção no mercado de arrendamento de uma bolsa de fogos disponíveis, devolutos, com valores de renda equilibrados.	<ul style="list-style-type: none">• Aumentar o mercado de arrendamento privado a custos mais baixos;• Garantir às famílias com baixos rendimentos o acesso a habitações a baixos custos;• Responder a situações de alojamento urgente e prioritário;• Reduzir o risco de situações de despejo.
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
<p><u>1ª Fase: Elaboração do Modelo do Programa:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Levantamento/Identificação dos beneficiários do Programa;• Revisão ao Regulamento Municipal;• Definição dos <i>Stakeholders</i> – Parceiros-Chave e Recursos-Chave do Programa;• Definição da Estrutura de Custos e Fontes de Financiamento;• Definição dos <i>Outputs</i> e <i>Outcomes</i> do Programa;• Apresentação do Programa aos <i>Stakeholders</i>;• Aprovação do Programa. <p><u>2ª Fase: Operacionalização do Programa:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Definição dos canais de comunicação para a Divulgação do Programa;• Abertura do período de candidaturas;• Avaliação das candidaturas. <p><u>3ª Fase: Implementação do Programa:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Seleção e aprovação das candidaturas;	<ul style="list-style-type: none">• N.º de fogos inseridos em bolsa;• N.º de famílias a beneficiar destas habitações;• N.º de habitações disponíveis para arrendamento;• N.º de famílias candidatas ao Programa versus N.º de famílias alojadas;• N.º de situações de risco sinalizadas para o Programa;• N.º de situações de despejo sinalizadas para integração no Programa;• Inquérito de avaliação.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
<ul style="list-style-type: none">• Divulgação do Programa à Comunidade; Abertura de candidaturas aos proprietários para criação da Bolsa de Habitação; Constituição da equipa técnica: vistorias e avaliação das habitações; avaliação das candidaturas; Identificação das famílias com baixos rendimentos e com ordem de despejo; Abertura de candidaturas às famílias sinalizadas; Apoio técnico no processo de seleção dos agregados familiares e no processo de realojamento e acompanhamento social; Gestão permanente da Bolsa de Habitação – Articulação regular com agentes imobiliários, no sentido de conhecer as respostas disponíveis.	
SUBPROJETO 2 PROGRAMA HABITAÇÃO PENAFIEL JOVEM – PARCERIA PÚBLICO/PRIVADA	



IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
<ul style="list-style-type: none">Jovens adultos, individualmente ou em coabitação, com idade igual ou superior a 18 anos e igual ou inferior a 35 anos, cujo rendimento mensal bruto (RMB) não seja superior a três vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG).	<ul style="list-style-type: none">Desencontro da oferta e da procura com sinais efetivos de dificuldade de acesso ao mercado habitacional existente;Preocupante a dificuldade de jovens adultos em se autonomizarem habitacionalmente, que apesar da melhoria das suas condições económicas, continuam a não conseguir autonomizar-se do arrendamento social;Dificuldade de estudantes encontrarem alojamento com valores de renda acessível,Jovens trabalhadores na área geográfica do Município de Penafiel.
OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Definir, até 2030, um processo de mudança de paradigma do arrendamento jovem do concelho.	<ul style="list-style-type: none">Instituir, a partir de 2026, um modelo de oferta de habitação mais atrativa e inclusiva.
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
<p><u>1ª Fase: Elaboração do Modelo do Programa:</u></p> <ul style="list-style-type: none">Levantamento/Identificação dos beneficiários diretos do Programa e respetiva constituição da bolsa de beneficiários diretos;Elaboração do Regulamento - Condições Gerais do Programa Habitação Penafiel Jovem;Elaboração da Proposta de Valor do Programa;Definição dos <i>Stakeholders</i> – Parceiros - Chave do programa, nomeadamente as Empresas Privadas na área da construção civil com interesse na construção de Habitações a Custos Controlados;Definição das Atividades – Chave; dos Recursos-Chave do Programa;Definição da Estrutura de Custos e Fontes de Financiamento;Definição dos <i>Outputs</i> e <i>Outcomes</i> do Programa;Apresentação do Programa aos <i>Stakeholders</i>;Aprovação do Programa; <p><u>2ª Fase: Operacionalização do Programa:</u></p> <ul style="list-style-type: none">Definição dos canais de comunicação para a Divulgação do Programa;Abertura do período de candidaturas;Avaliação das candidaturas; <p><u>3ª Fase: Implementação do Programa:</u></p> <ul style="list-style-type: none">Seleção e aprovação das candidaturas;Atribuição das habitações.	<ul style="list-style-type: none">Taxa de candidaturas ao programa versus taxa de cobertura (% de jovens inseridos no Programa);N.º de habitações afetas na Bolsa do Programa disponíveis no mercado de arrendamento jovem;Inquérito de avaliação.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	



<ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Programa; Aprovação do Programa; Garantir a obtenção do financiamento para o Programa; Construção/Edificação; Seleção dos candidatos; Atribuição das habitações.	
SUBPROJETO 3 REABILITAR.REPARAR.RENOVAR (3R's) – Habitação Solidária	
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
Jovens adultos, individualmente ou em coabitação, com idade igual ou superior a 18 anos e igual ou inferior a 35 anos, cujo rendimento mensal bruto (RMB) não seja superior a três vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG).	<ul style="list-style-type: none">• Desencontro da oferta e da procura com sinais efetivos de dificuldade de acesso ao mercado habitacional existente;• Dificuldade de jovens adultos em se autonomizarem habitacionalmente, que apesar da melhoria das suas condições económicas, continuam a não conseguir autonomizar-se do arrendamento social;• Dificuldade de estudantes encontrarem alojamento com valores de renda acessível;• Jovens trabalhadores na área geográfica do Município de Penafiel.
OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Até 2030, consolidar este apoio às famílias mais carenciadas.	<ul style="list-style-type: none">• Melhoria das principais fragilidades da habitação, através de mão-de-obra voluntária, assim como, fornecimento gratuito de materiais de construção e equipamentos de empresas locais.
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
<p><u>1ª Fase: Elaboração do Modelo do Projeto:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Levantamento/Identificação dos proprietários em situação de insalubridade habitacional;• Elaboração do Regulamento - Condições Gerais do Programa;• Definição dos Stakeholders – Parceiros - Empresas Locais e Nacionais na área da construção civil, serralharia, carpintaria, bricolage, entre outras, com interesse na reabilitação e melhorias das habitações;• Seleção do grupo de voluntariado;• Definição dos <i>Outputs e Outcomes</i> do Programa;• Apresentação do Programa aos <i>Stakeholders</i>;• Aprovação do Programa; <p><u>2ª Fase: Operacionalização do Projeto:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Definição dos canais de comunicação para a Divulgação do Programa;• Abertura do período de candidaturas;• Avaliação das candidaturas; <p><u>3ª Fase: Implementação do Projeto:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Seleção e aprovação das candidaturas;• Reabilitação, Reparação e Renovação das habitações.	<ul style="list-style-type: none">• N.º de voluntários;• N.º de empresas inscritas no programa;• N.º de famílias inscritas que vivam em situação habitacional indigna e insalubre;• N.º de famílias abrangidas;• Nível de melhoramento das condições habitacionais;• Percentagem de material fornecido pelas diferentes empresas;• Inquérito de avaliação.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
<ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Programa; Aprovação do Programa; Garantir a obtenção de Empresas Financiadoras para o Programa; Constituição de uma equipa técnica e especializada; Seleção dos candidatos; Realização de vistoria à habitação para deteção de fragilidades; Reabilitação das habitações.	

3.2 – PROJETOS ESTRUTURANTES

A natureza do projeto estruturante tem uma vocação de qualificação e capacitação da intervenção já existente. A sua lógica é a integração da intervenção já existente numa base comum técnica e metodológica qualificada. Deverá contribuir para a criação de mecanismos de articulação e partilha de processos e resultados nos projetos e intervenções já em curso, com a atualização de conhecimento em práticas de intervenção com maior eficácia.

As características que o definem:

- Assume uma dimensão formativa e qualificadora para a melhoria da estrutura existente;
- Formaliza redes de colaboração ou processo de comunicação demasiadamente pontuais e circunstanciais;
- Cria equipa e parcerias/plataformas de colaboração e articulação aceites como objetivo comum da Rede Social.

3.2.1 PROJETO: + EM REDE

Formação/Capacitação/Plataformas/Operacionalização da Rede Social

A qualificação institucional e territorial deverá constituir uma marca do desenvolvimento social, assente num processo integrado de desenho e desenvolvimento de micro projetos e a sua posterior disseminação pela globalidade do território. Esta dinâmica de transferência e disseminação interna de boas práticas e conhecimento produzido no âmbito dos projetos implementados em rede pressupõe a coordenação dos agentes no terreno e do planeamento integrado das ações à escala concelhia.

- Promover e dinamizar o funcionamento da Rede Social
- Plataforma de Ligação em Rede
- Observatório de monitorização da realidade social

Tabela 13 - Projeto: + EM REDE

+ EM REDE			
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	NECESSIDADE IDENTIFICADA DE INOVAÇÃO	NECESSIDADE NIDENTIFICADA DE CAPACITAÇÃO	INOVAÇÃO
IPSS/Associações/Município/Parceiros CLAS	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de Observatório Social; • Reforçar o trabalho colaborativo no concelho; • Formação necessária de apoio aos restantes projetos do PDS; • Qualificar a Rede Social; • Monitorizar e avaliar os programas e projetos já implementados/a implementar; • Promover a colaboração institucional dos parceiros do CLAS; • Partilha de boas práticas na área social; 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação/Capacitação técnica inerente e necessária aos projetos âncora e de inovação do PDS. • Adotar uma política formativa intra-institucional e inter-institucional dos parceiros da Rede Social; 	Criação de uma plataforma em rede de interligação entre as IPSS/Associações, Município e restantes Parceiros do CLAS.
ENTIDADE PROMOTORA	ENTIDADES PARCEIRAS	HORIZONTE TEMPORAL	RECURSOS A MOBILIZAR (FINANCIAMENTO)
Município	Parcerias efetivas do CLAS	Início a 2025 e término a 2030	<ul style="list-style-type: none"> • PRR ; Portugal Inovação Social ; CLDS 5G ; Radar Social
OBJETIVOS			
OBJETIVO ESTRATÉGICO		OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a divulgação, partilha e articulação de informação entre os parceiros; • Ativar um sistema partilhado de informação ao serviço da Rede Social; • Ativar um sistema de monitorização da realidade Social; • Dinamizar os grupos de trabalho da Rede Social (1 - IPSS em Rede, 2 - Programas e Projetos); • Promover e definir estratégias para o empreendedorismo e a inovação social juntos dos parceiros da Rede Social. 		<ul style="list-style-type: none"> • Ajustar a estratégia de comunicação entre os parceiros; • Organizar iniciativas sociais entre os parceiros; • Divulgar linhas de financiamento a programas e projetos entre os parceiros; • Incentivar à participação das IPSS na promoção da inclusão social e da qualidade de vida dos indivíduos, das famílias e da comunidade; • Desenvolver e consolidar a rede de equipamentos sociais, diversificados e qualificados, para assegurar uma adequada taxa de cobertura em todo o Município. 	
RESULTADOS ESPERADOS		AVALIAÇÃO DE IMPACTO/INDICADORES DE AVALIAÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> • Maior eficiência e eficácia na monitorização da área social; • Aumento do n.º de IPSS registados na plataforma; • Aumento da cobertura dos equipamentos sociais concelhos e melhoria e modernização dos serviços. 		<ul style="list-style-type: none"> • N.º de IPSS/Associações que utilizam a plataforma; • N.º de registos das IPSS/Associações na plataforma; • Inquérito de avaliação. 	
COMPONENTES-CHAVE DE INTERVENÇÃO - AÇÕES TIPO/INICIATIVAS			
<ul style="list-style-type: none"> • Formação de técnicos/as do Município; Registo das IPSS/Associações na plataforma; Submeter documentos das IPSS/Associações; Submeter pareceres das IPSS/Associações. 			

3.3 – PROJETOS DE INOVAÇÃO SOCIAL

Projetos que exploram uma temática social emergente (uma metodologia inovadora numa área temática convencional) com carácter experimental e demonstrativo. Estes projetos têm como objetivo criar modelos de boas práticas de intervenção que se possam converter em políticas sociais locais ou em novas respostas e serviços à comunidade;

Apresenta como características identificadoras:

- Escala de intervenção micro (cirúrgica) numa área a descoberto ou que necessita de novas abordagens práticas e metodológicas;
- Parceria restrita na gestão, mas com ligação à rede social;
- Explora nichos temáticos e de financiamento;
- Contribui para melhorar o diagnóstico numa área específica (produz conhecimento);
- Tem avaliação de impacto e produz informação disseminável.

3.3.1 – Projeto: **IDENTIDADE NA DIVERSIDADE**

Com o objetivo de centralizar num só espaço, diversas oportunidades de ocupação de tempos livres e contacto com atividades culturais e artísticas que preservam as tradições e património do concelho de Penafiel, este projeto é destinado a todos os munícipes elementos de agregados familiares mais vulneráveis, e que tem como objetivo primordial, promover a motivação para o mercado de trabalho através da participação em novas experiências, momentos de partilha e desenvolvimento de competências pessoais e profissionais.

Neste espaço incluir-se-iam todo o tipo de atividades livres para crianças e jovens como aulas de *Skate*, BTT, Dança, Teatro Amador, Equipas de Futebol, Centro de estudos/explicações e formações qualificadas com impacto na comunidade e até projetos para a população mais adulta.

A coordenar e com apoio direto aos munícipes, este projeto seria orientado por uma equipa de ação social multidisciplinar (desde a psicologia, sociologia, educação social, animação sociocultural, artes, enfermagem e ensino), cujo objetivo seria o de apoiar e orientar, nas diversas valências, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Este Projeto Inovador pretende ser uma resposta focalizada nos impactos sociais relevantes identificados no concelho, como o isolamento social, a excessiva exposição aos ecrãs e às tecnologias da informação e da comunicação, entre outros.

Tendo em conta a abrangência das vertentes identificadas, é possível desenhar o projeto tendo em conta três subprojecto:

- **SUBPROJETO 1 – Projeto “Guardiões do Património”** (Elementos de agregados familiares mais vulneráveis)



Este projeto pretende trabalhar com jovens que não estudam nem trabalham, sensibilizá-los e capacitá-los para a salvaguarda do património cultural e natural do Município, tendo por base de trabalho inicial os projetos já implementados “Itinerário Arqueológico do Vale do Tâmega e Percurso Patrimonial de Santa Marta”, a dinamização e manutenção dos núcleos, monumentos e património edificado e arqueológico, e a proteção ambiental associada à ecologia para a preservação da biodiversidade de espécies no Município.

Outro objetivo poderá passar pela realização de um levantamento de todos os engenhos do Município e respetivo estado de conservação, registando-se um património cada vez mais efémero, considerando-se a promoção da sua recuperação em situações pontuais, por ações de voluntariado e/ou com o apoio de empresas de construção civil.

- **SUBPROJETO 2 – Projeto “D.O.A.R – Dinamizar, Oferecer, Ajudar e Reutilizar”** (Elementos de agregados familiares mais vulneráveis);

O Projeto D.O.A.R pretende responder como inovador à desocupação juvenil, a par com uma preocupação ambiental e sustentável. Este projeto nasce da vontade da Divisão do Ambiente reutilizar bens essenciais, doados pelos municípios, dando-lhe uma nova vida e uso, em parceria com o Departamento de Ação Social, Habitação e Saúde da Câmara Municipal de Penafiel. Destinado a jovens e adultos que, tenham terminado o seu ciclo de estudos e se encontrem desempregados ou aqueles que mesmo estando a estudar pretendam em período pós-laboral ou de férias, participar no restauro de mobiliário doado, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de uma família carenciada, previamente identificada.

- **SUBPROJETO 3 – Projeto “Penafiel, Artes e Ofícios”** (Elementos de agregados familiares mais vulneráveis);

Penafiel, Artes e Ofícios visa a divulgação do projeto “Das Artes e Ofícios Tradicionais de Penafiel”.

O projeto pretende promover a preservação e a divulgação das suas tradições enquanto elementos patrimoniais, valorizar os seus artesãos e estimular a transmissão destes saberes, fomentando o espírito de partilha e de aprendizagem, visando a capacitação de novos agentes.

- **SUBPROJETO 4 – Projeto “Histórias da Memória “** (seniores e população idosa);

O projeto Histórias da Memória é um projeto promovido pelo Museu Municipal de Penafiel que pretende registar histórias, tradições, lendas, saber-fazer e memórias da comunidade sénior do concelho de Penafiel.

Dividido em 2 eixos, distinguidos pelo público-alvo, têm a mesma essência, o mesmo ponto de partida e o mesmo de chegada.



O Eixo 1 visa famílias com elementos seniores ativos e autônomos, utentes de centros de convívio e centros de dia ou universidades seniores, e que concomitantemente vivem em situação de vulnerabilidade.

Por outro lado, o Eixo 2 contempla famílias com elementos seniores que se encontram de alguma forma mais dependentes de terceiros e em situação de vulnerabilidade e que, por esses motivos, estão institucionalizados.

O projeto deseja promover a conversa, a troca de saberes culturais e imateriais e registar as mesmas para posterior realização de documentário.

Posteriormente, envolvendo potenciais parceiros externos, serão criadas atividades culturais para os diferentes grupos, com base nas coleções do Museu e nas histórias que nos serão contadas, que se cruzam com a história também contada no Museu.

Em suma, este projeto de inovação social facilitará e perpetuará a identidade das nossas gentes.

- **SUBPROJETO 5 – Projeto “Multimundos Penafiel”** (Migrantes e Refugiados).

O projeto pretende aproximar e acolher os migrantes e refugiados que vivem no Município de Penafiel.

Numa primeira fase, através da atividade “Ao Domingo no Museu”, pretende-se dar a conhecer a história do Município, a identidade do nosso povo, os ofícios, a gastronomia, as tradições e a cultura, para que a sua integração se processe de forma verdadeiramente inclusiva. Por outro lado, pretende-se facilitar a troca de conhecimentos e partilha das tradições dos seus países de origem.

Numa segunda fase, o objetivo será dar a conhecer a multiculturalidade, com a realização de um “Encontro do Mundo” no centro da cidade (ou no Museu), contemplando os migrantes e refugiados e toda a comunidade penafidelense.

No final do projeto, é objetivo que os migrantes e os refugiados estejam mais integrados na comunidade, e que as suas e as nossas tradições sejam mais conhecidas, promovendo a tolerância e o respeito mútuo. Esta partilha será favorável a todos, partindo da cultura portuguesa para outros mundos.

Tabela 14 – Projeto: Identidade na Diversidade

IDENTIDADE NA DIVERSIDADE			
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	NECESSIDADE IDENTIFICADA DE INOVAÇÃO	NECESSIDADE NIDENTIFICADA DE CAPACITAÇÃO	INOVAÇÃO
Elementos de agregados familiares mais vulneráveis	Combater a desocupação juvenil e o isolamento social, através da oferta do mais variado leque de atividades e oportunidades de qualificação, em paralelo com a exaltação dos costumes e tradições do concelho, acompanhada por uma equipa de profissionais qualificados para atuar no âmbito da ação social e artesãos qualificados de Penafiel.	Promover a inclusão e integração social, a igualdade de oportunidades na educação e no emprego, o desenvolvimento de competências, o pensamento crítico e criativo, a valorização do poder educativo das artes e do desporto, o combate à discriminação social, a participação cívica e o reforço da coesão social a todos os jovens do concelho.	A criação deste projeto, além de motivar os munícipes a ocupar o seu tempo com atividades que lhes são aliciantes e concomitantemente, ligadas às histórias e tradições do concelho, permite a promoção da empregabilidade de pessoas com percursos profissionais irregulares através da implementação de formas de intervenção multidimensional.
ENTIDADE PROMOTORA	ENTIDADES PARCEIRAS	HORIZONTE TEMPORAL	RECURSOS A MOBILIZAR (FINANCIAMENTO)
Câmara Municipal de Penafiel - Divisão do ambiente; Unidade de Desporto; Departamento de Ação Social, Habitação e Saúde; Museu Municipal.	<ul style="list-style-type: none"> • Parceiros da Rede Social • IEFP • Juntas de Freguesia • Associações de defesa ambiental • Artesãos qualificados 	Inicio a 2025 e término a 2030	<ul style="list-style-type: none"> • Portugal INOVAÇÃO SOCIAL • Projetos inovadores – Instituto da Segurança Social, I.P. • CLDS 5G
OBJETIVOS			
OBJETIVO ESTRATÉGICO		OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
Até final de 2030 este programa abrange as diversas freguesias do concelho		Desenvolvimento de competências pessoais e sociais, designadamente a promoção da autoconfiança, de relações positivas com os demais, estimulação da criatividade e a promoção da autonomia.	
RESULTADOS ESPERADOS		AVALIAÇÃO DE IMPACTO/INDICADORES DE AVALIAÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> • Abranger nas atividades/formações realizadas, jovens de todas as freguesias do concelho; • Diminuir significativamente o número de Jovens NEET; • Promover a inserção profissional dos jovens; • Promover os hábitos, costumes e tradições de Penafiel. 		<ul style="list-style-type: none"> • Número de participantes nas atividades desenvolvidas; • Taxa de sucesso e continuidade das turmas criadas; • Inquérito de avaliação. 	
COMPONENTES-CHAVE DE INTERVENÇÃO - AÇÕES TIPO/INICIATIVAS			
<ul style="list-style-type: none"> • Gabinete de apoio aos jovens e famílias (Apoio psicossocial, psicologia, enfermagem, educação social...); Acompanhamento ao estudo (explicações); <i>Ateliers</i> desportivos, recreativos e culturais (Skate, BTT, Teatro, Yoga, dança, expressão plástica, futebol, etc.), informática, mediação escolar e família; <i>Workshops</i> e projetos de formação (áreas do artesanato, carpintaria, desenvolvimento ambiental, preservação do património etc). 			
SUBPROJETO 1 GUARDIÕES DO PATRIMÓNIO			



IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARACTERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
Elementos de agregados familiares mais vulneráveis	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de projetos profissionais; • Desmotivação para o mercado de trabalho; • Combater o sedentarismo e o isolamento; • Fracos níveis de atividade física; • Falta de ocupação de tempos livres; • Dificuldade no acesso a atividades lúdicas e desportivas; • Excessiva exposição a ecrãs; • Aumento dos transtornos emocionais/comportamentais com aumento do risco para a saúde mental; • Progressiva dissolução das tradições e costumes do concelho.
OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Até 2030 o projeto torna-se numa resposta efetiva para os jovens do concelho.	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar e sensibilizar os jovens para a salvaguarda do património cultural e natural do município; • Dinamização e manutenção dos núcleos, monumentos e património edificado e arqueológico; • Proteção ambiental associada à ecologia para a preservação da biodiversidade de espécies no município; • Realização de um levantamento de todos os engenhos do município e respetivo estado de conservação, registando-se um património cada vez mais efémero, considerando-se a promoção da sua recuperação em situações pontuais, por ações de voluntariado e/ou com o apoio de empresas de construção civil.
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
<p>1ª fase - Capacitação da equipa técnica;</p> <p>2ª fase – Definição dos monumentos e património a usar no projeto;</p> <p>3ª fase – Publicitação do projeto e das atividades a desenvolver;</p> <p>4ª fase - Inscrição dos beneficiários;</p> <p>5ª fase – Implementação das rotas e atividades;</p> <p>6ª fase – Monitorização/acompanhamento dos jovens;</p> <p>7ª fase – Avaliação das atividades e resultados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de jovens inscritos e participantes no Projeto • N.º de atividades realizadas; • N.º de beneficiários iniciais/finais; • N.º de presenças por atividade; • Inquérito de avaliação.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
<ul style="list-style-type: none"> • Ações de formação sobre a importância da salvaguarda do património cultural e natural; Promoção de ações de <i>plogging</i> (atividade que combina corrida com a recolha de lixo, criada na Suécia e difundida por diversos países); Limpeza e manutenção de sítios arqueológicos e património edificado; Observações astronómicas; Ações de educação e sustentabilidade ambiental, tendo por base as atividades tradicionais de exploração agrícola e dos vários tipos de engenhos acionados pela força motriz da água. 	
SUBPROJETO 2 D.O.A.R – DINAMIZAR, OFERECER, AJUDAR E REUTILIZAR	
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARACTERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
Elementos de agregados familiares mais vulneráveis	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de projetos profissionais; • Desmotivação para o mercado de trabalho; • Combater o sedentarismo e o isolamento; • Falta de ocupação de tempos livres;



	<ul style="list-style-type: none"> • Sobre-exposição às tecnologias de informação e comunicação; • Dificuldade no acesso a atividades com componente criativa e manual; • Aumento dos transtornos emocionais/comportamentais com aumento do risco para a saúde mental.
OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Até final de 2030, O Projeto D.O.A.R abrange jovens e famílias de todo o concelho, com uma taxa de adesão superior a 50%.	Até final de 2030 implementar este projeto em todo o concelho, com o envolvimento dos mais diversos atores locais, para compreender o maior número de pessoas identificadas.
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
<p>1ª fase – Reunião da equipa técnica;</p> <p>2ª fase – Criação do programa formativo e definição de objetivos;</p> <p>3ª fase – Publicitação do projeto à comunidade em geral;</p> <p>4ª fase – Inscrição do interessados;</p> <p>5ª fase – Desenvolvimento do projeto;</p> <p>6ª fase – Monitorização/acompanhamento;</p> <p>7ª fase – Avaliação dos produtos e resultados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de Jovens inscritos e participantes no Projeto; • N.º de atividades realizadas; • N.º de beneficiários iniciais/finais; • Identificação do número de famílias beneficiarias deste projeto; • Quantidade de mobiliário recuperado/restaurado; • Inquérito de avaliação.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
<ul style="list-style-type: none"> • Abranger população aderente (jovens NEET/desempregados) e beneficiária (famílias carenciadas) deste projeto, por todo o concelho; Reciclar e restaurar mobiliário para que ganhe uma nova vida numa família que necessite; Constituição de uma equipa de qualificação, formação e apoio; Criação de plataforma <i>online</i> Catálogo com todo o mobiliário disponível restaurado, de acesso à equipa técnica da Ação Social e IPSS/Associações; Definição de fluxogramas de atuação; Definição de incentivo (passe agrival). 	
SUBPROJETO 3 PENAFIEL, ARTES E OFÍCIOS	
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
Elementos de agregados familiares mais vulneráveis	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de projetos profissionais; • Desmotivação para o mercado de trabalho; • Combater o sedentarismo e o isolamento; • Falta de ocupação de tempos livres; • Sobre-exposição de crianças e jovens às tecnologias de informação e comunicação; • Aumento dos transtornos emocionais/comportamentais com aumento do risco para a saúde mental.
OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Valorizar as culturas e tradições locais, estimulando a autoestima das comunidades, garantindo a valorização das artes e dos saberes populares pelas novas gerações	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição de Oficinas Criativas; • Realização de ações de formação/qualificação.
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
<p>1ª fase – Capacitação da equipa técnica;</p> <p>2ª fase – Definição das manualidades a desenvolver;</p> <p>3ª fase – Publicitação do projeto;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de atividades realizadas; • N.º de beneficiários iniciais/finais; • Identificação do número de famílias beneficiarias deste projeto;



4ª fase – Inscrição dos interessados; 5ª fase – Implementação das turmas de formação; 6ª fase – Monitorização/accompanhamento; 7ª fase – Avaliação dos resultados.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de inscritos e participantes no Projeto; Inquérito de avaliação.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
<ul style="list-style-type: none"> Divulgação do projeto; Constituição de grupo de trabalho; Capacitação de novos agentes; Promoção da intergeracionalidade; Criação de oficinas criativas; Ações de formação e qualificação; Exposição dos produtos finais. 	
SUBPROJETO 4 HISTÓRIAS DA MEMÓRIA	
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
<ul style="list-style-type: none"> Seniores e População Idosa 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição de sedentarismo; Promover e envelhecimento ativo; Contribuir para a promoção de um estilo de vida mais saudável; Combater o isolamento social.
OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Registo de memórias da comunidade sénior e promoção de atividades culturais	<ul style="list-style-type: none"> Envolver e integrar a comunidade sénior nas atividades culturais; Promover a conversa e a troca de saberes; Apresentar estas histórias e partilha de saberes aos mais novos nos agrupamentos escolares; Promover a troca de saberes culturais imateriais; Criar atividades culturais com base nas coleções do Museu e nas histórias contadas pelos seniores;
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
1ª fase – Capacitação da equipa técnica e respetivo grupo de trabalho; 2ª fase – Definição das atividades a desenvolver; 3ª fase – Publicitação do projeto; 4ª fase – Inscrição dos interessados; 5ª fase – Implementação das turmas de formação; 6ª fase – Monitorização/accompanhamento; 7ª fase – Avaliação dos resultados.	<ul style="list-style-type: none"> N.º de população inscrita nas atividades desenvolvidas; Taxa de sucesso no que respeita às freguesias envolvidas no projeto; Inquérito de avaliação.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
<ul style="list-style-type: none"> Localizar centros de dia, lares de idosos, universidade sénior, juntas de freguesia para mapear os lugares com seniores (pessoas com mais de 65 anos) que possam e tenham vontade de participar no projeto; Ir às Instituições (ou ter como ponto de encontro as Juntas de Freguesia) e, em pequenos grupos (10 a 12 pessoas) conversar acerca das memórias, tradições, gastronomia, saber-fazer ao nível dos trabalhos agrícolas, etc; Filmar as sessões; Registo e identificação dos temas abordados; Trazer ao Museu para conhecer as coleções (os que estão capazes de o fazer) – Eixo 1; 	



<ul style="list-style-type: none"> • Criação de oficinas lúdico-pedagógicas tradicionais nas instituições ou nos diferentes pólos museológicos dentro dos temas abordados (ex. jogos tradicionais ou inspirados nos jogos romanos a realizar no Centro Interpretativo do Castro de Monte Mozinho; visitas aos núcleos de Sebolido e Novelas, seguidas de degustações de azeite e broa) Eixo 1; Criar um teatro de marionetas com base nas histórias contadas, lendas ou tradições e levar o teatro às diferentes freguesias e instituições – Eixo 1 e 2; Apresentação pública do projeto com teatro e disponibilização do vídeo com as memórias recolhidas; • <u>Parcerias:</u> Rota do Românico; Associação e Centro Cultural Casa do Xiné (Quintandona/Lagares); Museu da Broa (Capela); Engenho de Linho de Cabroelo (Capela); Colaboração dos jovens inscritos no IEPF que não estudam nem trabalham para filmagem das sessões. 	
SUBPROJETO 5 MULTIMUNDOS	
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
<ul style="list-style-type: none"> • Seniores/População Idosa • Migrantes • Refugiados 	<ul style="list-style-type: none"> • Dependência/carência dos serviços a todos os níveis; • Dificuldade de integração no mercado de trabalho; • Dificuldade de aprendizagem da língua.
OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Envolver os refugiados e os migrantes nas atividades implementadas	<ul style="list-style-type: none"> • Integração na comunidade; • Troca de conhecimentos e partilha de tradições; • Integração dos Refugiados e Migrantes na comunidade; • Promover a interculturalidade.
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
1ª fase – Capacitação da equipa técnica e respetivo grupo de trabalho; 2ª fase – Definição das atividades a desenvolver; 3ª fase – Publicitação do projeto; 4ª fase – Inscrição dos interessados; 5ª fase – Implementação das turmas de formação; 6ª fase – Monitorização/accompanhamento; 7ª fase – Avaliação dos resultados.	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de população inscrita nas atividades desenvolvidas; • Taxa de sucesso no que respeita às freguesias envolvidas no projeto.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar as diferentes culturas através de um Festival intitulado “Festival Multimundos”, no centro da cidade. • Promover a atividade nas Juntas de Freguesia ou nos agrupamentos de escola 	

3.3.2 – PROJETO: CENTRO TERAPÊUTICO DE PREVENÇÃO E APOIO A PESSOAS COM PERTURBAÇÕES GERAIS DO DESENVOLVIMENTO

Criação de um centro terapêutico especializado em Psicologia, Terapia da Fala e Terapia Ocupacional, com foco na intervenção, reabilitação e prevenção, sobretudo a crianças e jovens com Perturbações Gerais do Desenvolvimento, em especial do Espectro do Autismo, Atraso Geral de Desenvolvimento, Desordens da Atenção, Dificuldades da Aprendizagem, Hiperatividade, Psicose Infantil e outros transtornos do Lobo Frontal, de forma integrada com a família, escola e o contexto em que estão inseridos, proporcionando-lhes uma melhoria da qualidade de vida e dotando-os de autonomia.

Serão disponibilizadas ferramentas de intervenção comportamental a vários públicos (profissionais de saúde e ação social, professores, educadores e pais/cuidadores)

Este centro surge da necessidade de implementar um serviço de apoio integrado e personalizado capaz de englobar diversos tipos de terapia, atuando no âmbito da prevenção e atraso no desenvolvimento do Espectro de Autismo, visando uma resposta personalizada e adaptada às necessidades de cada um, potenciando as suas capacidades e fornecer uma rede de suporte para as suas famílias.

Na abrangência e multidisciplinariedade deste projeto inovador, subdivide-se em duas vertentes complementares:

- **SUBPROJETO 1 - Gabinete de Apoio a crianças diagnosticadas com Perturbações do Espectro do Autismo (PEA), famílias e cuidadores**

Implementação de um polo que se traduz num espaço físico de atendimento a crianças diagnosticadas com PEA, familiares e cuidadores, de forma a prestar de informação, promover apoio individualizado e encaminhamento pós-diagnóstico para os serviços competentes. Este Gabinete promovido e dirigido pelo Município, seria orientado por uma equipa multidisciplinar de profissionais especializados desde a área social à área da saúde.

- **SUBPROJETO 2 - Terapia da Fala**

Com o objetivo de combater as dificuldades na linguagem, pretende-se a criação de uma equipa especializada em Terapia da Fala visando promover rastreios e acompanhamento de crianças no pré – escolar e no 1º ciclo do ensino básico com dificuldades de comunicação.

Pretende-se atuar de forma descentralizada nas escolas do concelho e em parceria com as Unidades Locais de Saúde (ULS), promovendo rastreios, sensibilizar a comunidade para a importância do diagnóstico precoce e desenvolver um plano de intervenção personalizado e adaptado às especificidades de cada criança.

Tabela 15 - Projeto: Centro Terapêutico de Prevenção e Apoio a Crianças com Perturbações Gerais do Desenvolvimento

CENTRO TERAPÊUTICO DE PREVENÇÃO E APOIO A CRIANÇAS COM PERTURBAÇÕES GERAIS DO DESENVOLVIMENTO			
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	NECESSIDADE IDENTIFICADA DE INOVAÇÃO	NECESSIDADE IDENTIFICADA DE CAPACITAÇÃO	INOVAÇÃO
Crianças e jovens com Perturbações Gerais do Desenvolvimento, em especial do Espectro do Autismo, Atraso Geral de Desenvolvimento, Desordens da Atenção, Dificuldades da Aprendizagem, Hiperatividade, Psicose Infantil e outros transtornos do Lobo Frontal.	O projeto surge da necessidade de implementar um serviço de apoio integrado e personalizado capaz de englobar diversos tipos de terapia, atuando no âmbito da prevenção e atraso no desenvolvimento das Perturbações Gerais do Desenvolvimento.	Visa proporcionar uma resposta personalizada e adaptada às necessidades individuais, potenciando a autonomia e fornecer uma rede de suporte para as suas famílias.	Criação de um centro terapêutico com uma equipa de intervenção multidisciplinar que atua tanto na prevenção como no tratamento intensivo e reabilitação.
ENTIDADE PROMOTORA	ENTIDADES PARCEIRAS	HORIZONTE TEMPORAL	RECURSOS A MOBILIZAR (FINANCIAMENTO)
Município de Penafiel	<ul style="list-style-type: none"> • Município; • Escolas; • Unidade Local de Saúde Tâmega e Sousa; • ISS, IP. 	Início a 2025	<ul style="list-style-type: none"> • Portugal INOVAÇÃO SOCIAL; • Projetos inovadores – Instituto da Segurança Social, I.P.
OBJETIVOS			
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
Até 2030 o projeto torna-se uma resposta efetiva no concelho.	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnósticos precoces que promovam o desenvolvimento pessoal e social da criança; • Definição de estratégias de intervenção envolvendo a família; • Conceber ambientes adaptados às especificidades individuais; • Desenvolver ações de formação e informação sobre as perturbações gerais no desenvolvimento na comunidade; • Grupos de debate e apoio entre famílias; • Disponibilização e técnicas de tratamento específicos a todos de forma gratuita; • Proporcionar apoio psicológico às pessoas com PEA, familiares e cuidadores. 		
RESULTADOS ESPERADOS	AVALIAÇÃO DE IMPACTO/INDICADORES DE AVALIAÇÃO		
<ul style="list-style-type: none"> • Incluir a criança na sociedade com a máxima independência possível; • Fomentar os estudos e pesquisas sobre o autismo; • Contribuir para a formação e competência dos cuidadores e profissionais que lidam com crianças com autismo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação do projeto; • Constituição do grupo de trabalho; • Monitorização; • Inquérito de avaliação. 		



<ul style="list-style-type: none">Acompanhamento especial e individualizado a todas as famílias do concelho de Penafiel onde se insiram pessoas com PEA.	
COMPONENTES-CHAVE DE INTERVENÇÃO - AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
<ul style="list-style-type: none">Consulta Diagnóstico; Avaliação Multidisciplinar; Intervenção especializada: Psicologia; Sessões de estimulação cognitiva; Fonoaudiologia; Fisioterapia; Terapia Ocupacional.	
SUBPROJETO 1 GABINETE DE APOIO A PESSOAS DIAGNOSTICADAS COM PEA, FAMÍLIA E CUIDADORES	
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
Pessoa com Perturbação de Espectro de Autismo, familiares e cuidadores	<ul style="list-style-type: none">Progressivo isolamento das pessoas com PEA;Aumento do número de crianças diagnosticadas;Aumento dos transtornos emocionais/comportamentais com aumento do risco para a saúde mental.Respostas insuficientes na área da saúde mental infantil e juvenil.Falta de informação acerca do PEA nas famílias;Escassa rede de apoio a familiares e cuidadores de pessoas com PEA.
OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Criação de um gabinete de apoio a pessoas diagnosticadas com PEA, familiares e cuidadores, de forma a prestar de informação, promover apoio individualizado e encaminhamento pós-diagnóstico para os serviços competentes.	<ul style="list-style-type: none">Criação de sessões de informação sobre o PEA;Grupos de debate e apoio entre famílias;Proporcionar apoio psicológico às pessoas com PEA, familiares e cuidadores;Encaminhamento para unidades de tratamento específicas.
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
1ª Fase: Aprovação da criação de Gabinete; 2ª Fase: Constituição da equipa técnica; 3ª Fase: Condições físicas e materiais para constituição de gabinete; 4ª Fase: Divulgação do projeto; 5ª Fase: Acolhimento e atendimentos presenciais; 6ª Fase: Monitorização e acompanhamento das famílias; 7ª Fase: Avaliação e promoção de continuidade.	<ul style="list-style-type: none">Aplicação de inquérito por questionários às famílias e utentes antes, durante e após o acompanhamento;Taxa de sucesso do programa implementado;Atraso no desenvolvimento do Espectro de Autismo;Inquérito de avaliação.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
Gabinete de atendimento disponível por agendamento prévio; Sessões de informação e encaminhamento; Grupos de debate promovendo a partilha e entreaajuda entre famílias; Acompanhamento individualizado pós diagnóstico às pessoas com PEA e famílias.	



SUBPROJETO 2 INTERVENÇÃO ESPECIALIZADA EM TERAPIA DA FALA	
IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO ALVO E DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS	CARATERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS NECESSIDADES QUE JUSTIFICAM O PROJETO
Crianças do pré-escolar ao 1º ciclo do ensino básico com perturbações na comunicação.	<ul style="list-style-type: none">• Respostas insuficientes na área da Terapia da Fala;• Aumento do número de crianças com problemas linguísticos;• Aumento dos transtornos emocionais/comportamentais com aumento do risco para a saúde mental;• Necessidade de acompanhamento ao nível da Terapia da Fala;• Intervenção precoce na prestação de serviços terapêuticos para crianças com problemas na comunicação;• Dificuldade no acesso às terapias para o desenvolvimento da criança.
OBJETIVOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Criação de uma equipa especializada em Terapia da Fala visando promover rastreios e acompanhamento de crianças no pré – escolar e no 1º ciclo do ensino básico com dificuldades de comunicação.	<ul style="list-style-type: none">• Promover rastreios de Terapia da Fala em contexto escolar;• Sensibilizar a comunidade para a importância do diagnóstico precoce na deteção de problemas linguísticos;• Desenvolver um plano de intervenção personalizado e adaptado às especificidades de cada criança.
METODOLOGIA	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
<ul style="list-style-type: none">• Constituição do grupo de trabalho;• Divulgação do projeto;• Monitorização;• Avaliação.	<ul style="list-style-type: none">• Melhorar as capacidades de interação e de comunicação social;• Diminuir os atrasos de linguagem;• Melhorar as aptidões de compreensão e de expressão verbal;• Inquérito de avaliação.
AÇÕES TIPO/INICIATIVAS	
<ul style="list-style-type: none">• Sessões de informação; Avaliar as necessidades específicas de cada criança; Desenvolver terapias adaptadas às necessidades de cada criança; Acompanhamento contínuo para avaliar e ajustar o plano de intervenção conforme necessário.	

CAPÍTULO IV

Avaliação e Monitorização

4.1 – Avaliação e Monitorização

O PDS funciona como instrumento de trabalho que direciona estrategicamente a intervenção e a sua implementação, pressupõe um dispositivo de acompanhamento, monitorização, gestão e avaliação. Este dispositivo tem o objetivo de dinamizar a execução do plano, de o adaptar às novas realidades institucionais e de implicar de maneira ativa os parceiros, corresponsabilizando-os nas atividades a executar e nas decisões sobre a implementação e avaliação do plano.

A organização do PDS em diferentes níveis implica uma prática de avaliação contínua e muito próxima da implementação que sirva de fator corretor e orientador ou mesmo transformador dos próprios projetos de intervenção. Este sistema tem também o objetivo de o adaptar às novas realidades institucionais tornando-o um processo dinâmico e, também, de implicar de maneira ativa e contratualizada os parceiros, apoiando-os tecnicamente na implementação das atividades e nas decisões sobre o replaneamento e avaliação do plano. O PDS implica processos ativos de controlo e qualificação focalizando os parceiros num instrumento comum de trabalho que sirva de fio condutor à intervenção em rede.

Este processo de acompanhamento, monitorização, avaliação e gestão pressupõe a identificação de recursos técnicos especializados entre os parceiros, a sua disponibilização nos momentos chave de decisão e um conjunto de processos técnicos padronizados. Funciona como processo de aprendizagem e incorporação do conhecimento produzido na intervenção, qualificando as organizações e os interventores do concelho. A dinâmica da intervenção em rede implica também elementos ativadores e qualificadores que introduzam compromissos institucionais, ritmos e procedimentos estruturados de interação. A complexidade da intervenção nas realidades sociais atuais implica rigor metodológico apoiado num conhecimento sistematizado e estruturado. É fundamental o apoio metodológico da avaliação na sistematização das práticas e a sua estruturação orientada para identificar resultados, impactos e efeitos reconhecíveis. A avaliação permite uma consciência pelas organizações das potencialidades e constrangimentos das respostas implementadas e da dimensão da inovação necessária. Também o carácter fortemente experimental de muitos projetos implica uma prática de avaliação incorporada na lógica de implementação do PDS que sirva de fator corretor reorientador ou mesmo transformador das práticas. A avaliação em rede incide na construção de conhecimentos nas organizações para as potencialidades e constrangimentos das respostas implementadas, para a identificação de oportunidades e recursos possíveis e a dimensão da inovação em todo o processo. Também as oportunidades geradas pela rede social de integração de novos projetos e intervenções, apela para a capacidade de explorar e potenciar as intervenções já existentes e evitar a sobreposição criando complementaridades e sinergias. A avaliação procura capacitar as organizações parceiras de instrumentos de integração e adaptação de modo a evitar intervenções dispersas e sem impacto no território.



4.1.1 – Acompanhamento

O acompanhamento do PDS permite uma maior eficácia e eficiência na concretização dos objetivos, apoiando permanentemente o processo da sua execução, conferindo coerência, moderando conflitos, propondo reajustamentos ou alternativas em caso de dificuldades sentidas ao mesmo tempo que valoriza e corresponsabiliza cada parceiro. Incide, sobretudo, na verificação da calendarização programada, na realização das ações definidas, na utilização dos recursos humanos e materiais, nos custos e na responsabilidade das organizações ou pessoas. Deverá também considerar a qualidade dos impactos das intervenções ou medidas.

Assumido como um mecanismo de autoavaliação, o acompanhamento da implementação do PDS será a do Controlo da Execução das Ações previstas em Planos de Ação Anuais (2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030).

O processo de acompanhamento pressupõe:

- Construir e aplicar instrumentos de recolha, de sistematização e de retorno da informação;
- Diagnosticar necessidades e oportunidades da intervenção ao nível dos parceiros das instituições;
- Avaliar o desvio entre as atividades previstas em Plano de Ação e as atividades realizadas;
- Acionar os mecanismos de decisão caso a avaliação detete oportunidades ou insuficiências na execução do Plano.
- **Entidade Responsável:** Núcleo Executivo do CLAS da Rede Social;
- **Indicadores:** Os indicadores de controlo sobre a execução são os que constam nos quadros-projeto nos respetivos Planos de Ação Anuais;
- **Mecanismo de Divulgação:** relatórios periódicos de acompanhamento das ações através da Plataforma *online* da Rede Social.

4.1.2 – Tipologia de Avaliação

O modelo de avaliação da rede organizacional é a avaliação participativa – processo de auto avaliação apoiado e orientado metodologicamente. Pretende-se a mobilização ativa e distribuição de responsabilidades pelos parceiros. As tarefas da avaliação devem ser organizadas e distribuídas por todos os patamares da rede com a aplicação de instrumentos e suportes técnicos adequados à sua especificidade. A avaliação do PDS deve ser: Contínua – baseada na avaliação da informação produzida pelo sistema de monitorização com o objetivo de identificar desvios entre o previsto e o realizado, desvios que possam ameaçar o trabalho ou potenciá-lo com novas oportunidades; Intermédia – centrada no ciclo dos eixos de intervenção ou de momentos significativos no processo de construção da rede, tendo o objetivo de reenquadrar a intervenção e replanear a intervenção em rede (ano 2026 e 2028). Final – no término da vigência do PDS deve ser efetuada a avaliação final centrada nos resultados, efeitos da intervenção e respetivos impactos (ano 2030).



Após o processo de avaliação, devem ser identificadas as boas práticas, as novas necessidades e as mudanças produzidas.

4.1.3 – Participantes

A avaliação deverá implicar e envolver todos os parceiros da rede de modo a gerar consenso sobre as aprendizagens e novas orientações a definir. Esta participação pretende garantir que se construam novos compromissos para a ação e para a mudança. A avaliação deve ser conduzida e operacionalizada pelo Núcleo Executivo da rede na posição de suporte metodológico. As modalidades de participação dos parceiros na avaliação devem ser definidas a partir do seu enquadramento organizacional na rede; entidades gestora ou parceiro de projeto, grupo temático ou rede específica onde se integra.

Esta prática terá um período de análise durante o ano de 2026, 2028 e final 2030.

4.1.4 – Plano de Avaliação - Objetivos da avaliação do PDS alcançados em 2030 com a avaliação final

1. Oportunidades de intervenção integrada das organizações e complementaridade das respostas identificadas e operacionalizadas;
2. O desenvolvimento social do concelho é mensurável;
3. As organizações incorporam a auto avaliação como prática de parceria;
4. Competências de avaliação acessíveis às organizações no concelho;
5. Rede social faz a avaliação *on going* e final participada da sua intervenção;
6. Os resultados da avaliação são divulgados e é assumida a prática pelos parceiros.

4.1.5 – Metodologia de Implementação

- Acompanhamento das reuniões de CLAS e de Núcleo Executivo;
- Acompanhamento e avaliação dos projetos;
- Acompanhamento e avaliação dos grupos temáticos;
- Elaboração dos relatórios periódicos de avaliação com a informação sistematizada;
- Avaliação e autoavaliação da participação na rede social;
- Apresentação de resultados em CLAS com recomendações ativas de melhoria;
- Propostas metodológicas e técnicas para a implicação dos parceiros na rede;
- Avaliação dos resultados do sistema de monitorização;
- Integração no sistema de informação do conhecimento produzido na avaliação.

4.1.6 – Análise e Reflexão da Avaliação

- Em reuniões do Núcleo Executivo;
- Em plenários do CLAS;
- Em reuniões de Grupos de Trabalho da Rede Social.



4.2 – Considerações Finais

O objetivo do PDS de Penafiel 2024-2030, enquanto instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social do Concelho de Penafiel, foi aqui apresentado com a subida pretensão de servir de pilar fundamental para o Desenvolvimento Social da sua população e do seu território.

Com a sua implementação pretende-se que a Rede Social seja uma plataforma de articulação de excelência dos diferentes parceiros públicos e/ou privados, com o desígnio de alcançar o bem-estar geral da população, habilitando-a.

A premissa de que Penafiel é um concelho de referência, o melhor concelho para viver da região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, com lugar assente nas 50 melhores cidades para viver, visitar e investir, em Portugal, aporta para as entidades com responsabilidades públicas e sociais o dever de dar respostas integradas numa estratégia interventiva, capaz de corresponder às necessidades identificadas no diagnóstico social.

A identificação sistemática dessas necessidades permitiu delinear Eixos Estratégicos de Intervenção, subdivididos em subáreas que se defende serem as que melhor poderão enfrentar os desafios sociais dos anos vindouros: intervenção no risco, intervenção na vulnerabilidade social, intervenção na pobreza e exclusão social e intervenção na exclusão estrutural.

Cumprir evidenciar alguns dos grupos/áreas alvo identificados na área da pobreza e exclusão social: a saúde mental e disfuncionalidade e destruturação individual e familiar, uma vez que estes representam alguns dos indicadores mais angustiantes e merecedores de maior intervenção, almejando gizar-se uma política pública social para a efetiva construção de respostas assertivas.

O PDS de Penafiel tem paralelamente a exigência de responder positivamente aos desafios dos ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas (em 2015), tendo a aspiração de concretizar as prioridades do desenvolvimento sustentável global para 2030.

Através dos Projetos Âncora, transversais a todas as faixas etárias, pretende-se, concomitantemente, alcançar a inovação social primando pela promoção da identidade da população penafidelense.

É determinante que o rigor metodológico, a avaliação e monitorização da exequibilidade do Plano de Desenvolvimento, sejam um porto de chegada do dever social cumprido, considerando que a sua implementação e avaliação participativa e contínua em rede, permitirá capacitar intervenções futuras e ditar novos planos de desenvolvimento de continuidade, com real impacto na melhoria da qualidade de vida das nossas gentes.

A avaliação e o reconhecimento da intervenção permitirá traçar novos caminhos de renovação do desenvolvimento social, nomeadamente na multidisciplinaridade, na inter-institucionalidade da governação e na participação/envolvimento efetivo da população do concelho de Penafiel.



As estratégias de desenvolvimento social introduzidas serão elementos facilitadores essenciais à sustentação do desenvolvimento social futuro, socorrendo-se este PDS do processo imperativo de realização dos Planos de Ação anuais futuros.

A concretização deste Plano de Desenvolvimento encontrará a sua exequibilidade e reporte futuro de monitorização/avaliação nos subseqüentes planos de ação que sustentarão todos os objetivos aqui sustentados. Partindo da premissa que o impacto do PDS de Penafiel 2024-2030 depende de um vasto conjunto de fatores, alguns dos quais exógenos à Rede Social, o processo de planeamento a médio e longo prazo confronta-se com muitas incertezas que podem vir a influenciar o cenário futuro e a dificultar as opções estratégicas na Rede Social.

Assim, em grande medida o sucesso deste trabalho está ancorado nos contributos, participação e compromisso dos parceiros do CLAS, que acreditam neste processo como uma das vias para o desenvolvimento social do concelho de Penafiel, não descurando que os objetivos aqui propostos e a ambição de os concretizar devem ser entendidos como dever e responsabilidade de todos.



Índice de Esquemas

Esquema 1 – Áreas problemáticas e Públicos-alvo	9
Esquema 2 – Indicadores Demográficos	15
Esquema 3 – Instrumentos de Planeamento Locais e Instrumentos de Planeamento Regionais e Nacionais.....	16
Esquema 4 – Desenvolvimento Sustentável Portugal 2030.....	17
Esquema 5 – Programa Regional do Norte 2030 e as suas Prioridades	18
Esquema 6 – Fatores Críticos Diferenciadores – Políticas Locais	20
Esquema 7 – Penafiel, Concelho de Referência	23

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Problemas e Necessidades Identificadas e Priorizadas	13
Tabela 2 – Análise SWOT de Determinantes Locais de Desenvolvimento Social.....	19
Tabela 3 – CMP – Departamento de Ação Social, Habitação e Saúde	22
Tabela 4 - Área do Risco	26
Tabela 5 – Área da Vulnerabilidade Social	30
Tabela 6 – Área da Pobreza e Exclusão Social	39
Tabela 7 – Área da Exclusão Estrutural – Emprego	43
Tabela 8 – Área da Exclusão Estrutural – Habitação	48
Tabela 9 – Projeto: Cuidar Gerações	55
Tabela 10 – Projeto: Seniores + Ativos	63
Tabela 11 – Projeto: Afetiv(Idades)	68
Tabela 12 – Projeto: Habitação em Rede	71
Tabela 13 – Projeto: + em Rede	76
Tabela 14 – Projeto: Identidade na Diversidade	80
Tabela 15 – Projeto: Centro Terapêutico de Prevenção e Apoio a Pessoas com Perturbações Gerais do Desenvolvimento	86



Siglas e Acrónimos

ACES - Agrupamento de Centros de Saúde

AEP - Associação Empresarial de Penafiel

AIMA - Agência para a Integração Migrações e Asilo

APADIMP - Associação dos Pais e Amigos dos Diminuídos Mentais de Penafiel

CACI - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CDSS – Centro Distrital de Segurança Social

CESPU - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário

CIM - Comunidade Intermunicipal

CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

CLAS - Conselho Local de Ação Social

CLDS 5G - Contrato Local de Desenvolvimento Social 5ª Geração

CMP - Câmara Municipal de Penafiel

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRI - Centro de Recursos para a Inclusão

CSI - Complemento Solidário para Idosos

CTE - Centros Tecnológicos Especializados

DPSD - Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento

ELH - Estratégia Local de Habitação

ELI - Equipas Locais de Intervenção

ENIND - Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação

ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem – Abrigo

ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

FMSAU - Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística

FNRE - Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado

GAE - Gabinete de Apoio ao Emigrante

GAF - Gabinete de Atendimento à Família

GAI - Gabinete de Apoio ao Imigrante

GAID - Gabinete de Apoio ao Investigador da Diáspora

GAV - Gabinete de Apoio à Vítima

GIP - Gabinete de inserção Profissional



GNR - Guarda Nacional Republicana

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

IFRRU - Instrumento Financeiro Reabilitação e Revitalização Urbanas

IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISCE - Instituto Superior de Ciências Educativas

ISS - Instituto da Segurança Social

LGBTQIA - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais

NEET - Jovens que Não Trabalham Nem Estudam

NGPH - Nova Geração de Políticas de Habitação

NLGPI - Núcleo Local da Garantia para a Infância

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

ONU - Organização das Nações Unidas

PCA - Penafiel Casa Acessível

PDS - Plano de Desenvolvimento Social

PEA - Perturbações do Espectro do Autismo

PMIND - Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação

PMS - Plano Municipal Solidário

PNH - Plano Nacional da Habitação

PRI - Programa de Respostas Integradas

PRR - Plano de Recuperação e Resiliência

RAP - Rede de Apoio Psicológico

RMB - Rendimento Mensal Bruto

RMMG - Retribuição Mínima Mensal Garantida

RSI - Rendimento Social de Inserção

SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

SAD - Serviço de Apoio Domiciliário

SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

ULS - Unidade Local de Saúde